REVISTA

COR

LGBTQIA+

N. 9
V. 2

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS LGBTQI+ NAS CIDADES

COR LGBTQIA+
Curitiba, v. 2, n. 9, jul. 2025
Publicação semestral da Faculdade de Direito - Setor de Ciências Jurídicas
Universidade Federal do Paraná
Praça Santos Andrade, 50 - Centro, Curitiba - PR, 80020-300

ISSN 2764-0426

CAPA

IGOR MACIEL
TÍTULO: CORPO MORDIDO; ANO: 2018; TÉCNICA: ÓLEO S/ PAPEL; DIÂMETRO: A4

CURADORIA

ALBERTO ALEXADRE SCHIMITZ II; LEANDRO FRANKLIN GORSDORF; MARIANA GALACINI BONADIO; RAISSA MICHELUZZI FERREIRA; REMOM MATHEUS BORTOLOZZI

PROJETO GRÁFICO

ISABEL CECCON IANTAS

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Revista COR LGBTQIA+. – n. 9, v. 2 (jul. 2025). Curitiba, 2025.

Semestral.

Endereço eletrônico:
https://revistas.ceeinter.com.br/CORLGBTI/

ISSN 2764-0426.

1. PessoasLGBTQIA+-Periódico.

CDU 342.7

Bibliotecário:PedroPauloAquilanteJunior – CRB-9/1626

A Revista COR LGBTQIA+ é um periódico com caráter técnico-científico, com periodicidade semestral, publicado em formato digital pela primeira vez em julho de 2021, pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, em conjunto com a equipe COR, formada por estudantes, militantes, professoras(es) e pesquisadoras(es) de todo o Brasil.

Seu surgimento veio de uma demanda do movimento estudantil LGBTI+ por um espaço para publicação e discussão a respeito das pautas e conteúdos relacionados à temática de gêneros e sexualidades.

Tem como objetivo reunir as mais relevantes pesquisas e trabalhos com a temática LGBTQIA+, promovendo a pesquisa científica e a produção de trabalhos de excelência. Seu intuito é difundir e publicizar temas urgentes para o movimento, visando a democratização do conhecimento produzido neste campo e o diálogo com as diversas áreas do conhecimento que integram o escopo proposto.

EQUIPE EDITORIAL

LEANDRO FRANKLIN GORSDORF | ANABELLA PAVÃO DA SILVA | JOANA ZILLER | DENISON MELO DE AGUIAR | LEANDRO REINALDO DA CUNHA

COMITÊ CIENTÍFICO

ALBERTO JOÃO NHAMUCHE | ANABELLA PAVÃO DA SILVA | ANA PAULA MARTINS HUPP | ANDREI DOMINGOS FONSECA | ANGELA COUTO MACHADO FONSECA | ANNA CAROLINA HORSTMANN AMORIM | ARTHUR ROGOSKI GOMES | BÁRBARA DUTRA FONSECA | CARLA CARDI NEPOMUCENO DE PAIVA | CAROLINA ROMANAZZI FREIRE | DANDARA RUDSON SOUZA DE OLIVEIRA | DANIELI KLIDZIO | DENISON MELO DE AGUIAR | EDUARDO LIMA | ÉLIDA SILVA FERREIRA | ELIVELTON MAGALHÃES LIMA | EMILLY JOYCE OLIVEIRA LOPES SILVA | EWERTON DA SILVA FERREIRA | FERNANDA MARIA MUNHOZ SALGADO | FERNANDO DA SILVA CARDOSO | GUSTAVO BORGES MARIANO | HADASSA FREIRE DA SILVA GONÇALVES SANTOS | HELOISA PANCOTTI | HIDERLINE C. DE OLIVEIRA | ISABEL CECCON IANTAS | JAC RIBEIRO | JAQUELINE CARVALHO QUADRADO | JEAN COSTA SANTANA | JEZIEL SILVEIRA SILVA | JOALISSON OLIVEIRA ARAUJO | JOANA ZILLER | LEANDRO FRANKLIN GORSDORF | LEANDRO REINALDO DA CUNHA | LUCAS CAPITA QUARTO | LUÍSA DE FREITAS LOPES | MANOEL RUFINO DAVID DE OLIVEIRA | MARCIO NICOLAU | MARIA FERNANDA PIRES | MARINA DE FÁTIMA DA SILVA | NIZAR AMIN SHIHADEH | PÉRICLES DE SOUZA MACEDO | RAFAEL DOS REIS AGUIAR | RAPHAEL DE ANDRADE RIBEIRO | ROGÉRIO MELO | THABATA VIEIRA ARECHAVALETTA | TIAGO DA SILVA ANDRADE | WALDYR BARCELLOS JUNIOR | WEZELLEY CAMPOS FRANÇA | WILLIAM ROSLINDO PARANHOS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 05

ARTIGOS CIENTÍFICOS 11

O empoderamento queer nas quadrilhas juninas do município de Barreiras-Bahia 12
Diego Cristiano Cedro Silva

"Ei, qualira, corre aqui que o babado é certo": articulações e desafios do movimento LGBTQIAPN+ no estado do Maranhão 36
Ian Moura Martins
Marcos Nicolau Santos da Silva

Brilho, resistência e memória urbana: a drag queen como ícone do movimento LGBTQ+ - estudo de caso sobre Silvetty Montilla 60
Everton Viesba

"Sair do armário pode ser perigoso": estigmas e representações das homossexualidades na mídia paraense nos anos 1990 72
Alana Albuquerque de Castro

Espaços de sociabilidade e vivências dissidentes de gênero e sexualidade: entre cidades e as páginas da Revista Rose 96
Guilherme Fonseca Trindade de Abreu
Gabrielly Fortini Fernandes
Maria Alice Veiga de Oliveira
Isadora Cristina Borges
Remom Matheus Bortolozzi

RELATOS DE EXPERIÊNCIA 121

Entre vivências e percepções: um relato sobre um espaço cultural de acolhimento para a bicha preta periférica 122
Rafael Cardoso Gomes

"Percurso de memória LGBTI+ de Curitiba/PR" pelo olhar de seus(suas) caminhantes 134
João Vitor Vakiuti
André Luiz Justus Czovny
Anne Hellen Hoffmann
Gabrielly Fortini Fernandes
Lucas Moreira
Sarah Geovana Gomes de Matos
Taíssa Albertina de Nadai

TRABALHOS ARTÍSTICOS 149

O desenho como palco da memória 150
Igor Maciel da Silva

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

ESTILHAÇOS E PURPURINAS: APRESENTAÇÃO AO DOSSIÊ HISTÓRIAS E MEMÓRIAS LGBTQIA+ NAS CIDADES

Alberto Alexadre Schimitz II
Leandro Franklin Gorsdorf
Mariana Galacini Bonadio
Raissa Micheluzzi Ferreira
Remom Matheus Bortolozzi

Produzir um dossiê sobre memória LGBTIA+ e cidade é mais do que reunir textos: é afirmar um gesto político e poético de resistência, situando o que está em jogo quando falamos de corpos, espaços e histórias. É tecer linhas de vida, perdas e resistências que atravessam ruas, corpos e instituições. É entrelaçar agenciamentos individuais e coletivos, comunitários e institucionais; é pensar o material e o imaterial, aquilo que por vezes é apagado mas sempre insistente, configurando os espectros ausente-presentes que nos rondam. Esses rastros, feitos de silêncios e lampejos, não apenas reconstroem passados, mas também orientam os imaginários possíveis de futuro, abrindo brechas para que cidades outras possam ser memoradas e sonhadas.

Desde os anos 1980, já encontramos iniciativas de construção de uma história política homossexual no Brasil narrada por pessoas das próprias comunidades (Trevisan, 1986), bem como o uso da memória como instrumento político diante da epidemia de HIV/Aids (Bortolozzi, 2019). Esses movimentos inauguraram um campo de disputas simbólicas e políticas em torno da memória. No entanto, foi apenas na última década que se assistiu a uma verdadeira eclosão de produções culturais e científicas sobre História e Memória LGBTQIA+ no país. Nesse período, ampliaram-se acervos e arquivos públicos e comunitários, consolidaram-se políticas de museologia social e cresceu a sensibilização quanto à preservação e difusão da memória LGBTQIA+ brasileira. Multiplicaram-se também os museus e pontos de memória, ao lado da produção de pesquisas, da catalogação em acervos públicos e de curadorias de exposições que passaram a abarcar as diversidades sexuais e de gênero, conferindo maior visibilidade às memórias e às produções culturais LGBTQIA+.

A consolidação do campo de estudos sobre História e Memória LGBTQIA+ no Brasil foi acompanhada por debates conceituais que ampliaram a crítica historiográfica, questionando

a ideia de uma "história única" e evidenciando a parcialidade da memória pública — frequentemente marcada pelo apagamento das complexidades interseccionais de raça, gênero, nacionalidade, classe, entre outras (Ramirez, 2010). Essa crítica, contudo, não se limita ao plano teórico: ela orienta caminhos metodológicos e práticos que nos convocam a realizar uma verdadeira arqueologia das presenças e dos apagamentos, cruzando passado e presente para reinscrever as múltiplas vozes que narram a história. Nesse sentido, registros, indícios, arquivos, acervos, imagens, relatos e materialidades LGBTQIA+ tornam-se instrumentos potentes para vitalizar a memória urbana, revelando a pluralidade de experiências e suas diversas formas de produção cultural e científica.

Como lembra João Silvério Trevisan (2000), é a partir desses vestígios — 'trapos' ou estilhaços da cultura LGBTQIA+ — que se torna possível narrar acontecimentos e analisar contextos históricos. Tomar esses fragmentos como matéria de análise configura uma metodologia de recomposição fragmentária, que Alvarez Jr. (2015) denomina 'achar purpurinas nos escombros'. Trata-se de um gesto investigativo e criativo que permite recontar histórias silenciadas e subalternizadas, compondo um quadro mais complexo e heterogêneo a partir do qual podemos repensar coletivamente os desafios do presente.

Na prática, essa orientação metodológica se concretiza ao reorganizar o discurso sobre e das cidades por meio da montagem desses trapos, estilhaços e purpurinas, produzindo uma verdadeira cartografia dos afetos. Essa cartografia tensiona temporalidades e espacialidades, abrindo fissuras na tessitura urbana para novas possibilidades de re-memoração. Outro lugar fundamental dessa produção cartográfica são os corpos LGBTQIA+, entendidos como arquivos vivos — ou arquiviventes (Bourcier, 2021) — que escapam à captura da história oficial e linear, inscrevendo a memória em gestos, práticas culturais, modos de sociabilidade e estratégias de resistência. Corpos carregam marcas e transmitências que não cabem nos acervos documentais, expandindo as fronteiras do que reconhecemos como patrimônio e arquivo.

Assim, a crítica historiográfica se desdobra em uma prática ampliada de preservação e transmissão que articula arquivos formais e memórias encarnadas como dimensões complementares de uma mesma política de memória. Essa concepção aponta tarefas para pessoas pesquisadoras, ativistas, educadoras e instituições — como cuidar dos vestígios, estimular a escuta, criar espaços de circulação e reconhecer que a cidade e os corpos que a habitam são arquivos em movimento, sempre incompletos e em disputa —, orientando diretamente a proposta deste dossiê.

Este dossiê constitui um esforço coletivo para enfrentar apagamentos, recompor fragmentos e afirmar a potência criativa das memórias LGBTQIA+. Nos artigos reunidos neste dossiê, a memória LGBTQIA+ pulsa, respira, invade ruas, corpos, jornais e revistas, visibilizando especificidades locais em diálogo com a historiografia nacional, bem como os múltiplos modos de existir, resistir e rememorar nas cidades.

A memória LGBTI+ se inscreve em performances urbanas e culturais e em espaços simbólicos e midiáticos, desafiando expectativas e normas de gênero, e construindo sentidos de pertencimento. Nas performances urbanas, encontramos a trajetória de Silvetty Montilla, narrada por Everton Viesba em *"Brilho, resistência e memória urbana: a drag queen como ícone do movimento LGBTQ+ - estudo de caso sobre Silvetty Montilla"*. Ao ocupar palcos, boates, mídias e a própria cidade, Silvetty revela como a performance é pedagogia urbana, denúncia e resistência, produzindo visibilidade, pertencimento e memória insurgente que resiste à lógica do apagamento.

A tradição e a festa popular, por sua vez, tornam-se espaços de empoderamento queer nas quadrilhas juninas de Barreiras/BA, autobiografadas por Diego Cristiano Cedro Silva em *"O empoderamento queer nas quadrilhas juninas do município de Barreiras-Bahia"*. Ali, território, história e relações de poder se entrelaçam, permitindo que lideranças LGBTQIA+ surjam, se afirmem e construam narrativas que reivindicam existência, enquanto participantes se constituem como sujeitos dissidentes dentro da própria comunidade. Do nordeste ao sul, a cidade de Curitiba/PR se reconfigura, em movimento, nos percursos de memória relados em "Percurso de memória LGBTI+ de Curitiba/PR" pelo olhar de seus(suas) caminhantes" de João Vitor Vakiuti, André Luiz Justus Czovny, Anne Hellen Hoffmann, Gabrielly Fortini Fernandes, Lucas Moreira, Sarah Geovana Gomes de Matos e Taíssa Albertina de Nadai. De caminhada a gesto político, cada rua, esquina e ponto de socialização se inscreve como memória, conectando experiências individuais e coletivas, e reafirmando que cidade e sujeito se (re)constroem mutuamente, em um tecido de afetos, histórias e resistências.

Entre os jornais e revistas, o registro da diferença e da dissidência torna-se memória. Em "*Espaços de sociabilidade e vivências dissidentes de gênero e sexualidade: entre cidades e as páginas da Revista Rose*", de Guilherme Fonseca Trindade de Abreu, Gabrielly Fortini Fernandes, Maria Alice Veiga de Oliveira, Isadora Cristina Borges e Remom Matheus Bortolozzi, a Revista Rose é a protagonista da memória. As autorias demonstram como a Rose se consolidou como um espaço simbólico de acolhimento e pertencimento para corpos marginalizados, possibilitando a troca de experiências, dúvidas e desabafos, em um cenário marcado pela censura e pela escassez de espaços físicos de sociabilidade para as dissidências. Já a imprensa paraense dos anos 1990, discutida por Alana Albuquerque de Castro em "'*Sair do armário pode ser perigoso': estigmas e representações das homossexualidades na mídia paraense nos anos 1990*", revela a tensão entre visibilidade e estigmatização: ironia, espetacularização e preconcepções atravessam discursos, marcando o imaginário coletivo sobre corpos dissidentes e evidenciando os limites impostos à liberdade sexual no contexto amazônico da década de 1990.

A pluralidade de experiências e a diversidade de trajetórias são centrais para compreender os desafios contemporâneos. O artigo *'Ei, qualira, corre aqui que o babado é*

certo': articulações e desafios do movimento LGBTQIAPN+ no estado do Maranhão", de Ian Moura Martins e Marcos Nicolau Santos da Silva, evidencia, a partir das experiências do movimento LGBTQIAPN+ maranhense, como a memória não se reduz a uma narrativa única. Em um cenário marcado pelo conservadorismo, fragmentação interna e invisibilidade, os autores mostram que é necessária articulação, descentralização, políticas públicas, investimento e, sobretudo, escuta atenta para fortalecer o movimento e reconhecer a pluralidade de experiências. Complementando essa perspectiva, no relato de experiência de Rafael Cardoso Gomes em "*Entre vivências e percepções: um relato sobre um espaço cultural de acolhimento para a bicha preta periférica*" percebe-se o efeito da raça, do gênero, da classe: o viado preto experienciando fragilidade, subalternização, mas também resistência e potência. Ali, oralidade e escuta ativa se tornam armas, estratégias de sobrevivência, afirmação de existir e de narrar-se, ampliando a memória da experiência negra, periférica e dissidente.

Do prazer que tivemos em organizar este dossiê, nasce o convite a todes para mergulhar nos artigos e perceber a memória LGBTQIA+ como força viva e insurgente, capaz de pulsar nas ruas, atravessar revistas e jornais, brilhar em palcos e festas, e se inscrever nos percursos que reinventam a cidade e a vida. Entre performances, quadrilhas, trajetos urbanos, mídias, essa memória se revela plural, fragmentária, interseccional, atravessando tempos, corpos e espaços. Ela nos ensina a recompor fragmentos, tensionar apagamentos, inventar pertencimentos. A memória LGBTQIA+ é uma história que resiste, que grita, que dança, que caminha e nos lembra: para pensar o futuro das cidades, é preciso olhar para os estilhaços e, neles, achar as purpurinas.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ JR. Eddy Francisco. **Space, identity, and memory in queer brown Los Angeles**: finding sequins in the rubble. [Tese]. Santa Barbara: Universidade da Califórnia, 2015. 396 p.

BORTOLOZZI, Remom Matheus. Mosaico de Purpurina: revisitando a História do Movimento LGBT no Brasil. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 691-695, jul./set. 2019.

BOURCIER, Sam. Les politiques de l'archive vive. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, *[S. l.]*, v. 3, n. 12, p. 7–21, 2021. DOI: 10.31560/2595-3206.2020.12.12093. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/12093. Acesso em: 6 set. 2025.

RAMIREZ Horácio N. Roque. Gay Latino histories/dying to be remembered: Aids obituaries, public memory, and the queer Latino archive. *In*: PÉREZ, G. M.; GURIDY, F.; BURGOS, A. (Orgs.). **Beyond El Barrio**: everyday life in Latina/o America. New York: NYU Press, 2010. p. 103-128

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia até à atualidade. São Paulo: Max Limonad; 1986.

TREVISAN, João Silvério. Paraíso perdido, paraíso reencontrado. *In*: TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 429-69.

ARTIGOS CIENTÍFICOS

O EMPODERAMENTO QUEER NAS QUADRILHAS JUNINAS DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS-BAHIA

QUEER EMPOWERMENT IN JUNE GANG IN THE MUNICIPALITY OF BARREIRAS-BAHIA

Diego Cristiano Cedro Silva[1]

Resumo: o processo investigativo parte das aprendizagens e experiências vivenciadas no ambiente das quadrilhas juninas no município de Barreiras-Bahia, fundamentadas nos estudos epistemológicos sobre gêneros durante a graduação no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, onde se objetivou compreender os aspectos e posturas que evidenciem o empoderamento queer nas quadrilhas juninas do município de Barreiras, estado da Bahia. Portanto, a presente investigação de investigação abordagem autobiográfica se referenciou em estudos sobre gênero, cultura (especificamente a cultura das quadrilhas juninas) e resistência. A partir das narrativas foi possível entender como os processos de empoderamento numa visão social e cultural explicitada nas vivências das quadrilhas juninas de Barreiras. O trabalho apresenta uma discussão sobre os antecedentes históricos das quadrilhas juninas contextualizando a resistência LGBTQIAPN+: uma avaliação autobiográfica de como as pessoas queer se constituem nas relações de poder no movimento das quadrilhas juninas. E assim, contextualizando a história do bairro da Vila dos Funcionários, sendo esse um espaço-tempo para lideranças LGBTQIAPN+ surgirem e manifestarem seu empoderamento nas juninas, apresenta também marcos queer importantes no município de Barreiras.
Palavras-chave: LGBTQIANP+; Queer; Empoderamento; Resistência; Quadrilhas.

Abstract: the investigative process starts from the learning and experiences lived in the environment of the Brazilian square dance in the municipality of Barreiras-Bahia, based on logical epistemological studies on gender during graduation in the Interdisciplinary Bachelor's degree in Humanities, where the objective was to understand the aspects and postures that highlight queer empowerment in Brazilian square dance in the municipality of Barreiras, state of Bahia. Therefore, the present investigation of the autobiographical approach was based on studies on gender, culture (specifically the culture of the Brazilian square dance) and resistance. From the narratives it was possible to understand how the processes of empowerment in a social and cultural vision explained in the experiences of the Brazilian square dance in Barreiras. The work presents a discussion about the historical antecedents of the Brazilian square dance, contextualizing the LGBTQIAPN+ resistance: an autobiographical assessment of how queer people are constituted in power relations in the Brazilian square dance movement. And so, contextualizing the history of the Employee Village neighborhood, as this is a space-time for LGBTQIAPN+ leaders to emerge and manifest their empowerment in June, it also presents important queer milestones in the municipality of Barreiras.
Keywords: LGBTQIAPN+; Queer; Empowerment; Resistance; Brazilian square dance.

1 INTRODUÇÃO

A atual sociedade contemporânea é marcada por múltiplas e complexas transformações sociais. Principalmente sobre o processo identitário e de empoderamento de pessoas LGBTQIAPN+. Corroborando com Barbero (2006), a civilização atual não escapou do "mal-estar" prognosticado por Freud há cerca de um século. Claro que os valores e a cultura da época freudiana, já não são os mesmos, pois o mal-estar assumiu outras formas. Por isso, no paradigma da pós-modernidade Bauman (1998, p. 10) considera que "os mal-estares já

[1] Graduado no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (Ufob- 2022), graduando em Licenciatura de Geografia (Ufob). Residente no programa institucional de bolsas de iniciação a docência (desde 2024). Fazedor de Cultura no município de Barreiras-Ba junto as quadrilhas juninas e ativista e pesquisador LGBTQIAPN+ no oeste da Bahia desde 2018.

da pós-modernidade provém de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais". Não há nenhum ganho sem perda, os fenômenos culturais, sociais e identitários mudam, fluem conforme os tempos-espaços.

A partir dessa configuração uma manifestação cultural, a exemplo das quadrilhas juninas de um povo em tempos-espaços contemporâneos, tem suas normas culturais instaladas historicamente enquanto processo estabelecedor de ordem, questionadas e reconfiguradas por novos fenômenos culturais e sociais fluidos. Assim, pessoas LGBTQIAPN+ (lésbicas,gays, bissexuais, travestis/transgêneros/transsexuais, *queer*, assexuais, panssexuais/polissexuais, não binários e uma diversidade de sexualidades e gêneros), participantes em processos de ocupação de espaços de poderes tem o potencial de questionar a ordem da cultura, ali estabelecida por pessoas heteronormativas. Portanto, as pessoas LGBTQIAPN+, se defrontam com a incoerência das normas (Bauman, 1998). A noção de cultura cunhada na modernidade segundo o modelo da "fábrica da ordem", como assevera Michel Foucault (1998), não se sustenta mais em tempos contemporâneos, pois novos espaços-tempos de poderes substitui o acaso e uma nova ordem/norma ocupa o lugar da espontaneidade, da ideia de cultura cristalizada como determinismos culturais das identidades não se configura no processo identitário de pessoas LGBTQIAPN+.

Em História da Sexualidade, Michel Foucault (1998), aponta que práticas sexuais vistas como arte na Antiguidade foram rotuladas pela "fábrica da ordem", como doenças nas sociedades modernas. Por isso, a importância em tempos contemporâneos em promover discussões e estudos epistemológico sobre o empoderamento de pessoas LGBTQIAPN+, ou seja, difundir conhecimentos sobre o processo de constituição das relações de poderes em ambientes ou grupos culturais liderados por pessoas LGBTQIAPN+. Destacando que o presente trabalha emerge em estudos de contestação da ordem unilateral da modernidade, a partir do movimento *queer* que surgiu no ambiente acadêmico dos anos 80 do século XX, questionando a tradicional e enraizada discussão da divisão de poderes entre heteros e homo (sexualidade), os gêneros como criações culturais.

O movimento *queer* não objetiva inicialmente somente combater as repressões estabelecidas pela sociedade modernas as pessoas LGBTQIAPN+, e sim defender a liberdade de um "estilo de vida". Defender também a ocupação de espaços de poderes sobre a lideranças de pessoas LGBTQIAPN+. É um movimento de resistência e de empoderamento. Quem se empodera quer poder, e nisso me proponho a compreender que poder é esse que permeia o processo identitário de pessoas LGBTQIAPN+ nas quadrilhas juninas? poder tanto pela luta da expressão cultural das quadrilhas nos festejos juninos, quanto pelo movimento de resistência de pessoas LGBTQIAPN+ em relação aos membros heterossexuais, quanto também pelo poder que reflete as relações hierárquicas, dando voz para que pessoas queer, possam ser líderes, no processo de desconstruir a repetição unilateral de manifestações de atos e códigos nos grupos, por heterossexuais, sejam eles "bons ou ruins", ou seja, construir

e permitir que atos e códigos dos movimentos das pessoas *queer*, também possam estar presente nos processos de lideranças dos grupos culturais de quadrilha juninas. Entretanto, é preciso configurar as auto narrativas, não somente como sujeito empírico da investigação, mas também como sujeito em iniciação da pesquisa acadêmica, por isso trago a minha narrativa de si, enquanto dançarino, coreógrafo, membro de diretoria em quadrilhas juninas, ou seja, narrativas de um corpo *queer*. Em minhas narrativas de itinerâncias e travessias de si, descrevo que sou um baiano imbricado com as questões identitárias cearenses devido a minha familiaridade cearense (neto de Raimundo Araújo Cedro e Antônia da Silva Cedro e filho de Luiza Sandra Araújo Cedro, todos oriundos Crateús-CE). Nasci e me criei num bairro chamado Vila dos Funcionários, bairro esse com vasto histórico cultural na cidade de Barreiras-BA (É um município brasileiro no interior do estado da Bahia, Região Nordeste do país, distante 863 km da capital. Sua população estimada em 2021 era de 158 432 habitantes, sendo assim, o nono município mais populoso do estado e o 16º do interior da Região Nordeste. É cortada pelo Rio Grande, principal afluente da margem esquerda do Rio São Francisco, e é atravessada por três rodovias federais sendo elas a BR 020, a BR 135 e a BR 242 tornando-a no principal entroncamento rodoviário da região) Em meados dos anos 70 do século XX, a pequena vila se tornou um "pedacinho" do Ceará na Bahia, com a chegada dos primeiros cearense em Barreiras, juntamente com o 4º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército Brasileiro (4º BECnst). O 4° BEC, situado em Barreiras-BA, é uma Organização Militar do Exército Brasileiro, especializada em obras de construção horizontal, subordinada ao 1° Grupamento de Engenharia fins de preparo e instrução, emprego militar e técnico, e vinculada à 6ª Região Militar para fins de apoio logístico e administrativo e assuntos de Segurança Integrada. Criado em 1955, e presente no Oeste Baiano desde 1972, contribuindo positivamente com o desenvolvimento da cidade. O bairro Vila dos Funcionários é considerado até hoje pelos saberes da oralidade local uma referência das manifestações culturais nordestina, de Barreiras, principalmente a dos festejos juninos a exemplo das quadrilhas juninas como expressão artística e cultural.

Com essa informação empírica, início este estudo (auto)biográfico na perspectiva de analisar os fenômenos e expressões que nos proporcione compreender como se dá a ascensão de lideranças de pessoas LGBTQIAPN+ ou *queer* (termo que que se refere a pessoas que fogem da norma heteronormativa), nas quadrilhas juninas, espaços-tempos identitários construídos pela norma binária, cisgênero e heteronormativa.

Em meio a esse panorama destacamos que os saberes orais sobre a história do bairro Vila dos Funcionários são passados de "pai para filho", saberes da oralidade local, também das quadrilhas juninas. Parafraseando Foucault (2017) sobre seus estudos da arqueologia do saber, escavando metaforicamente os saberes das pessoas moradoras do bairro, por sinal saberes esses que são soterrados nas memórias afetivas e história da cidade ditas subterrâneas. É preciso suspender esses estudos epistemológicos a partir de memórias

autobiográfica sobre a cultura de um bairro e dos elementos que a constituem enquanto grupo social pertencente ao local.

Nos estudos desses saberes culturais que fazem parte da história local, histórias que muitas vezes emergem também a pessoa *queer*, são teorias e dados historiográficos dos espaços-tempos e que pessoas LGBTQIAPN+ se impõem por liberdade refletida da resistência para o processo de empoderamento e consequentemente estar sob as relações de poder.

Diante dessa realidade, surgiu o seguinte problema, a ser esclarecido com esta pesquisa: De que forma se dá o empoderamento *queer* nas quadrilhas juninas na cidade de Barreiras-BA? Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo principal compreender os aspectos e posturas que evidenciem o empoderamento *queer* nas quadrilhas juninas na cidade de Barreiras, estado da Bahia. Como objetivos específicos, procurou-se: i) discutir os antecedentes históricos das quadrilhas juninas contextualizando a resistência LGBTQIAPN+; ii) avaliar como as pessoas *queer* se constituem nas relações de poder no movimento das quadrilhas juninas.

Quanto à metodologia, trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa utilizando método auto biográfico, enfatizando minhas experiências como sujeito nesse lugar de (re)existência "As experiências de vida demarcam o lugar da existência, tudo que um sujeito sabe do mundo sabe a partir de uma visão que é sua e de uma experiência de mundo pessoal" (Alves, 2014, p. 22). A abordagem metodológica da pesquisa autobiográfica traz uma abordagem de cunho diferente permeia nas falas, histórias, trajetórias, experiências para construção das subjetividades e identidades do sujeito, ou seja, uma produção do sujeito sobre si neste caso em relação aos outros, partindo da subjetividade e singularidade para a pluralidade, experiências e saberes.

Esse método autobiográfico se ancora na fenomenologia existencial, surgida no século XX pelos pensamentos de Edmund Husserl, e se preocupa filosoficamente na descrição e não explicação, assim se cria um outro tipo de conhecimento, o derivado do movimento biográfico, onde as experiências pessoais do indivíduo se tornam saberes. "O desejo de produzir outro tipo de conhecimento, campo de formação acadêmica, fez fortalecer o movimento biográfico, como um estatuto epistemológico próprio, uma área emergente de pesquisa" (Alves, 2014, p. 24).

A autobiografia se consolida em torno das narrativas do sujeito, tendo suas experiências como um instrumento valioso como investigação nos processos de aprendizagem."As narrativas (auto)biográficas tornam-se um instrumento valoroso para a presente investigação, quando se propõem a compreender a aprendizagem e a construção do processo identitário" (Alves, 2014, p. 25). Portanto, as narrativas autobiográficas não são apenas para descrever ou interpretar os acontecimentos pessoais e sim para retotalizar sinteticamente a vida e interação social desse sujeito, ou seja, para que haja uma

ressignificação das memórias, dos acontecimentos, uma análise global, afetiva, profunda e empírica das memórias que posteriormente se tornam conhecimentos acadêmicos. Por isso Alves (2014, p. 26) considera que "uma narrativa biográfica não é um relatório de acontecimentos, mas uma ação social pela qual um indivíduo retotaliza sinteticamente a sua vida e a interação social em curso, por meio de uma narrativa-interação".

O contexto da investigação autobiográfica foram as vivencias experiênciais com os participantes que se autodeclaram pessoas LGBTQIAPN+ de quadrilhas juninas como a Remelexo Cearense, Sapecou Queimou, Luar do Nordeste, Encanto do Oeste, Balão Dourado e Nordeste Show. No processo de coleta de dados trabalhamos com os seguintes instrumentos de pesquisa: a) pesquisa bibliográfica: i) com livros, artigos, teses e dissertações; ii) bancos de dados online, onde foram utilizados para pesquisa termos e expressões como empoderamento, relações de poder, história e cultura *queer*, e quadrilhas juninas, entre outros; iii) documentos e material impressos sobre a história das quadrilhas juninas; b) narrativas orais coletados durante as visitas aos ensaios das quadrilhas juninas por meio de conversas informais com pessoas LGBTQIAPN+.

Este estudo conta ainda com método da análise interpretativa e nessa base o foco, não é separar o sujeito das narrativas e sim localizar e contextualizar o sujeito, sendo protagonistas de suas próprias narrações, nisso o que importa é compreender a semântica e subjetividades dos conhecimentos.

> Na análise interpretativa das narrativas, o que está em jogo é a com- preensão dos conteúdos semânticos, dos conhecimentos que se desvelam e constroem para o benefício e a realização dos indivíduos em formação inicial e identitária enquanto análise compreensiva desse processo narrado através das escritas dos memoriais de formação. Uma análise interpretativa das Histórias de Vida através das escritas de si configura-se na análise hermenêutica conduzindo o pesquisador para além das questões de decodificação das mensagens dos textos narrativos à reconstituição de estruturas diacrônicas (Alves, 2014, p. 42).

Dentre os autores que fundamentam este estudo, destacam-se Alves (2014); Berth (2019); Cardoso et al (2017); Neto (2019) e Trassoldi (2021),entre outros. Nos decorrer, trago a fundamentação teórica que embasou o presente estudo sobre os estudos de gênero e empoderamento *queer*, abordando e contextualizando de maneira breve os antecedentes das quadrilhas juninas, suas origens e influência, procurando apresentar o empoderamento *queer* nas quadrilhas juninas no município de Barreiras-BA, mostrando como se dão as relações de poder, resistência e a resistência *queer* no interior do movimento junino barreirense.

No final do texto, apresento as minhas considerações, na perspectiva das (in)conclusões, fruto dos achados da pesquisa, a partir do presente estudo investigativo

sobre os espaços-tempo do empoderamento *queer* nas quadrilhas juninas. Uma trajetória, experiência de si, espaço-tempo formativo e autoformativo, narrativas de si, são caminhos e categorias de análise que acreditamos poder provocar o leitor a uma imersão na leitura deste texto monográfico sobre a compreensão dos aspectos e posturas que evidenciem o empoderamento *queer* nas quadrilhas juninas no município de Barreiras-Bahia.

2 TEORIA, RESISTÊNCIAS, VIOLÊNCIAS, E EMPODERAMENTO *QUEER* NAS JUNINAS

Queer é uma palavra inglesa usada por anglofanos há quase 400 anos. Na Inglaterra havia até uma *queer stree*t, onde viviam todos os vagabundos, os endividados, as prostitutas e todos os tipos de pervertidos e devassos que aquela sociedade poderia permitir. Desde então o termo passou a ser usado como ofensa, tanto para homossexuais, travestis e transexuais e todas as pessoas que se desviavam da norma heterossexual (Vieira, 2015).

Queer era o termo para os considerados desviantes da norma vigente (motivo esse que nos encantou a nomear esse trabalho como *queer*, não por ser mais ou menos importante que as outras letras da sigla e sim por todo o peso e história que o termo tem). Não há em português um sinônimo claro, talvez possamos pensar o *queer* como transviado. Por esse motivo o termo foi reapropriado (assim como foi feito o termo viado, sapatão, bixa, termos pejorativos que foram ressignificados (Facchini; Simões, 2009). Essa reapropriação surge devido ao ativismo LGBTQIAPN+ e posteriormente em conferências acadêmicas surge a teoria *queer*, que será retomada adiante. O *queer* de alguma forma é um termo de empoderamento, termo que ajuda a dar poder a toda a sigla, porém também se põe numa relação de poder, talvez por isso algumas pessoas não se entendem como *queer*, pois se é um termo guarda-chuva, o *queer* de alguma forma está sobre a sigla, mas ao mesmo tempo está colocado dentro da sigla, e de alguma forma com um sentimento de ativismo, talvez o *queer* se torna tão igual e tão importante quanto o resto das letras da sigla (Gomes; Zenaide, 2019).

O *queer* pode entendido dessa forma:

> Se por um lado ele pertence ao todo que é a comunidade, por outro ele também é um indivíduo de características únicas, e dentro dessa comunidade, se identifica com alguma vertente específica da comunidade, assumindo papéis sociais e políticos a partir dessa homossexualidade que o representa (Bortoletto, 2019, p. 12).

Sobre os estudos *queer*, destaca-se toda a potência que se tornou a teoria *queer*. A teoria *queer* que surgiu na década de 90 do século XX e teve como referencial teórico os

estudos de Focault e Derrida, além da contemporânea Judith Butler. Ela foi originada do encontro dos estudos culturais norte americano com o pós-estruturalismo francês. A palavra *queer* é traduzida por estranho , excêntrico, raro e extraordinário. Os estudos *queer* adquire todo seu poder com a invocação que o relaciona com patologias e insultos e representam a transgressão quanto a uma sociedade heteronormativa, destacando a realidade social e cultural de uma minoria excluída - os homossexuais. Vale ressaltar, que esta minoria luta contra a condição de marginal de forma radical, exagerada e excêntrica. Em fevereiro de 1990, na Universidade da California, Santa Cruz (EUA), o *queer* foi realizado uma conferência com propósito teórico movimentado pelas provocações do feminismo, pós-estruturalismo, estudos culturais e mobilizações étnico-raciais e movimento LGBTQIAPN+ em meio a epidemia do HIV/Aids, conferência essa realizada por Teresa de Laurettis.

> A Teoria Queer surgiu nos Estados Unidos na década de 90 do século XX com a relação entre os Estudos Culturais e o Pós-estruturalismo francês, no intuito de questionar, problematizar, transformar, radicalizar e ativar uma minoria excluída da sociedade centralizadora e heteronormativa (Garcia; Miranda; 2012, p. 129).

Na conferência da Universidade da Califórnia, Teresa provocava uma ideia de pensar as sexualidade dissidentes e patológicas não como uma minoria e nem oposta a heterossexualidade, mas estudar sua relação como outras categorias analíticas como gênero, classe, raça, geração, e nacionalidade, ou seja, no início das problematizações *queer* de forma subjetiva ou não, já se pensava na interseccionalidade. No uso pejorativo antes da rebelião de *Stonewall* e os estudos *queer* o termo ganhará o sentido de viadinho, sapatona e maria macho e com a prisão Oscar Wild, o primeiro ilustre a ser chamado de *Queer*. É importante notar que a teoria *queer* é justamente o estranho, é aquele que narra ou é narrado fora do padrão e nisso a própria teoria da base para a reivindicação do termo como aponta:

> A palavra queer, cujo sentido original era bizarro, excêntrico, estranho, passou a designar depreciativamente os homossexuais a partir do século XIX, nos anos 1980, porém, a palavra foi reivindicada pelos grupos LGBT num processo de ressignificação em que se tornou valorativa. Com essa transformação de sentido, o termo começou a ser usado no sintagma "teoria queer" (Figueiredo, 2018, p. 4).

A resistência *queer* surge de forma individual e singular (potência singular), isso porque é preciso estar desconfortável, oprimido, contra e ou se opor aos atos heteronormativos dos que estão com o poder no momento, baseado nisso essa

singularidade tende se tornar coletiva, plural (potência plural) quando as falas e pensamentos ganham força com outras pessoas que comungam do mesmo sentimento político de movimento de luta por resistência para promover a nossa existência social, cultural e identitária.

> A gênese do campo político acaba por desdobrar o alcance de análise do que sigmotiva resistência singular, nos permitindo pensar a necessidade da política não apenas como um desejo de resistir ao/apesar do outro, mas também como um desejo de resistir com o outro (e a própria natureza, imaginada abstratamente, pode ser uma representação desse outro) (Silva, 2013, p. 5).

Segundo as teorias elaboradas a partir da filosofia espinozana se entende que existir é resistir. A partir disso se entende que a resistência é um fenômeno individual a priori, a resistência surge das relações de poder e se torna base para o empoderamento quando essa resistência se torna algo coletivo, contudo, mesmo que o fato de existir já nos coloque em resistência, o conceito não se resume somente nisso, resistência é preservar a liberdade que todos nós devemos ter no espaço-tempo em que estamos e vivemos, de forma política, social, cultural e demais formas. Com Spinoza, existir já é um ato de resistir, pois, em âmbito ontológico, a essência de cada coisa, o *contatus*, ao buscar a sua perseveração, já está em esforço de resistência, o que leva à afirmação de que, desde a base do pensamento espinozano, resistência já é uma potência produtiva, criativa e atual, que configura a própria existência. Nesse sentido, a resistência não surge quando aparece uma ameaça externa, não depende disso, de uma externalidade negativa, para se materializar. Com o holandês, a resistência é ato anterior, é constitutiva e constituinte de cada singularidade, é mesmo a própria potência de cada ser, em seu exercício de contínua criação, através dos encontros, reencontros ou agenciamentos inter subjetivos e desses com as instituições (Junior, 2018, p. 304).

A resistência vem da desobediência, desobedecer ao que as instituições nos impõem, nos obriga claro que a resistência tem dois lados, de certa forma dois lados políticos, a desobediência civil que está na resistência das lutas de classe, raça e gênero e a resistência violenta que molda os discursos opressores e conservadores. A resistência é um fenômeno que na estrutura preza a liberdade, estrutura essa que compreendemos assim: existir, resistir (potência singular), resistir (potência plural), empoderamento e liberdade. Obviamente que essa liberdade se remete a conquista do poder de um determinado grupo, comunidade, espaço sobre o outro e ainda sim essa liberdade está sujeita as relações de poder, porém essa liberdade é inalienável é um sentimento natural e por ser natural que essa estrutura sempre repete quando a liberdade é negada às pessoas, afinal os processos

de resistência até a liberdade não findam os constantes novos processos de resistência e de direitos.

> A resistência seria um processo necessário de autoafirmação/produção dos agentes éticos e políticos, expressão inalienável de um conatus estratégico – o que abrange a resistência como perseverança não ser e como afirmação de liberdade (individual e coletiva) (Silva, 2013, p. 10).

Resistir é potência, essa potência é a capacidade de agir dos indivíduos ao que está ao seu alcance, para Spinoza a potência de cada uma está regido a potência maior da natureza que é a potência de Deus, o poder soberano (poder esse que está nas relações de poder, porém não se submete a resistência, pois esse poder é soberano e universal a todas as potências) todos nós temos o direito natural que equivalem a nossa potência, e cada indivíduo tem o direito de se conservar, ou seja, agir e viver como manda a sua natureza, pois tudo que fazem é conforme a sua natureza, por isso somos diferentes (Silva, 2013). A potência é a lei natural de cada um, nisso existe as relações de poder entre as potências, onde uma potência maior pode impor sobre a potência menor, porém quando potências menores se unem, se tornam uma potência grandiosa e isso é empoderamento surgido das potências individuais e singulares (resistência), tudo isso é o poder concretizado ou fragmentado, o poder, todos temos poder, de diferentes formas e tamanhos, porém está em nós, como aponta:

> O poder não é visto como algo dado, pronto e acabado, mas inserido numa dinâmica de forças, de fluxos materiais, energéticos, espirituais, emocionais, uma espécie de futuação, de permanente consolidação e desconsolidação, a depender dos fluxos envolvidos, expressados nos sujeitos e nas próprias instituições (Junior, 2018, p. 303).

No ensaio “Ativismos LGBT no Oeste da Bahia: percursos, situação atual e potências políticas” publicado em 2017, os autores tem o propósito de refletir como os corpos LGBTQIAPN+ do oeste da Bahia, se configuram a partir das relações de opressão em determinados espaços, e assim entender o início do empoderamento *queer*, a partir do questionamento das normas que agem sobre esses corpos de forma violenta na tentativa normatizadora, limitando-os em seus processos identitários. Nesse contexto, refletimos sobre quais corpos importam dentro de uma sociedade que busca encaixar o sujeito em um padrão nomeado como normal e aceitável sem, sequer, preocupar-se como esse sujeito se identifica. Por outro lado, os sujeitos que se encontram neste regime buscam um lugar em

tais espaços, pois sentem a necessidade de (e são impelidos a) serem aceitos, inclusive como estratégia de sobrevivência. (Cardoso; Fernandes; Lima; Soare; Souza, 2017, p. 2)

Investigando os pioneiros, desbravadores e líderes de quadrilha junina que se declaravam gay encontramos a história do cearense Antonio Eudes, um dos primeiros dançarinos, coreógrafos e líderes da quadrilha junina Remelexo Cearense ainda no final dos anos 70 do século XX. O cearense Antonio Eudes, que conjuntamente com sua família emigraram do estado do Ceará para a cidade de Barreiras na Bahia no início dos anos 70 do século XX, veio contribuir por muito tempo com a manifestação cultural das quadrilhas juninas. Sendo negro e homossexual abertamente assumido em meados do fim dos anos 70 e início dos anos 80, foi líder ou agente cultural, foi um dos pioneiros do movimento LGBTQIAPN+, das quadrilhas juninas, mesmo sem talvez ter a percepção desse mo- vimento, pois depois dele outras lideranças gays iriam surgir no próprio grupo da Remelexo Cearense como Paulo Rogerio e Francisco Cleiton e em outras juninas posteriores a exemplo de lideranças como Mauro Sérgio (Remelexo e posteriormente Nordeste Show), os irmãos Olavo e Otávio (Remelexo e Balão Dourado), Ailton conhecido como Tom (Remelexo, Nordeste, Balão, Dona Gonzaga, Luar, Sapecou Queimou), e recentemente os jovens líderes culturais a abertamente gays, Marcelo Azevedo, atual presidente e marcador da junina Luar do Nordeste (mas que antes foi passista da Remelexo e depois da Balão Dourado e Rosa de ouro) acompanhado de seu parceiro Weslley Alecrim (atual noivo da Luar) e Marcelo Ferreira (Balão, Sapecou, Êta Lasqueira e Luar) hoje atual presidente e marcador da campeã regional de 2022 á 2024, a Encanto do Oeste.

Observando essa resistência para o empoderamento *queer* nas quadrilhas e fanfarras, nos questionamos, para além disso, pois quais outros fatores podem ser considerados como resistência *queer* no município de Barreiras? A arte e movimentos culturais sempre são mais propícios para inserção de atores sociais que praticam revoluções, resistências, resiliências, e empoderamento desde que se assumem LGBTQIAPN+ até o prosseguir da vida social. “Sair do armário evoca emergir do confinamento e do ocultamento para espaços públicos, a partir da clandestinidade para a afirmação pública” (Spargo, 2017, p. 27). Para Tasmim Spargo no ensaio Foucalt e a teoria *Queer*, publica- do em 2017, expõe a necessidade que indivíduos LGBTQIAPN+ têm de expressar, sua sexualidade e identidade dentro de um território político que é uma cidade, tanto que entre 2014 e 2015 houve em Barreiras uma “barzinho” estilo lounge, pub LGBTQIAPN+, na época dito como GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) era o DL *pub*, gerenciada por uma *dj* lésbica, porém teve o ponto fechado devido ao público ser limitado não intencionalmente, os gastos eram muitos e lucros poucos, muitos LBGTQIAPN+ mesmo que assumidos ainda estão na margem da sociedade com desemprego e pouca escolaridade, como aponta os estudos de Barbosa e Clarck (2017).

> A população LGBT é constantemente deixada às margens da sociedade das políticas públicas nas áreas da saúde, educação, emprego e segurança, paradoxalmente é contemplada pelo capital e pelo planejamento do estado (união) no turismo, a fim de gerar lucros, tributos e fomentar o processo produtivo (Barbosa; Clarck, 2017, p. 84).

Barreiras ainda é uma cidade que repete discursos homofóbicos e transfóbicos, porém é um lugar onde a LGBTQIAPN+fobia como forma de violência física ou homicídios está presente na cultura dos munícipes, porém não temos registros de casos corriqueiros e de grande repercussão na mídia. Por isso, aparenta ser uma cidade relativamente estável frente aos direitos sociais de pessoas LGBTQIAPN+. Durante as pesquisas bibliográficas para um ensaio sobre ativismo no oeste da Bahia foi percebido e registrado nos estudos de Cardoso; Fernandes; Lima; Soares; e Souza (2017), algumas vítimas de LBGTQIAP+fobia foram encontradas, porém não foi possível documentar os casos de violência devido ao medo dos mesmo em relação a represálias e sem a garantia da proteção do estado e da família. Mas, como nos processos de pesquisa sempre é possível voltar a escrita e rever conceitos e incluir novas informações, durante a presente investigação tivemos o registro policial de um crime de homofobia que aconteceu no dia 17/10/2021 no residencial São Francisco Barreiras, hoje 20/10/2021 adicionei essa morte com pesar nesta pesquisa, pois mais uma pessoa tem sua vida ceifada pela homofobia. Era um servidor público e graduando do curso de geografia da UFOB- Claudio Pereira da Silva entrou em discussão na madrugada de um sábado para domingo com um homem que fazia chacota sobre sua orientação sexual, Claudio e assim foi vítima de três golpes de arma branca, o caso permanece sob investigação policial, porém os fatores confirmam o caso como homofobia. O caso de Claudio nos faz repensar e achar importante incluir outro caso de repercussão nesta cidade, pois até então na época os registros policiais e da mídia não tipificava o caso como vítima de LBGTQIAPN+fobia. No dia 19/01/2012 o corpo do estudante de história da ICADS-UFBA de Barreiras-Ba (hoje UFOB), Eliano de Souza Bezerra, conhecido como Nego Eliano (37 anos) foi encontrado pelo mergulhador profissional e ajudante do corpo de bombeiros, na parte urbana do Rio Grande da cidade de Barreiras. Nego Eliano foi morto supostamente a pedradas e seu corpo jogado no Rio Grande por volta das 5h daquela madrugada, por dois homens, um de 24 anos e outro menor de idade, que foram detidos no Complexo Policial de Barreiras.

Além de Barreiras é possível dizer que em Luiz Eduardo Magalhães (cidade próxima a Barreiras há 100 km de distância) é uma cidade com mais casos de mortes de pessoas LGBTQIAN+ como foi o caso de uma dançarina de quadrilha junina e técnica de enfermagem Sabrina (travesti), outro caso, o jovem Guilherme de Souza que tinha 21 anos e foi morto a pauladas num crime premeditado em 12 de julho de 2020, tendo um jovem de 14 anos como seu algoz, e pra deixar a situação mais triste o corpo de Guilherme demorou meses

até sua mãe Franciane de Souza conseguir enterrá-lo, em entrevista disponível no site G1 Bahia (G1 Ba, 2020).

Outro caso chocante foi de Tiago Avelino, de 24 anos, em 2018 estava sendo socorrido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) quando foi assassinado (Tv Oeste, 2018). Tiago estava de carona com seu tio que era suspeito de tráfico de drogas e nisso foram perseguidos e alvejados no carro, depois de socorrido Tiago ainda na ambulância foi assassinado por homens encapuzados e armados de forma violenta, a família alega que Tiago era inocente, ressaltando que Tiago era o noivo da quadrilha junina Tira o pé na Brasa de Luiz Eduardo Magalhães, no mesmo ano a junina foi campeã no concurso regional do oeste fazendo uma bela homenagem ao noivo, onde a noiva dançava sozinha e no decorrer da apresentação ela procurava seu noivo que havia se transformado em pássaro E o caso mais recente (notificado), da travesti Lorena Fox (G1 Ba; Tv Oeste, 2024) que foi morta por dois homens depois de um desentendimento por questões de valores do programa que Lorena fazia, isso ocorreu em 23/02/2023 e só sendo achada no mês de março em um matagal por funcionários de uma empresa, porém neste caso houve justiça, os dois homens foram julgados e condenados a mais de vinte anos e ainda terão que pagar uma indenização de vinte mil reais. Esses são alguns casos de pessoas jovens e *queer* mortas antes dos 35 anos da cidade de Luiz Eduardo Magalhães (LEM).

Nos estudos de Cardoso, Fernandes, Lima, Soares e Souza (2017), os autores destacam fatos importantes de ativismo na região, nas pesquisas se constatou que apenas um grupo foi criado em prol do ativismo LGBTQIAP+, o GGOB (Grupo Gay do Oeste da Bahia) mostrando que em algum momento houve uma preocupação com a comunidade LGBTQIAPN+ de Barreiras e região. Em uma entrevista no dia 22 de julho de 2016 o até então ativista na época João Felipe (atualmente vereador de Barreiras), disse:

> (...) que se considera um ativista, porém tem o sentimento de estar sozinho pois não considera a região Oeste da Bahia cenário favorável para as pessoas LGBT's pois não encontramos algo que nós (às minorias sexuais) referencie em prol dos direitos das pessoas LGBT's (Cardoso; Fernandes; Lima; Soares; Souza, 2017).

Todos esses casos de violência e resistência estão ligados às quadrilhas juninas, e nisto conforme discussão anterior o movimento junino segue tradições europeias, sobretudo da Inglaterra e da França. Sua manifestação não se restringe apenas à apresentação de quadrilhas no mês de junho, mas sem dúvidas, esta é uma atração indissociável das festas juninas, espaço de inclusão para todos os indivíduos que queiram participar. De acordo com Neto (2019), é possível verificar, sob a leitura de Hobsbawm (2015), que as quadrilhas juninas apresentam, em certa medida, uma referência com um passado histórico, uma

ligação geográfica, étnica e temporal. No entanto, é preciso considerar as reações às novas situações sociais que surgem, que podem contestar as repetições obrigatórias exigidas pelos defensores da "verdadeira" tradição.

> O objetivo e a característica das 'tradições', inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. O 'costume', nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história (Hobsbawm, 2015, *apud* Neto, 2019, p. 08-09).

É justamente nessa disputa entre manutenção das tradições e o seu constante repensar, sua reconstrução e desconstrução, que a cultura desenvolve sua dinamicidade em diálogo com a sociedade, influenciando e sendo influenciada (Neto, 2019). Corroborando com Bhabha (2003), o trabalho das quadrilhas juninas revela um trabalho fronteiriço da cultura e exige um encontro "o novo" que não seja parte do contínuo de passado e presente. Como ato insurgente o trabalho cultural de uma quadrilha junina enquanto manifestação cultural e histórica de um povo, não apenas garante a tradição do passado como causa social, mas intervém num presente estético que se renova, que se inova, ou seja, o passado-presente torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver (Bhabha, 2003).

Empoderamento, hoje é uma palavra mediática, forte, que dá status, uma palavra da moda, quem se empodera quer poder, e como é esse poder dentro de uma junina? O poder de um líder/presidente junino, de um prefeito, presidente ou um ditador tem similaridades pelas relações de hierarquia, respeito, e autoridade e ao mesmo tempo tem diferenças devido às especificidades e alcance de cada poder. Existe outro fator em comum, a coletividade, é perceptível que para alguém chegar ao poder, tem como base um grupo que o colocou lá, o poder não surge de forma individual, é preciso de um coletivo para dar base e sustentar o empoderamento de alguém que irá administrar as necessidades desse grupo. Ou seja, o próprio empoderamento está atrelado ou subjugado a uma relação de poder, o poder de um grupo. Portanto, as pessoas participantes de quadrilha juninas se empoderam? Se entendem dentro de um grupo cultural? Como esse grupo as limita? Como esse grupo visibiliza suas causas ou falas ou como invisibiliza as mesmas nessa necessidade de ser valorizados percebidos, entendidos como pertencentes aquele grupo? Muitas dessas pessoas se empoderam e assim surge um grupo cultural que se empoderou dentro de outro grupo (Augusto, 2018).

Enquanto abordagem da pesquisa autobiográfica, não há como abordar a temática do movimento das quadrilhas juninas e o empoderamento de pessoas LGBTQIAPN+ no oeste da

Bahia, e mais especificamente na cidade de Barreiras, sem enfatizar as narrativas experiências, vivenciadas na comunidade da Vila dos Funcionários e na extinta quadrilha Remelexo Cearense, afinal dela surgiram todas as outras juninas. Parafraseando Alves (2014, *apud* Passeggi, 2010), o ato de autobiografar é aparar a si mesmo com suas próprias mãos, como diz o nordestino, aparar é ajudar a nascer. Também ação de cuidar de si e de renascer de outra maneira pela mediação da escrita. Narrar uma escrita sobre si com suas memórias afetivas é um processo de contar história de si, para si e para o outro é um processo autobiográfico de reflexão da auto formação, sobre as experiências formadoras que marcam a minha história de vida com as quadrilhas juninas.

É desse lugar, dessa condição de sujeito biográfico, como processo de construção da minha existência individual, subjetiva, que busco refletir as minhas aprendizagens experienciais como produção da esfera social. Na condição biográfica, autobiografar-se a si mesmo, e ao mesmo tempo ressignificar, e contribuir com os estudos epistemológicos sobre empoderamento *queer* em quadrilhas juninas

> o sujeito confronta-se consigo mesmo. A descontinuidade que vive impõe-lhe transformações mais ou menos profundas e amplas. Surge-lhe perdas e ganhos, e nas nossas interações, interrogamos o que o sujeito fez consigo, ou que mobilizou a si mesmo para se adaptar à mudança, evitá-lo ou repetir-se na mudança (Josso, 2009, p. 70).

A minha primeira quadrilha composta por jovens e adultos foi o grupo cultural Sapecou Queimou do bairro São Pedro, próximo ao bairro que resido que é a Vila dos Funcionários, onde fiquei entre 2012 e 2014. Em 2013, fui desafiado a ser o destaque principal da junina com a temática: "O Tapete Vermelho se estende no arraiá, vem Mazzaropi o São João Festejar!". Foi de fato uma experiência prazerosa e linda de se viver. A junina sapecou até então era umas das juninas mais conservadora, apesar de um número expressivo de pessoas gays e algumas garotas lésbicas (como a própria rainha da junina em 2013). Os quadrilheiros, eram de forma indireta "orientados" a seguirem os padrões heteronormativos, percebi isso em 2014 quando em outro desafio fui o noivo da junina com o tema – "Luz, câmera, ação, é o cinema invadindo o seu São João!". Um ano realmente de fracassos nos processos de participação de concursos locais e regionais além das questões internas do grupo, dando fim a junina que voltaria depois em 2019 com ex-dançarinos da quadrilha Remelexo Cearense e que também eram oriundos de conflitos internos do grupo.

Entretanto, a temporada onde fui noivo em 2014 foi a mais expressiva com a flexibilização das regras aos dançarinos assumidamente gays. Além de mim como noivo, os quatro dançarinos da comissão de frente eram gays, ou seja, a sua condição de afeminados no dia-a-dia, não inviabilizaram de assumirem papéis de ponta e destaque na quadrilha.

Porém, em alguns momentos como nos ensaios e concursos os dançarinos gays que assumiam o papel pré-determinado para o gênero masculino, se sobressaiam e "brilhavam", frente as dançarinas, por saberem girar as saias, mas sempre apareciam cobrança do padrão heteronormativo, ou seja, esses dançarinos gays que praticavam os movimentos considerados "femininos" eram/são vistos e rotulados como "espalhafatosos" ou que iriam ofuscar a apresentação das damas, eram chamados atenção para engessar seus corpos hetero- normativamente, afinal o cavalheiro de uma junina até então tinha que transparecer masculinidade e virilidade. Fato esse que encomendava e ainda incomoda muitos dançarinos de postura e identidade afeminados, promovendo inclusive uma discussão sobre a ocupação desses corpos em papéis tradicionalmente e heteronormativo definidos para o gênero feminino.

Para Neto (2019, p. 214), "as quadrilhas juninas continuam dramatizando anualmente os códigos, valores e comportamentos corporais heteronormativos, inclusive tentando enquadrar os corpos e as corporalidades dissidentes dos seus brincantes". O fato é que algumas damas não tinham, principalmente as dançarinas iniciantes, independentemente da sexualidade, uma estética corporal da dança coreografada, interligada a movimentos de delicadeza e sutileza de praticar alguns compassos da junina.

Tradicionalmente, desde os tempos remotos do surgimento das quadrilhas juninas, alguns movimentos coreografados eram organizados por gêneros. Assim, movimentos impostos culturalmente para gênero feminino como o de se posicionarem como "as damas", no manusear dos seus saiotes enormes, não podiam ser realizados por dançarinos do gênero masculino. Caso isso acontecesse eram questionados por suas performances ao dançar. Os dançarinos afeminados de certa forma sempre eram monitorados, questionados e mais uma vez orientados a seguir o padrão caipira macho heteronormativo. Na Junina Sapecou esses atos eram até tratados como forma de piada, pelos dançarinos héteros. Acredito que muitas vezes, pela ausência de um letramento social de consciência e de empoderamento da causa gay, muitos dançarinos LGBTQIAPN+ não tinham noção da violência simbólica e do preconceito que sofriam, apenas tentavam se adequar às normas para não ter que se indispor com a direção e a presidente.

O empoderamento *queer* nas juninas de Barreiras ganha mais expressividade e representaticidade quando surge de fato em 2016 com Luar do Nordeste, pela primeira vez uma junina seria criada, organizada, coreografada, dirigida, produzida por gays, lésbicas e transgêneros em sua grande maioria e os papéis de destaque e frente defendidos em maioria também por LGBTQIAPN+. Em 2016, a Luar em seu primeiro ano se torna campeã com o tema: Uma história de amor e paixão pelas bandas do sertão, porém essa história que seria do romance quase impossível dos noivos sertanejos, ficou ofuscada pelo brilho da dançarina trans Bya Mello (pois a mesma foi a primeira trans a interpretar um papel de destaque em uma junina). Anos antes como noiva não teve a visibilidade como teve quando

interpretou o carcará sanguinolento do sertão, vilã da temática da Luar em 2016. Isso fez das trans um recurso inovador nas juninas, era marketing, algo quase que obrigatório que a Luar trouxe todos os anos, menos em 2017, quando Bya interpretando a gênia do tema: Crispin e a Lamparina Mágica, Bya teve que ser substituída por outra dançarina por problemas de saúde no dia do concurso.

No dia quatro de março de 2017, o presidente e vice-presidente da junina Luar do Nordeste viajaram para o simpósio anual de quadrilhas promovido pela FEBAQ (Federação baiana de quadrilhas) situada em Salvador. Neste simpósio com cerca de oito horas de duração (segundo o presidente da Luar) os dirigentes da juninas foram com um único objetivo de liberar a participação dos/das pessoas trans de todo o oeste baiano neste concurso, até então em estatuto era proibido à participação de pessoas dançando "travestidos" com trajes do sexo oposto, biologicamente falando, fato ocorrido com a dançarina Bya Mello que foi censurada anos atrás por ser trans neste mesmo concurso, quando vestia a camisa da quadrilha Remelexo Cearense, sendo que nesse contexto as pessoas trans expõem suas reais identidades alterando o que muitos chamam de "normalidade" na tradição. "A identidade é um instrumento que permite pensar a articulação do psicológico e do social em um indivíduo, ela exprime entre o indivíduo e seu ambiente social, próximo ou distante" (Cuche, 1999, p. 200).

A Luar do Nordeste também tem seus problemas de gestão e de inter-relações, porém é a junina que mais me promoveu reflexões sobre o empoderamento *queer*, promovendo sensações de pertencimento e onde as ideias de um dançarino/coreógrafo *gay* eram aceitas, isso até 2019, ano que fui rei da quadrilha, papel antes nunca pensado para um dançarino gay. Hoje percebo que consegui o cargo mais por "imposição" minha do que pela escolha da diretoria, aquele ano eu já não fazia mais parte da direção da junina, algo foi que decisório para minha retirada do cargo de rei em 2020 (caso a pandemia não tivesse pausado os planos da junina), não sendo mais diretor não poderia questionar os motivos e nem me autoafirmar no cargo ou pedir uma votação.

Historicamente as pessoas LGBTQIAPN+, em decorrência de uma sociedade de pensamento etnocêntrico sustentado pela ideia homogeneizadora da normatividade dos corpos, tiveram o direito negado de contar a sua própria história, a sua narrativa. Por isso, como atividade biográfica da presente investigação, e enquanto sujeito pesquisador que entra pela via reflexiva da narrativa das relações de poderes constituídas nas juninas da cidade de Barreiras, busca-se compreender como as pessoas LGBTQIAPN+, em sua condição biográfica se relacionam em grupos sociais/culturais que tem a dinâmica do poder nos processos de liderança.

Na Luar do Nordeste o sujeito biográfico *queer* se empoderou e ganhou poder, estava na liderança, a grande questão era como esse poder se refletia no restante do grupo se priorizava a valorização ou ia impor a autoridade e hierarquia forçada.

> Empoderar, dentro das premissas sugeridas, é, antes de tudo, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto, entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras que temos visto ao longo da História. Esse entendimento é um dos escudos mais eficientes no combate à banalização e ao esvaziamento de toda a teoria construída e de sua aplicação como instrumento de transformação social (Berth, 2019, p. 19).

Fator importante no processo de empoderamento são as narrativas de memórias afetivas, usando nesse caso das memórias LGBTQIAPN+, memórias individuais e cruzam em memórias de um coletivo, memórias muitas vezes que trazem dor, abandono, medo, opressão a depender das vivências de cada ser neste coletivo, essas memórias que trazem cicatrizes porque fogem às normas segundo Michael Pollack, são as memórias subterrâneas, é a memória dos excluídos, dos marginalizados, das minorias (1989). Memórias clandestinas que estão em todos os espaços.

> Essa memória "proibida" e, portanto, "clandestina" ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica (Pollack,1989, p. 3).

As narrativas das memórias afetivas são importantes no processo de um grupo por empoderamento, porque esse poder vem de memórias que ainda não ganharam vozes, memórias subterrâneas que foram ou são excluídas, oprimidas, apagadas das memórias e processos formais, durante muito tempo, algo que no decorrer da história e com o uso da oralidade se propaga mesmo que de forma clandestina ou informal e no período certo ganham vozes mesmo que sejam novas vozes, a dos de herdeiros de luta e assim acontece o empoderamento (Augusto, 2018).

Nesse processo acontece o empoderamento interno em cada um, baseado em suas memórias o ser precisa se auto reconhecer é preciso usar o auto antes do ato de empoderamento externo, auto- aceitação, se autoajudar e os autos possíveis para liderar um grupo ou estar no grupo que vai surgir com o poder desejado e como ser pertencente dessa coletividade, ou seja, se reconhecer na sua condição biográfica. Dessa forma, o empoderamento deve emancipar grupos subjugados e oprimidos, entendendo que o empoderamento é que algo que requer ao auto esse auto refletido da resistência, algo que vem de dentro, mais internalizado e assim compreender os fatos existenciais e questioná-los e assim começar o processo de resistência para transformação coletiva.

O educador Paulo Freire, segundo Berth (2019), entende que não seja necessário dar ferramentas para que grupos oprimidos se empoderem; em vez disso, afirma que “os

próprios grupos subalternizados deveriam empoderar a si próprios, processo esse que se inicia com a consciência crítica da realidade aliada a uma prática transformadora" (Berth, 2019, p. 28).

Nessa emancipação está o sujeito biográfico *queer* que faz parte de um grupo sujeito à opressão e que se empodera em busca de visibilidade e com essa visibilização conquistada é preciso entender que esse grupo faz parte de outro que contém pessoas não LGBTQIAPN+, nisso, a grande logística é estreitar as relações de pessoas LGBTQIAPN+ e heterossexuais numa visão igualitária e de equidade, sem reflexos de utopia, e nem de domínio de grupo sobre outro, a ideia não é uma dita- dura LGBTQIAPN+ junina posta sobre héteros e nem sobre outros LGBTQIAPN+ que não fizeram parte do grupo de empoderamento e conquista do poder e sim uma comunhão de pessoas.

Um sentimento importante na construção do empoderamento afetivo, democrático, com equidade, baseado em senso de justiça, é a empatia, algo que requer esforço, é preciso compreender a alteridade, se colocar ou pelo menos entender o lugar do outro, a cultura, a diferença, algo que requer empenho, certo grau de desconstrução social para se construir um novo ser e usar o poder com justiça e igualdade. Para Berth (2019, p. 29), "empatia não é um sentimento que pode acometer um indivíduo um dia, outro não, mas sim uma construção intelectual que demanda esforço, disponibilidade para aprender e ouvir". Assim, quanto mais abertura uma pessoa se der para conhecer as demandas e denúncias de uma realidade de e observá-las com um sentimento de busca de igualdade mais empáticas essa pessoa será, e caso essa pessoa seja a empossada na liderança do grupo que se empodera, o poder dessa pessoa possivelmente será o mais justo possível, certamente não é uma tarefa fácil, porém uma trajetória positiva. Esse empoderamento queer nas quadrilhas juninas que é o espaço-tempo biográfico de estudo, os grupos que se empoderam precisam conversar com todas as opiniões dentro de uma junina, sejam elas pró ou contra, é preciso deixar nítido que sempre será feito o que é melhor (o melhor democraticamente) para o grupo num contexto geral, sem parcialidades, hierarquia violenta (violenta no sentido do silenciamento dos ditos subalternos), ou autoridade explosiva.

Ou seja, é preciso fazer das relações de poder existentes, relações saudáveis sem toxicidade, pois quando esses atos não existem as relações se tornam frias e danosas como eram quando LGBTQIAPN+ nas juninas de alguma forma eram oprimidos por héteros, fazendo essa opressão algo independente de gênero e sexualidade, algo ruim, pois vilaniza os líderes LGBTQIAPN+. É fato que além das questões que envolvem uma junina existe a opressão por causa da fala imposta da heternormativa compulsória, fator a mais nas relações de poder entre heteros e LGBTQIAPN+ nos grupos juninos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contemporaneidade, o sujeito assume uma condição biográfica demarcada pelo terreno do inacabamento do ser. Assim, este trabalho está implicado por um estudo investigativo bibliográfico e pelas narrativas de si, enquanto fruto das aprendizagens e experiências com quadrilha juninas, onde os sujeitos aprendentes das experiências assumem uma identidade narrativa. Por isso, não caminho por considerações finais, mas sim por (in)conclusões, a partir das premissas delineadas pela presente investigação, sobre o empoderamento *queer* nas juninas da cidade de Barreiras, entendendo que a fenomenologia existencial busca sempre interpretar hermeneuticamente a essência do sujeito biográfico a partir da sua própria narrativa.

Inicialmente, a investigação buscou analisar a parte de uma base teórica/epistemológica de estudos sobre pessoas LGBTQIAPN+, empoderamento, resistência e comunidade. O estudo se debruçou no contexto das manifestações culturais e sociais apresentadas nos espaços-tempos onde as quadrilhas juninas do município de Barreiras se tornam o espaço de sociabilização para análises e questionamentos, isso corroborando ao empoderamento LGBTQIAPN+. Fazendo um apanhado histórico LGBTQIAPN+ que se baseou nas lideranças *queer* que surgem desde os anos 70 no bairro Vila dos Funcionários, se torna um berço de grandes quadrilhas juninas, nisso me proponho a entender como as pessoas LGBTQIAPN+ se tornaram influentes nas manifestações culturais juninas. A pesquisa dá importância a essa influência, vem questionar como acontece o empoderamento *queer* nas quadrilhas juninas, que foram e ainda são espaços heteronormativos de práticas, códigos e traços heterossexuais para os membros das juninas até mesmo nos que não são LGBTQIAPN+.

Este estudo segue a metodologia autobiográfica, pois, além de tentar compreender os comportamentos dos sujeitos *queer* nas juninas, me insiro como um corpo participante dos fenômenos pelo histórico junino e entendimento como um ser *queer*. Atrelado aos estudos que se iniciou a partir dos seguintes questionamentos; de que forma se dá o empoderamento *queer* nas quadrilhas juninas no município de Barreiras-Ba? Quais os aspectos e posturas evidenciam esse empoderamento? Nisso são discutidos os antecedentes históricos das quadrilhas juninas contextualizando a resistência LGBTQIAPN+ e como as pessoas *queer* se constituem nas relações de poder no movimento junino. As análises se baseiam nas falas, histórias, trajetórias, experiências para construção das subjetividades e identidades dos sujeitos, nesse caso uma produção do sujeito sobre si em relação aos outros partindo da singularidade para a pluralidade de experiências e saberes, mesmo que sejam saberes subterrâneos. Essas trajetórias se baseiam no método autobiográfico que partiram das vivências de pessoas LGBTQIAPN+ nas quadrilhas juninas de Barreiras, incluindo pesquisas bibliográficas e narrativas orais. A contextualização do estudo apresenta de gênero e empoderamento *queer*, os antecedentes das quadrilhas juninas no bairro da Vila

dos Funcionários, empoderamento *queer* nas quadrilhas juninas, relações de poder, resistência e resistência *queer*. O empoderamento *queer* é contextualizado como reflexo de uma trajetória de camadas que se inicia com a resistência *queer*, surge de forma individual e singular (potência singular), causada pelo desconforto do oprimido e estar contra e se opor aos atos heteronormativos, no caso. Essa potência se torna plural, quando falas e pensamentos ganham força com outras pessoas que comungam do mesmo movimento e sentimento político.

Essas trajetórias se baseiam no método autobiográfico que partiram das vivências de pessoas LGBTQIAPN+ nas quadrilhas juninas de Barreiras, incluindo pesquisas bibliográficas e narrativas orais. A contextualização do estudo apresenta de gênero empoderamento queer, os antecedentes das quadrilhas juninas no bairro da Vila dos Funcionários, empoderamento *queer* nas quadrilhas juninas, relações de poder, resistência e resistência *queer*.

O empoderamento *queer* é contextualizado como reflexo de uma trajetória de camadas que se inicia com a resistência *queer*, surge de forma individual e singular (potência singular), causada pelo desconforto do oprimido e estar contra e se opor aos atos heteronormativos, no caso. Essa potência se torna plural, quando falas e pensamentos ganham força com outras pessoas que comungam do mesmo movimento e sentimento político.

A resistência segundo a filosofia espinozana enfatiza a importância de resistir como modo de preservar a liberdade que todos nós devemos ter no espaço-tempo, um ato interno que se estende a todos, a resistência surge como direito que não se sucumbi as tiranias do outro, refletida da desobediência. A estrutura se constrói assim: existir, resistir (potência singular), resistir coletivo (potência plural), empoderamento e liberdade. A liberdade quando conseguida se remete à conquista de poder de um determinado grupo sobre outro, ainda assim essa liberdade está sujeita às relações de poder, e quando essa liberdade mais uma vez é negada o ciclo se reinicia sempre. Baseado nesse processo o empoderamento LGBTQIAPN+ acontece no meio junino, fruto da coletividade. Quando se tornam líderes e diretores dos grupos juninos e se esforçam ao máximo pela longevidade nos cargos, os mesmos mostram um lugar de fala, fundamentos em normas heteronormativas para justificar os processos de funcionamento do grupo bem como ás questões sociais e administrativas desses grupos de quadrilhas juninas, portanto, o empoderamento da pessoa LGBTQIAPN+ pelo viés da formação heteronormativa da margem para a repetição de atos hierárquicos verticais, monopólio de poder e até mesmo repetições de códigos e atos homofóbicos, o que seriam motivos para uma nova refiguração do processo de empoderamento *queer* nas quadrilhas juninas. A forma de combater esses atos quando o poder é conseguido é por um processo de resistência até a liberdade atrelado com a informação como instrumento de libertação onde o empoderamento tem que ser afetivo,

democráticos, com equidade, com senso de justiça e sobretudo empatia, algo que requer esforço, pois é preciso compreender a alteridade, ou que se pede pela desconstrução social para se construir um novo ser empoderado, ser de igualdade. A pesquisa a partir dessas análises interpretativas aponta como encaminhamento estudos investigativos sobre os processos formativos de lideranças LGBTQIAPN+ em espaços e grupos culturais a exemplo das quadrilhas juninas.

Portanto, para que haja um processo de empoderamento *queer* que dê a liderança um regime justo, afetivo e democrático, esse processo precisa ser mantido com o sentimento de empatia, sendo assim caso haja novos processos de empoderamento sempre será o mais justo possível e fluido de acordo com o decorrer dos tempos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco Cleiton. **Iniciação à Docência**: narrativas e experiências sobre estágio supervisionado e PIBID. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Salvador-BA: PPGEduC-UNEB, 2014.

BHABHA, Home. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 1998.

BARBOSA, Fernanda Lopes: CLARK, Giovani**.** A (in)visibilidade da comunidade LGBT e o planejamento estatal. **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável**, Brasília, 2017.

BARBERO, Graciela Haydée. Erotismo em Transformação. **Revista Mente&Cerébro**, a. XIV, n. 165, outubro de 2006.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen, 2019.

BORTOLETTO. Guilherme Engelman. **LGBTQIA+**: identidade e alteridade na comunidade. São Paulo: Universidade de São Paulo: Escola de comunicações e artes: centro de estudos latino-americanos sobre cultura e comunicação, 2019.

CARDOSO, J. M.; FERNANDES, S. F.; LIMA, C. H. L.; SOARES, A. S.; SOUZA, D. D. A. **Ativismos LGBT no Oeste da Bahia**: percursos, situação atual e potências políticas. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2017.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais** Bauru-SP: EDUSC, 1996.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio A.; **Na trilha do arco-íris**: do homossexual ao movimento LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

FIGUEIREDO, Eurídice. Desfazendo o gênero: A teoria queer de Judith Butler. **Revista Criação & Crítica**, n. 20, p. 40-55, 2018.

FOCAULT, Michel. **A história da sexualidade**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2018.

G1 BA. Adolescente que matou e ateou fogo em jovem por homofobia no oeste da BA é assassinado com 15 tiros. **G1**, 07 dez. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/12/07/adolescente-que-matou-e-ateou-fogo-em-jovem-por-homofobia-no-oeste-da-ba-e-assassinado-a-tiros.ghtml. Acesso em: 25 fev. 2025.

G1 BA; TV OESTE. Dupla é condenada a mais de 20 anos de prisão por matar mulher trans após desentendimento por causa de preço de programa. **G1**, 31 jul. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/07/31/julgamento-de-acusados-de-matar-lorena-fox-na-bahia.ghtml. Acesso em: 25 fev. 2025.

GARCIA, Paulo César: MIRANDA, Alison Coutinho. **A Teoria Queer como representação da cultura de uma minoria**. Espirito Santo: Universidade Federal do Espirito Santo, 2012.

GOMES, José. Cleudo; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. A Trajetória do movimento social pelo reconhecimento da cidadania LGBT. Canoas: **Tear: Revista de Educação Ciência**, 2019.

JÚNIOR, D. F. C. Cadernos Espinosanos: estudos sobre o século VXII. São Paulo: **Revistas.usp.br**, 2018

JOSSO, Marie-Christine. Da formação do sujeito... ao sujeito da formação. *In*: NOVOA, Antonio (org.). **O Método (auto)biográfico e a formação**. Natal-RN: EDUFRN; São Paulo-SP: Paulus, 2009. p. 60-79.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: NOVOA, Antonio (org.). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.. 2, n. 3, 1989.

NETO, H. M. O São João Também é Trans. **Revista Brasileira de estudos da homocultura**, Cuiabá, 2019.

SPARGO, T. **Foucault e a teoria queer**. São Paulo: Autêntica, 2017.

SILVA, D. S. **Projeto de pós-doutorado**: Conflito e resistência na filosofia política de Espinosa. Universidade de São Paulo, 2013.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 6. ed. Rio de Janeiro-RJ: Record, 2004.

TRESSOLDI, Cassiano. **Entre o genuíno e o mercadológico**: percepções de gays sobre estratégias de marketing em relação a causa LGBTQI+. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em administração e negócios mestrado em administração da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS: PUC-RS, 2021.

TV OESTE. Coreógrafo executado em ambulância na BA foi baleado minutos antes em ação da polícia que tinha tio dele como alvo. **G1**, 31 maio 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/coreografo-executado-em-ambulancia-na-ba-foi-baleado-minutos-antes-em-acao-da-policia-que-tinha-tio-dele-como-alvo.ghtml. Acesso em: 25 fev. 2025.

VIEIRA, Helena. Afinal, o que é a Teoria Queer? O que fala Judith Butler? **Diálogos do Sul**, 2015. Disponível em: https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/cultura/51728/afinal-o-que-e-a-teoria-queer-o-que-fala-judith-butler. Acesso em: 20 nov. 2020.

ZARATIM, Samuel Ribeiro. **Quadrilhas juninas em goiânia**: novos sentidos e significados. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar – Mestrado em Performances Culturais da Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás. Goiânia-Go: UFGO, 2014.

Recebido em: 25/02/2025
Aceito em: 11/08/2025

"EI, QUALIRA, CORRE AQUI QUE O BABADO É CERTO": ARTICULAÇÕES E DESAFIOS DO MOVIMENTO LGBTQIAPN+ NO ESTADO DO MARANHÃO

"HEY, QUALIRA, COME HERE, IT'S A SURE THING": ARTICULATIONS AND CHALLENGES OF THE LGBTQIAPN+ MOVEMENT IN THE STATE OF MARANHÃO

Ian Moura Martins[1]
Marcos Nicolau Santos da Silva[2]

Resumo: este artigo tem como objetivo apresentar as articulações e desafios do movimento LGBTQIAPN+ no Estado do Maranhão. Para a consecução do objetivo, definiu-se um percurso metodológico que incluiu uma revisão analítica da literatura sobre gênero, sexualidades e interseccionalidades, além de entrevistas semiestruturadas com representantes de nove coletivos e instituições vinculados à pauta LGBTQIAPN+ na cidade de São Luís. A análise qualitativa das entrevistas revelou desafios externos, como a inércia do poder público e o conservadorismo político, e internos, como a fragmentação identitária e a sobreposição de pautas. Por fim, destaca-se que, apesar dos avanços, persistem assimetrias no movimento, demandando maior articulação, descentralização e investimentos para fortalecer a luta pelos direitos LGBTQIAPN+ no Maranhão.
Palavras-chave: Movimento social; população LGBTQIAPN+; políticas públicas de gênero e sexualidades.

Abstract: this article aims to present the articulations and challenges of the LGBTQIAPN+ movement in the State of Maranhão. To achieve this objective, a methodological approach was defined that included an analytical review of literature on gender, sexualities, and intersectionalities, as well as semi-structured interviews with representatives from nine collectives and institutions linked to the LGBTQIAPN+ agenda in the capital of Maranhão, São Luís. The qualitative analysis of the interviews revealed external challenges, such as public power inertia and political conservatism, and internal challenges, such as identity fragmentation and overlapping agendas. Finally, it is highlighted that, despite advances, asymmetries persist in the movement, demanding greater articulation, decentralization, and investments to strengthen the struggle for LGBTQIAPN+ rights in Maranhão.
Keywords: Social movement; LGBTQIAPN+ population; gender and sexuality public policies.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil e, particularmente, no Maranhão, foi influenciada pelos movimentos sociais nacionais e internacionais que partilham das mesmas pautas (Martins; Silva, 2023). Conforme evidenciam Gomes e Zenaide (2019), o surgimento desse movimento nas múltiplas escalas geográficas está relacionado à busca por autoproteção, tanto no nível individual quanto coletivo, sendo fortalecido por um sentimento de identidade comum, que uniu diferentes pautas de gênero e sexualidades em busca de garantias legais, acesso a políticas públicas e reconhecimento social.

[1] Graduado em Geografia (Licenciatura) e mestre pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pelo Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Possui experiência como docente no ensino básico e superior.
[2] Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) e do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas (habilitação em Geografia) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Destaca-se que a articulação do movimento LGBTQIAPN+ engloba a luta contra as desigualdades estruturais, incluindo a divisão de classes e de gênero, que historicamente excluem, marginalizam e invisibilizam grupos sociais, como a população mencionada. É necessário pontuar que este movimento abrange indivíduos que desafiam as normas binárias de gênero e suas respectivas estruturas. As dissidências em relação ao modelo heteronormativo compulsório refletem-se na semântica de cada letra da sigla LGBTQIAPN+, que engloba tanto a orientação sexual (relacionada à atração afetiva e/ou sexual) quanto à identidade de gênero (que se refere à forma como o indivíduo se reconhece e/ou se apresenta socialmente, podendo ou não corresponder ao gênero atribuído ao nascimento) (Jesus, 2012).

Seguindo-se esta premissa, faz-se necessário destrinchar o significado de cada letra da sigla LGBTQIAPN+ que por sua vez, representa lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros, queer, intersexuais, assexuais/arromânticos/agênero, pansexuais, não binários/não bináries, sendo o símbolo "+" utilizado para abranger outras identidades de gênero e orientações sexuais que não estão explicitamente incluídas na sigla (Moreira, 2022).

No contexto do uso de vocábulos transviados, a expressão "qualira" foi adaptada e ressignificada neste trabalho. Esse termo, que historicamente significava "homossexual masculino afeminado ou viado", possui uma origem curiosa no Maranhão, associada aos blocos de carnaval de rua. De acordo com Carvalho (2016), um dos blocos era conhecido por ter um rapaz afeminado que se destacava ao tocar lira, um instrumento de cordas dedilháveis. A frase "Lá vem ele com a lira!" foi então abreviada para "com a lira" e, eventualmente, reduzida ao termo "qualira". Destarte, o intuito de usar este vocábulo comumente encontrado no Maranhão e que neste trabalho está direcionado para falar de maneira geral sobre as pessoas LGBTQIAPN+, assenta-se na singularidade dessas palavras que histórica e culturalmente têm sido usadas para nomear de forma negativa os corpos dissidentes.

Com base nisso, o objetivo deste trabalho é apresentar as articulações e desafios do movimento LGBTQIAPN+ no Estado do Maranhão. A relevância deste estudo transcende a contribuição acadêmica, pois oferece uma reflexão profunda sobre a geografia social maranhense e ludovicense, convidando pesquisadores decoloniais e membros dessa população a compartilharem suas vivências, percepções e reflexões. O intuito é promover um olhar geográfico que aborde de maneira sistemática as questões relacionadas ao movimento LGBTQIAPN+ e as lutas por igualdade e reconhecimento no Maranhão.

Por fim, este trabalho está organizado em três seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira apresenta o percurso metodológico utilizado para a coleta e análise dos dados. Em seguida realiza-se um recorte histórico do movimento LGBTQIAPN+ no Maranhão e em São Luís, destacando marcos significativos dessa trajetória e as

dinâmicas sociais que influenciaram a formação e a articulação do movimento local. A terceira seção, por sua vez, apresenta os principais desafios enfrentados pelo movimento em São Luís, analisando as barreiras sociais, políticas e culturais que dificultam o reconhecimento e a garantia dos direitos dessa população.

2 METODOLOGIA

Inicialmente, realizou-se uma revisão contínua e analítica da literatura em capítulos de livros, dissertações, teses, artigos de periódicos e demais produções científicas de nível nacional e internacional, com o objetivo de compreender a temática que norteia esta pesquisa, bem como as discussões sobre gênero, sexualidade e suas interseções.

Após essa etapa inicial de estruturação teórico-metodológica, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão (CEP/UFMA) por meio da Plataforma Brasil no dia 17 de março de 2023. No dia 23 de julho, o CEP/UFMA emitiu o parecer consubstanciado, indicando o número de aprovação: 6.196.413. Com a aprovação do Comitê de Ética, deu-se início à coleta dos dados primários.

Cabe ressaltar que, como grande parte das instituições não possui sede fixa e suas despesas são financiadas pelos próprios integrantes do movimento, obteve-se a autorização das lideranças por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em formato impresso, contendo todas as informações sobre a condução da pesquisa, incluindo justificativa, objetivos, procedimentos de coleta, esclarecimento sobre possíveis danos e riscos decorrentes da participação, garantia de sigilo e privacidade dos participantes, além de outros direitos (Brasil, 2016). Após a leitura e concordância com as cláusulas do termo, o(a) participante e o pesquisador responsável assinaram manualmente o documento em duas vias.

Dessa forma, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com representantes de coletivos e instituições, tanto da sociedade civil organizada quanto do poder público, vinculados à pauta LGBTQIAPN+ na cidade de São Luís. Estas foram realizadas com lideranças ou representantes dessas organizações. O roteiro de entrevista continha dez perguntas abertas, com o objetivo de identificar as pautas defendidas, as articulações e os desafios enfrentados por essas instituições no cenário maranhense.

Em conformidade com as diretrizes éticas, as pessoas entrevistadas foram identificadas por letras do alfabeto em sequência. As instituições ou organizações pesquisadas foram: Associação das Travestis e Transexuais do Maranhão (AMANTRA); Grupo Gayvota; Grupo Lésbico do Estado do Maranhão; Centro *Drag*; Coletivo Área T; Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB; Conselho Estadual dos Direitos das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CEDLGBT); Fórum Estadual LGBTI+ do Maranhão e Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão. Embora o número total de

instituições participantes da pesquisa some nove, destaca-se que um dos entrevistados representou estas três últimas instituições distintas.

Para transcrever todas as entrevistas, optou-se pela transcrição do tipo não naturalista, que, conforme Guazi (2021), concentra-se no conteúdo verbal da entrevista, omitindo idiossincrasias da comunicação oral e informações contextuais. No entanto, manteve-se o uso de expressões idiomáticas e gírias presentes nas falas dos participantes.

Cabe ressaltar que o tratamento e a análise das entrevistas semiestruturadas foram realizados com base na análise qualitativa. Segundo Alves e Silva (1992), esse tipo de análise caracteriza-se por ser um processo indutivo, alinhado aos pressupostos da pesquisa qualitativa, cujo foco é captar os diferentes significados das experiências vividas e cotidianas dos sujeitos, considerando o contexto em que estão inseridos. Após as etapas de coleta, os dados obtidos foram tabulados nos programas *Excel* e *Word*. Em seguida, procedeu-se à sistematização dos resultados, organizando-os em quadros, tabelas e mapas cartográficos, elaborados no software de código aberto QGIS 3.4.14.

3 A MULTIESCALARIDADE DO MOVIMENTO LGBTQIAPN+

O surgimento do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil, assim como as lutas por reconhecimento, visibilidade social e direitos civis travadas por essa população são reflexos dos movimentos sociais internacionais que estabeleceram ao longo do século XX, especialmente na década de 1960. Esses movimentos, que incluíam as lutas feministas, antirracistas e da própria comunidade LGBTQIAPN+, embora possuíssem pautas específicas, compartilhavam um objetivo comum: a busca por respeito, igualdade de direitos e deveres nas diferentes escalas geográficas e sociais (Martins; Silva, 2023). Sobre a trajetória do movimento LGBTQIAPN+, Canabarro (2015) destaca que:

> Os movimentos políticos que desejavam lutar contra a visão criminosa ou pecaminosa da homossexualidade remontam a décadas anteriores. Entre os exemplos, conforme já exposto anteriormente, está a retirada do parágrafo 175, na Alemanha, travada por Hirschfeld. Outro exemplo é o movimento homófilo, na Europa e Estados Unidos, que reunia intelectuais produtores de pesquisa sobre o tema (Canabarro, 2015, p. 2).

O Movimento Homófilo (ou *Homophile Movement*, em tradução livre do inglês), mencionado por Canabarro (2015), também é conhecido como a cultura pré-liberação gay. De acordo com Gomes Filho e Melo (2014), o marco simbólico da transição do movimento homófilo para o movimento de liberação gay foi o confronto ocorrido em 28 de junho de 1969 no bar *Stonewall Inn*, localizado na cidade de Nova York.

Acerca deste evento, Blakemore (2021) destaca que o episódio de *Stonewall* foi um marco significativo na luta contra as operações policiais em bares, boates e clubes frequentados pela comunidade LGBTQIAPN+. Essas operações eram realizadas de maneira violenta, quando policiais invadiam os estabelecimentos, ameaçavam, agrediam funcionários e clientes e efetuavam prisões sob a justificativa de violação da "moral e dos bons costumes". No entanto, os frequentadores e simpatizantes, cansados de contínuas humilhações e violência, resolveram reagir. O resultado foi um motim que se estendeu por vários dias, culminando na rebelião conhecida como a Revolta de *Stonewall*.

Esse levante foi caracterizado por protestos intensos e pelo uso de táticas mais confrontacionais, como a criação de jornais e boletins para divulgar os direitos de gays e lésbicas na época (Blakemore, 2021). Entre os participantes da revolta, dois nomes têm recebido reconhecimento tardio: as ativistas trans Marsha P. Johnson[3] e Sylvia Rivera. Ambas desempenharam papéis importantes não apenas durante a Revolta de *Stonewall*, mas também na luta contínua pelos direitos LGBTQIAPN+, tornando-se figuras significativas na resistência e visibilidade trans.

A Revolta de *Stonewall* é reconhecida internacionalmente como o marco do Dia do Orgulho LGBTQIAPN+, originando as Paradas do Orgulho que celebram a diversidade e a luta por direitos. Este evento foi crucial para fortalecer a batalha pelos direitos da referida população em escala global. Conforme Dutra (2019, p. 6), o levante "tornou-se uma influência essencial para os países latino-americanos, no sentido de buscar respeito social, igualdade e a garantia de seus direitos". No Brasil, durante o período da Revolta de *Stonewall*, o país vivenciava uma fase de intensa efervescência política e social devido à ditadura militar (1964-1985).

Sobre esse contexto, Marques (2016) destaca a influência do movimento estadunidense da década de 1960 para o Brasil, o qual foi gestado nos anos 1970 mesmo em um contexto político delicado e com extrema repressão. Semelhante aos Estados Unidos, no Brasil, desde a sua origem, o movimento LGBTQIAPN+ possui o paradigma de questionar o padrão cisheteronormativo como um problema que norteia a formação social, política e cultural do país e, portanto, engendra as matrizes de preconceito, violências e desigualdades de gêneros e sexualidades.

No contexto brasileiro, a literatura destaca que o Grupo de Afirmação Homossexual (SOMOS), fundado em 1978 em São Paulo, é reconhecido como pioneiro na luta pelos direitos LGBTQIAPN+, ao tratar a homossexualidade como uma questão política (Marques, 2016). Incorporando essa perspectiva ao movimento e promovendo debates para a formulação de políticas públicas, o SOMOS abriu caminho para mudanças significativas nos

[3] Para conhecer mais sobre a trajetória e a relevância dessas duas personalidades para a história de *Stonewall* e do movimento LGBTQIAPN+, uma sugestão é assistir ao documentário de 2017, disponível na plataforma Netflix, chamado "A Morte e a Vida de Marsha P. Johnson". Além disso, vale destacar que, em janeiro de 2024, foi realizada a primeira edição da Marsha Trans no Brasil, em comemoração aos 20 anos do Dia da Visibilidade Trans no país. O nome "Marsha" foi uma homenagem à ativista Marsha P. Johnson (Brasil de Fato, 2024).

valores da sociedade brasileira, trazendo visibilidade política aos desafios enfrentados pelas pessoas LGBTQIAPN+ (Estado do Maranhão, 2023a).

Além da criação do Grupo SOMOS, outro marco na história do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil foi o lançamento do Jornal Lampião da Esquina em 1978, no Rio de Janeiro. De acordo com Dutra (2019, p. 6), o periódico era independente e "voltado para a população LGBTQ, abordando diversos temas relacionados à sexualidade e exercendo influência nas manifestações daquele período". O jornal discutia questões sociais e servia como um canal para denunciar violências LGBTQIAPN+fóbicas da época. Com publicação mensal, o Lampião da Esquina circulou de 1978 a 1981.

Outro periódico relevante para o desenvolvimento do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil foi o Jornal ChanacomChana (1981) e o Boletim ChanacomChana (1982-1987). De acordo com Maia e Guzzo (2019), o jornal foi concebido pelo Grupo Ação Lésbica Feminista (1981-1990), que adotava o Ferro's Bar, um local de encontro de lésbicas, como ponto de venda. Contudo, os proprietários do bar se opuseram à venda do jornal e, após várias expulsões, as frequentadoras do estabelecimento, juntamente com outros ativistas LGBTQIAPN+, organizaram uma manifestação em 19 de agosto de 1983. Esse protesto culminou na revogação da proibição da comercialização do jornal e ficou conhecido como o "*Stonewall* brasileiro", sendo posteriormente comemorado como o Dia do Orgulho Lésbico no Estado de São Paulo.

A partir dessas iniciativas, outros grupos começaram a se organizar, expandindo suas ações para além das regiões Sul e Sudeste, alcançando também as demais áreas do país. No Nordeste, por exemplo, a criação do Grupo Gay da Bahia (GGB) na década de 1980 foi fundamental para fortalecer o ativismo na região. O GGB foi o pioneiro nacional na luta contra a homofobia, ganhando reconhecimento internacional pela sua atuação, sobretudo pela publicação de relatórios anuais sobre assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+ (Marques, 2016).

No Maranhão, o primeiro grupo de articulação LGBTQIAPN+ do estado foi o Grupo Tibira, fundado em 23 de novembro de 1993, na cidade de São Luís. A criação do grupo ocorreu na sede do Partido dos Trabalhadores (PT), sob a liderança de José Adailton Silva. Embora não houvesse um vínculo oficial com o PT, a formação do Grupo Tibira foi influenciada pela agenda política e pelas atividades de expansão do partido na região Nordeste (Estado do Maranhão, 2023a). Dito isso, a escolha do nome "Tibira" para o grupo faz referência ao primeiro caso documentado de LGBTfobia no Brasil, envolvendo o mártir indígena Tupinambá, reconhecido publicamente como Tibira – termo utilizado pelos indígenas para se referir aos sodomitas/homossexuais (Viegas, 2020). Sobre o assassinato de Tibira, Mott (1995) detalha que:

> O Maranhão conserva uma triste precedência na história da intolerância do Brasil: em São Luís, logo no primeiro ano após a chegada dos franceses, exatamente em 1613, foi condenado à morte o primeiro homossexual de que se tem notícia em nossa história. Trata-se de um índio Tupinambá, tibira, acusado de ser praticante contumaz do abominável pecado de sodomia. Para limpar a terra de tão execrando costume, o infeliz silvícola foi preso com o beneplácito dos Capuchinhos franceses e amarrado na boca de um canhão que, com o estourar do pelouro, espalhou seu corpo pela Baía de São Marcos. É o primeiro mártir gay registrado na história do Brasil (Mott, 1995, p. 62).

A brutalidade com que a vida de Tibira foi tirada revela o tratamento hostil com que as pessoas que desafiam o padrão heteronormativo foram (e ainda) são tratadas em uma sociedade que impõe a heterossexualidade como única e utiliza diversos mecanismos para excluir aqueles que transcendem a esse "padrão". No entanto, existem vozes de resistência que garantem que histórias como a de Tibira não sejam esquecidas. Para marcar os 400 anos dessa cruel execução, o GGB em articulação com movimentos LGBTQIAPN+ do Maranhão conseguiram, em 2014, que o Governo do Estado erguesse uma placa em homenagem a Tibira.

Em dezembro de 2016, a placa em memória de Tibira foi instalada próxima ao local de sua execução, na Praça Marcílio Dias. Esta pequena praça está localizada ao lado do Palácio dos Leões (sede do Governo do Estado), na subida da Avenida Beira Mar em direção à Praça Pedro II. A Figura 1 apresenta um desenho da possível aparência de Tibira (parte superior esquerda), a placa em sua homenagem (parte superior direita) e uma foto panorâmica que indica, com um círculo vermelho, a localização exata da placa.

FIGURA 1 – Placa em homenagem ao indígena Tibira localizado na Praça Marcílio Dias (Centro Histórico de São Luís)



Fonte: Van Deursen (parte superior esquerda), 2021; Acervo pessoal, 2023.

Ao analisar as possibilidades de preservação da memória LGBTQIAPN+ no Maranhão, a placa em homenagem a Tibira (e todos aqueles que tiveram suas vidas ceifadas pela LGBTQIAPN+fobia, sendo chamados de Tibiras) representa um potencial marco para a cidade de São Luís, podendo transcender sua função memorial para integrar um roteiro turístico educativo. A relevância histórica desse marco dialoga diretamente com a trajetória do Grupo Tibira, que, apesar de não ter oficializado sua criação por vias legais, o grupo é reconhecido pelas lideranças locais como o primeiro grupo LGBTQIAPN+ do Maranhão, devido às suas ações e articulações.

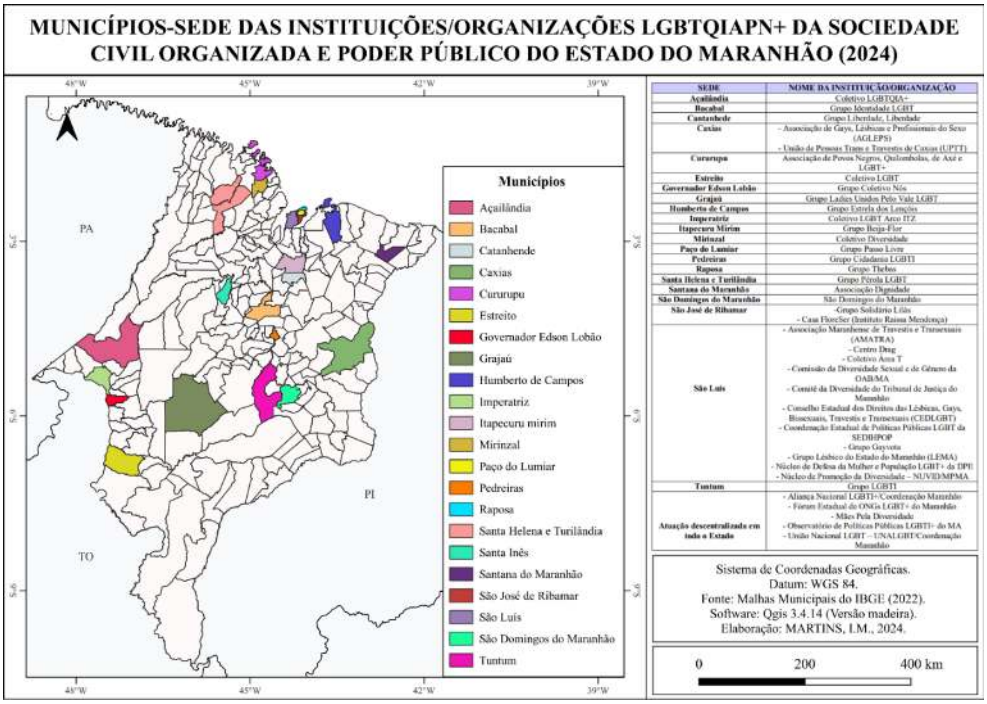
As atividades principais do coletivo incluíram: participação em eventos regionais e nacionais; campanhas de prevenção contra HIV/AIDS, colaborando com o Programa DST/AIDS da Secretaria Municipal de Saúde de São Luís; participação na fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) em 1995 e na 17ª Conferência Mundial da Associação Internacional de Gays e Lésbicas, realizada em 1995, no Rio de Janeiro (Estado do Maranhão, 2023a).

A dissolução do Grupo Tibira, em 2002, após nove anos de atividade, revela os desafios inerentes à sustentabilidade dos movimentos sociais, especialmente em contextos de pioneirismo. A tentativa subsequente de reorganização através da Organização dos Direitos e Cidadania dos Homossexuais no Maranhão (OCDH) teve pouco progresso nos avanços das pautas LGBTQIAPN+, sendo posteriormente desfeita (Martins, 2016). Este processo histórico de estruturação do movimento LGBTQIAPN+ maranhense reflete a complexidade da organização política de grupos marginalizados, permeados por conquistas significativas e descontinuidades que compõem a trajetória coletiva da luta por direitos para esta população.

3.1 VOZES E RESISTÊNCIAS: MAPEANDO O MOVIMENTO LGBTQIAPN+ NO MARANHÃO

É necessário ressaltar que o pioneirismo do Grupo Tibira facilitou o surgimento de outras organizações da sociedade civil e do poder público, que atualmente somam mais de 30. O mapa da Figura 2 ilustra a distribuição geográfica dessas instituições pelos diversos municípios do Maranhão.

FIGURA 2 – Municípios-sede das instituições/organizações LGBTQIAPN+ da Sociedade Civil Organizada e do Poder Público do Maranhão



Fonte: Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão, 2024.

Em relação às mesorregiões geográficas, os municípios maranhense estão localizados e distribuídos da seguinte forma (IBGE, 2018): Norte (Cururupu, Mirinzal, Paço do Lumiar, Raposa, São Luís, São José de Ribamar, Humberto de Campos, Santa Helena/Turilândia[4], Itapecuru-Mirim e Cantanhede); Oeste (Açailândia, Imperatriz, Governador Edison Lobão, Santa Inês e Pindaré-Mirim); Centro (Grajaú, Tuntum, Pedreiras, Bacabal, São Domingos do Maranhão); Leste (Santana do Maranhão e Caxias); e Sul (Estreito).

Verifica-se que, em cada mesorregião, há pelo menos uma organização LGBTQIAPN+, com a maior concentração na porção norte do estado e a menor no sul. A predominância de organizações no norte pode ser atribuída à presença da capital, São Luís, nessa área, exercendo influência sobre os municípios adjacentes, bem como, porque o interior do estado ainda guarda marcas mais resistentes do conservadorismo político e social. Contudo, muitas atividades, encontros e reuniões são realizados em São Luís, exigindo que os líderes das instituições de outros municípios se desloquem até a capital. Este processo é frequentemente dificultado pela extensão territorial do Maranhão e pelos custos associados ao translado, que são frequentemente arcados pelos próprios representantes.

Esses fatores, em diversas situações, impedem a participação efetiva de algumas instituições e, consequentemente, afetam a coordenação conjunta entre todos os

[4] Segundo o IBGE (2018), Turilândia faz parte da região oeste, ao contrário de Santa Helena que está na mesorregião norte. No entanto, como o grupo Pérola LGBT abrange dois municípios vizinhos optou-se por considerar ambos como parte da região norte.

movimentos sociais dessa causa. Portanto, essas e outras disparidades no movimento LGBTQIAPN+ maranhense precisa ser estudadas para pensar em soluções viáveis que possibilitem uma melhor coordenação entre o movimento.

Dando continuidade a essas considerações, é relevante mencionar que, como a pesquisa se concentra na cidade de São Luís, os próximos subtópicos apresentam as organizações LGBTQIAPN+ sediadas na capital maranhense que foram entrevistadas. Observa-se que a maioria dessas organizações não possui sede própria, o que está relacionado ao processo de sua fundação. Os relatos sobre a origem dessas instituições são semelhantes, dado que muitas começaram como pequenos grupos de membros que cresceram ao longo do tempo.

Além disso, todas as organizações entrevistadas são baseadas no trabalho voluntário e não possuem um processo seletivo específico para a admissão de novos membros, nem outros mecanismos de filiação. O interesse, a disponibilidade e o comprometimento da pessoa (independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero) em contribuir com a instituição são fatores determinantes para que ela possa se juntar e colaborar com a causa.

3.1.1 ASSOCIAÇÃO MARANHENSE DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

A Associação Maranhense de Travestis e Transexuais (AMATRA) foi criada em 5 de maio de 2014, durante o Encontro Estadual de Travestis e Transexuais, por remanescentes da extinta Associação de Travestis do Maranhão – ATRAMA. A ATRAMA foi fundada por Sabrina Drumond (considerada pioneira na luta por direitos das travestis no Maranhão) e Andressa Sheron. A instituição iniciou suas atividades em 2005, no entanto, em 2009, Sabrina Drumond, foi brutalmente assassinada, vítima de transfobia. Com o falecimento de Sabrina, a ATRAMA foi dissolvida devido a conflitos internos e disputas por poder (AMATRA, 2023).

Essas dificuldades levaram à criação da AMATRA, que, mesmo sem registro legal formal, atua nas questões relacionadas à população trans. Atualmente, a instituição continua buscando a construção e implementação de políticas públicas. Destaca-se que a AMATRA no decorrer da sua atuação conseguiu conquistas importantes, como a retificação de gênero e nome, e o uso do nome social no cartão do SUS. Contando com o apoio de movimentos nacionais como FONATRANS e ANTRA, a AMATRA tem promovido avanços para a população T em todo o Brasil. Suas atividades são divulgadas no *Instagram* (@amatramaranhao) e no *Facebook* (AMATRA Maranhão).

3.1.2 GRUPO GAYVOTA

O Grupo Gayvota foi fundado em 24 de julho de 2003, em São Luís, por membros que se desvincularam da Organização dos Direitos e Cidadania dos Homossexuais. Uma das pautas defendidas pelo grupo tem sido a criação e execução de políticas públicas LGBTQIAPN+ locais e estaduais em colaboração com outras organizações similares. O Grupo incentiva outros municípios maranhenses a formarem seus próprios grupos e lideranças LGBTQIAPN+. Desde sua fundação, tem promovido discussões relevantes para o movimento LGBTQIAPN+, contribuindo para o surgimento de coletivos como AMATRA e Grupo LEMA (Estado do Maranhão, 2023a).

A Gayvota possui a maior rede de articulações no estado e é filiado a várias instituições, incluindo o Fórum de ONGs LGBTI+ do Maranhão, Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), Conselho Municipal de Saúde de São Luís e Fórum AIDS/HIV (Estado do Maranhão, 2023a). Entre suas conquistas, estão a realização da primeira Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ de São Luís em 2006 e a criação do Centro de Referência LGBT Janine Rhandall, que oferece serviços sociais, jurídicos, psicológicos e de orientação. O grupo também atua digitalmente através do *Instagram*: @grupogayvota.

3.1.3 GRUPO LÉSBICO DO ESTADO DO MARANHÃO

O Grupo Lésbico do Estado do Maranhão (LEMA) foi oficialmente fundado e registrado em 1º de agosto de 2006 no Cartório Cantuário de Azevedo, localizado no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas, na cidade de São Luís, Maranhão. O Grupo LEMA tem como objetivo fomentar atividades focadas em áreas como saúde, direitos humanos, educação, defesa de direitos e apoio às mulheres lésbicas e bissexuais do Maranhão através de seminários, cursos, palestras, treinamentos, oficinas e a criação e implementação de projetos (Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão, 2023a).

Entre as principais conquistas do grupo está o constante engajamento na luta pelos direitos da população lésbica e bissexual, promovendo o empoderamento dessas mulheres e enfrentando diversas formas de violência. Esse empoderamento, sob uma perspectiva feminista, visa libertar as mulheres das correntes da opressão patriarcal e de gênero, permitindo-lhes construir sua autodeterminação (Sardenberg, 2006).

3.1.4 CENTRO DRAG

O Centro de Direitos Humanos, Respeito e Ativismo Gay (Centro Drag) foi fundado em 2006 por moradores dos bairros Liberdade, Fé em Deus e Monte Castelo. Em 2012, o grupo adotou o nome atual e, assim como outras organizações, não possui uma sede própria. A

promoção do conhecimento é uma das principais pautas defendidas pela instituição. Um meio para manter o diálogo sobre questões relacionadas aos direitos humanos é por meio das rodas de bate-papo. Com a pandemia de Covid-19 em 2020, esses encontros passaram a ser realizados virtualmente, através do *WhatsApp*, com participação de representantes de outros coletivos, inclusive de diferentes estados do Brasil, participavam dessas rodas. Além disso, o grupo tem buscado implementar uma abordagem abrangente das pautas LGBTQIAPN+, destacando a integração com o movimento nacional e considerando as demandas da comunidade.

3.1.5 COLETIVO ÁREA T

O Coletivo Área T foi fundado em meados de 2019, originalmente sob o nome TransBazar Slz. Inicialmente, o foco do projeto era a venda de roupas e acessórios com o objetivo de arrecadar fundos para apoiar a retificação de gênero e nome das pessoas trans. No entanto, a pandemia de COVID-19 interrompeu os planos iniciais, impossibilitando a utilização imediata dos recursos arrecadados.

Atualmente, o Coletivo Área T funciona como um projeto guarda-chuva, com o objetivo de divulgar e apoiar diversas outras iniciativas. O coletivo adota uma abordagem inclusiva e interconectada em relação à população LGBTQIAPN+, destacando o foco nas pessoas trans e travestis, mas também reconhecendo a importância de trabalhar de forma conjunta com outros segmentos da comunidade LGBTQIAPN+. Além disso, o coletivo mantém um perfil no *Instagram* (@coletivoareat), onde compartilha suas ações e atividades.

3.1.6 COMISSÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO DA OAB/MA

A Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Maranhão, foi instaurada em 2016, localizada na rua Dr. Pedro Emanoel de Oliveira, nº 01, bairro Calhau, em São Luís. De natureza consultiva, a comissão integra o Conselho Nacional da OAB. Não há limite máximo de membros na Comissão, que é composta por uma diretoria com presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretário, além de membros consultivos (representantes da sociedade civil organizada e outros interessados) e membros técnicos (advogados inscritos na OAB) (Estado do Maranhão, 2023d).

A Comissão está comprometida com a defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+ no âmbito da advocacia. Desenvolve um trabalho conjunto com outras instituições e aliados para combater a violência e a discriminação LGBTfóbica. Tal colaboração inclui órgãos do poder público, visando garantir o respeito e a efetivação dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+. Sem esta garantia básica, torna-se inviável articular políticas públicas ou lutar por direitos mais amplos e eficazes para essa população.

3.1.7 OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ DO MARANHÃO

O Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão foi criado em 15 de junho de 2020 devido aos desafios do isolamento social durante a pandemia de COVID-19. Seu objetivo é construir indicadores sobre as políticas públicas voltadas para a comunidade LGBTI+ nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e fomentar o debate público, dar visibilidade às demandas desse segmento, produzir dados para subsidiar políticas públicas e fortalecer a participação da sociedade civil (Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão, 2024).

Em parceria com outras instituições LGBTQIAPN+ estaduais, o Observatório elabora os Boletins Anuais da Violência Letal LGBTI+ do Maranhão, fornecendo subsídios para políticas públicas eficazes e monitoramento da situação dessa população. Atualmente, o Observatório está localizado na rua da Cruz, número 52, no Centro Histórico de São Luís e compartilha suas ações e atualizações pelo *Instagram* (@observatoriolgbtima) e pelo *site* (https://observatoriolgbtima.com.br/) (Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão, 2024).

3.1.8 FÓRUM ESTADUAL LGBTI+ DO MARANHÃO

O Fórum Estadual LGBTI+ do Maranhão começou suas atividades em 2005 com o objetivo de articular, mobilizar e fortalecer as organizações da sociedade civil, além de influenciar nas instâncias de decisão política para garantir a implementação de políticas públicas e ações de combate à LGBTQIAPN+fobia.

Atualmente, 20 instituições LGBTQIAPN+ participam do Fórum, representando municípios como Caxias, Bacabal, São Luís, Grajaú, Turilândia/Santa Helena, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Raposa, São Domingos do Maranhão, Governador Edson Lobão, Itapecuru, Pedreiras, Humberto de Campos e Cantanhede (Estado do Maranhão, 2023). A coordenação colegiada do Fórum é composta por quatro coordenadores e como principais conquistas do Fórum, destaca-se a criação do Conselho Estadual de Direitos LGBT+ do Maranhão.

3.1.9 CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS LGBT+ DO MARANHÃO

O Conselho Estadual de Direitos LGBT+ do Maranhão (CEDLGBT) foi instituído em 2016 pelo então governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino de Castro e Costa. O CEDLGBT é uma entidade mista, que representa tanto a sociedade civil quanto o poder público, sendo constituído por 16 conselheiros titulares (oito da sociedade civil e oito do poder público), além de 16 conselheiros suplentes.

O conselho possui presidência rotativa, alternando entre representantes da sociedade civil e do poder público anualmente, com um mandato total de dois anos. A principal função

do CEDLGBT é emitir pareceres em casos de demandas do Estado ou da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), além de promover o diálogo institucional com a sociedade civil. Sua abordagem é caracterizada como diplomática e articuladora, buscando o consenso e a colaboração entre os distintos atores envolvidos (Estado do Maranhão, 2023b).

No contexto da elaboração de políticas públicas, o Conselho, em parceria com outras entidades dedicadas à mesma causa, desenvolveu o Plano Estadual de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão (2022-2032). O documento está disponível para consulta pública na Plataforma Digital de Participação Popular do Maranhão – Participa Maranhão. Este plano representa um avanço significativo na operacionalização das políticas públicas direcionadas à população LGBTQIAPN+ no Maranhão (Estado do Maranhão, 2023c).

4 QUESTÕES DA PAUTA LGBTQIAPN+ NO MARANHÃO: PERSPECTIVAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais constituem-se como processos coletivos de ação sociopolítica, caracterizados por estratégias organizativas que visam à transformação social e à ressignificação de estruturas de poder. Na contemporaneidade, esses movimentos operam em redes multiescalares, articulando dimensões locais e globais, e apropriando-se de tecnologias comunicacionais para ampliar sua capacidade de alcance, mobilização e resistência política (Gohn, 2011).

Nesse cenário, o movimento LGBTQIAPN+ emerge como um paradigmático exemplo de movimento social, mobilizando estratégias de ação coletiva para contestar estruturas normativas de gênero e sexualidade. Sua atuação transcende a simples reivindicação legal, constituindo-se como um processo de ressignificação sociopolítica que desafia padrões heteronormativos, produz visibilidade para corpos e existências marginalizadas e articula demandas em múltiplas escalas – do local ao transnacional.

No ínterim dessa questão, discutir o movimento LGBTQIAPN+ no Maranhão é atravessar múltiplas camadas e, por considerar a complexidade dessas discussões, selecionaram-se pontos-chave das entrevistas para delinear as principais dificuldades enfrentadas na defesa e representação da população, bem como as estratégias para avançar na luta pelos direitos e na implementação de políticas públicas. Entre os questionamentos levantados, o primeiro buscou identificar os obstáculos históricos e estruturais enfrentados pela referida população. Nesse sentido, a entrevistada A destacou o preconceito e os estereótipos historicamente associados da população LGBTQIAPN+, sobretudo a sigla T, à AIDS[5]:

[5]Segundo a UNAIDS (2017, p. 31), AIDS é uma síndrome de infecções e doenças oportunistas que surgem com o avanço da imunossupressão causada pelo HIV. O HIV é um vírus, enquanto a AIDS é uma síndrome clínica. Sendo assim, recomenda-se usar “pessoa vivendo com HIV” em vez de “pessoa com AIDS”.

> Aí foi que a gente começou a questão de a gente usar o processo do programa IST/AIDS pra estar com elas no campo, porque tudo que tinha daquela época de movimento trans tinha a ver com a AIDS. **Parecia que a gente era a bandeira da AIDS**. Já estava chato de encontro e chegava lá e só falavam de AIDS. **Isso foi um processo que foi mudando até hoje em dia, que eles não associam mais a AIDS com a gente** (Entrevista feita no dia 25 de fevereiro de 2024, às 9h02, grifo nosso).

A respeito da AIDS, Sousa, Ferreira e Sá (2013) mencionam que, inicialmente, ela foi rotulada como "câncer gay". Essa expressão pejorativa foi difundida com o intuito de reforçar a discriminação e o estigma contra as pessoas mais vulneráveis, especialmente as pessoas trans e travestis. Quando a entrevistada A menciona que, atualmente, os serviços de saúde não associam mais automaticamente pessoas trans e travestis à AIDS, isso representa um avanço significativo que é fruto das lutas desse movimento social. Bento (2017), por sua vez, reforça que a despatologização das identidades trans e a luta contra o estigma da AIDS são batalhas complementares que visam retirar do corpo trans o peso da abjeção e da doença.

Apesar dos avanços, ainda persistem resquícios de pensamentos retrógrados, evidenciando a necessidade contínua de luta dos movimentos sociais por maior compreensão e aceitação. Somado a essa questão, a disseminação de preconceitos e atos discriminatórios contra a população LGBTQIAPN+ é frequente e explicitamente incentivada por grupos ditos como conservadores e ultraconservadores, que propagam discursos de ódio. No tocante a esse ponto, o entrevistado B ressalta que:

> Olha, eu acho que tem um fenômeno que é contemporâneo, na verdade, ele é histórico, mas ele se agudizou na contemporaneidade que é o **conservadorismo**. Tanto em parte de colegas também, né? É **principalmente o conservadorismo alicerçado numa perspectiva religiosa**. Eu tenho percebido que isso tem crescido muito. Então, as lideranças têm seguido essa perspectiva conservadora. Então, o que acontece? A política que é gestada, a legislação, as nossas câmaras, as assembleias, que são de onde saem às leis e é com quem a gente faz incidência política são extremamente conservadores. E **na época do governo do Bolsonaro isso se agudizou de tal forma que as portas estavam completamente fechadas**. O ódio foi chancelado naquela época. Então, eu acho que claro que a gente **tem outros entraves: preconceito, a questão cultural, a questão religiosa, mas esses elementos todos eles alicerçaram uma onda conservadora reacionária muito grande e que se materializou. Ela está, inclusive, institucionalizada** (Entrevista feita no dia 16 de dezembro de 2023, às 15h10, grifo nosso).

Quando o entrevistado B menciona o recrudescimento do conservadorismo e sua influência na política institucional, sua fala alinha-se ao que Miskolci e Campana (2017) pensam sobre a retórica contra a chamada "ideologia de gênero", a qual representa uma

articulação política organizada que mobiliza setores conservadores contra os avanços nas pautas LGBTQIAPN+. Segundo eles, esse fenômeno se intensificou nos últimos anos e se materializou em ações concretas dentro das esferas legislativas e executivas, tentando criar barreiras institucionais à implementação de políticas públicas voltadas para essa população.

No cenário político brasileiro recente, o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) intensificou a perseguição a grupos vulneráveis, especialmente à população LGBTQIAPN+, com retrocessos nos direitos sociais desse segmento. Apesar de não estar mais no poder, Bolsonaro e seus aliados continuam a promover uma "retórica anti-LGBTQIAPN+", utilizando redes sociais e outros meios audiovisuais para disseminar discursos de ódio contra essa população. O constante ataque aos LGBTQIAPN+ evidencia que a institucionalização do ódio é histórica e estrutural e, com isso, reverbera-se na tentativa de bloqueios institucionais a avanços nos direitos da população em tela. Acrescenta-se a essa discussão, o desinteresse e a omissão dos poderes públicos em relação a essa população e esse ponto é claramente destacado na fala do entrevistado G:

> Visibilidade, a sensibilidade de fato de garantir os nossos direitos através do **Estado e do município e acabam sendo omissos**, né? Virando as costas e não aceitando e sempre nos deixando de lado. Há políticas públicas para pessoas com deficiência, para as pessoas negras, para as indígenas e quilombolas e por aí vai, mas **quando chega na pauta LGBT tem essa resistência** e a gente sempre ouve: "vamos deixar pra depois"; "depois a gente conversa"; "eu volto aqui, amanhã" e nunca acaba acontecendo a efetivação das nossas políticas públicas saírem do papel (Entrevista feita no dia 04 de agosto de 2023, às 08h32, grifo nosso).

O relato do entrevistado G, sobre a constante postergação das políticas públicas para a população LGBTQIAPN+, dialoga com Mello, Brito e Maroja (2012), quando estes identificam que muitas iniciativas governamentais voltadas para a população LGBTQIAPN+ permanecem no plano meramente discursivo, sem receber os recursos necessários para sua efetivação. Eles observam que, frequentemente, tais políticas enfrentam resistências burocráticas e orçamentárias que não ocorrem na mesma intensidade com políticas destinadas a outros grupos, evidenciando uma hierarquização nas prioridades estatais. Dessa forma, a omissão e a secundarização da pauta LGBTQIAPN+ por parte do Estado são fatores externos que dificultam o avanço na criação e execução de políticas públicas efetivas para essa população. Além dos desafios externos, o entrevistado G também destacou a existência de problemas internos:

> A **principal barreira está dentro do próprio movimento**. Porque existe uma **construção masculina**, que ela é muito forte, então, os homens naturalmente pela nossa construção; a gente tem aquele

> desejo da posse, do ego, da disputa de força, força física mesmo, inclusive, em algum momento, a gente tem vários relatos de briga, inclusive de momentos públicos de pessoas brigando, né? Além dessa construção masculina, eu vejo que se a gente quer trabalhar falta de segurança, por exemplo, e envia o mesmo ofício para o poder público solicitando, a gente vai fazer **interlocuções diferentes** e a gente vai estar dividindo a energia do poder público e o **poder público por ver essa desorganização da gente, eles não vão levar pauta a sério**. Então **precisa ter união**, mas é comum a gente ver duas organizações que querem lutar por uma pauta, mas elas querem lutar do seu jeito (Entrevista feita no dia 04 de agosto de 2023, às 08h32, grifo nosso).

A reflexão do entrevistado G aponta as tensões internas do movimento, especialmente relacionadas à "construção masculina". Esta encontra ressonância nas análises de Facchini (2005), sobre a formação e dinâmica do movimento LGBTQIAPN+ brasileiro. A autora em tela observa que a pluralidade de identidades, estratégias e metodologias de ação política frequentemente resultam em fragmentações as quais, como apontado pelo entrevistado, podem ser exploradas pelo poder público como justificativa para a inação. Apesar desses conflitos não serem exclusivos do movimento LGBTQIAPN+, eles fazem parte do processo de amadurecimento político de movimentos sociais complexos e diversificados.

Sendo assim, a ausência de organização efetiva e as divergências de métodos entre organizações com objetivos semelhantes comprometem a eficácia das ações coletivas. Esses desafios também foram reforçados pelo entrevistado F:

> A **sobreposição de uma pauta** sobre a outra que existe nos movimentos sociais ainda é uma barreira que a gente enfrenta. Eu acho que **deveria ser mais conjunto, uma forma mais integrativa onde todo mundo participa, delibera**. Infelizmente ainda **existem essas rupturas em movimentos sociais e isso acaba afastando muita gente**. Eu acho que essa é a nossa dificuldade. A desinformação também combate, entre outras facetas de dificuldade (Entrevista feita no dia 09 de janeiro de 2024, às 16h13, grifo nosso).

A sobreposição de pautas e a ausência de uma abordagem integrativa, conforme apontado pelo entrevistado F, reflete o que Facchini (2005) caracteriza como "microterritórios de poder dentro do próprio movimento social". Estes microterritórios, longe de fortalecerem a causa, acabam por enfraquecer o potencial coletivo de transformação social. A entrevistada A aponta que, além da sobreposição de pautas, os reflexos da masculinidade dentro do movimento também impactam diretamente a representação política e social de pessoas trans e travestis:

> Os **espaços que são nossos são ocupados pelos homens gays, desde a política até na base**. As falas... às vezes, eles querem falar por nós. **Nós temos que falar por nós mesmos, né?** Parou disso. E

> quando eles veem que a gente não tem fala, eles [estão] lá nas salas, ocupando a política em cima da gente né? A dificuldade também é a política (Entrevista feita no dia 25 de fevereiro de 2024, às 9h02, grifo nosso).

Nota-se que as hierarquias internas presentes no movimento se manifestam de forma particularmente contundente na experiência de mulheres trans e travestis. A ocupação majoritária dos espaços políticos e de base por homens gays, como relatado pela entrevistada A, evidencia o que Bento (2017) denomina como reprodução da cisnormatividade dentro dos próprios espaços de militância. Esta dinâmica espacial do poder reforça estruturas de silenciamento que acabam por marginalizar determinadas identidades, mesmo em ambientes supostamente inclusivos. Diante dessa problemática, reforça-se a importância da representatividade e da ocupação ativa de espaços, especialmente os de poder, por pessoas trans e travestis, pois é através da diversidade presente nesses locais que se pode avançar na luta por direitos.

Além das dificuldades relatadas, o entrevistado E destacou a questão financeira e a disponibilidade das pessoas para atuar de forma consistente nos espaços de luta. Outro ponto levantado foi o processo de escolha de indivíduos para ocupar cargos públicos. Sobre isso, o entrevistado G pontuou que:

> O **processo político é um processo que nem sempre coloca pessoas sensíveis no lugar certo**. Às vezes é muito pela negociação, então você coloca numa secretaria **uma pessoa que não é da pauta**. Então isso fragiliza e também tem a questão do orçamento público. Então o orçamento público ele não dá visibilidade para a pauta dos direitos humanos como deveria ter. Ele coloca pra outras pautas (Entrevista feita no dia 04 de agosto de 2023, às 08h32, grifo nosso).

A representatividade nos espaços institucionais emerge como outro desafio crucial. Segundo Santos (2000), a dimensão espacial das políticas públicas revela como o poder se distribui territorialmente, afetando diretamente a efetividade das ações governamentais. Esta perspectiva dialoga diretamente com a experiência relatada pelo entrevistado G sobre os processos políticos que frequentemente posicionam pessoas não sensibilizadas com a pauta LGBTQIAPN+ em posições estratégicas de decisão.

Diante desse cenário, uma das lutas constantes do movimento é assegurar a criação de políticas de Estado que garantam a continuidade das ações desenvolvidas, evitando que fiquem vulneráveis às mudanças nas políticas de governo ou às oscilações políticas conjunturais. Oliveira (2011) esclarece que, enquanto as políticas de governo são transitórias, as políticas de Estado envolvem múltiplas agências estatais, tramitam pelo

Parlamento e resultam em mudanças normativas com impacto mais abrangente na sociedade.

Paralelamente, outra dificuldade apontada nas entrevistas é o quanto distanciamento dos jovens representa outro desafio significativo. O entrevistado G observa que muitos jovens demonstram desinteresse pela política LGBTQIAPN+, presumindo não necessitarem dela, porém, quando vitimados por agressões ou violações de direitos, invariavelmente recorrem aos movimentos sociais: “Quando ocorre uma agressão, uma violação de seus direitos, tanto físicos quanto morais, a quem recorrem? Aos movimentos sociais” (Entrevista realizada em 04 de agosto de 2023, às 08h32).

Esta contradição revela uma tensão entre as conquistas já alcançadas e a necessidade de mobilização permanente, gerando a falsa percepção de que os direitos já estão plenamente consolidados. Reconhecendo esta problemática, o entrevistado B também enfatizou a urgência de engajar a juventude no movimento, formar novas lideranças e manter viva a chama da luta por direitos:

> A gente precisa ver o debate que está posto na contemporaneidade e introduzir a agenda para dentro do grupo do Gayvota, da organização do grupo Gaivota. Inclusive, **trazendo a juventude, formando novos quadros e retroalimentando**. Trabalhar com maturidade, o conhecimento acumulado de quem já está há muito tempo, mas também trazer o vigor e a quem está acompanhando o debate contemporâneo que está aí surgindo agora (Entrevista feita no dia 16 de dezembro de 2023, às 15h10, grifo nosso).

A proposta do entrevistado B, de cada vez mais integrar o conhecimento acumulado com as perspectivas contemporâneas, constitui um caminho possível para fortalecer o movimento LGBTQIAPN+ maranhense. Em síntese, o referido movimento encontra-se diante do desafio de reinventar-se continuamente, construindo pontes entre gerações, identidades e pautas diversas, sem perder de vista o horizonte comum da luta por dignidade e direitos. Como sugere Massey (2008), os espaços são sempre produtos inacabados de relações em curso, abertos a novas possibilidades e configurações. Nesse sentido, os desafios identificados podem ser compreendidos não somente como obstáculos, mas como oportunidades para a construção de um movimento LGBTQIAPN+ maranhense mais inclusivo, solidário e politicamente organizado. Como sugere a experiência dos ativistas entrevistados, mais do que ocupar espaços, é preciso transformá-los qualitativamente, construindo relações de poder mais representativas da diversidade que constitui o movimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa observou-se, através das experiências relatadas pelas pessoas entrevistadas e as reflexões teóricas, que os desafios enfrentados pelo movimento LGBTQIAPN+ no Maranhão se manifestam em múltiplas dimensões: histórica, institucional, política e organizacional. Esses desafios são multifacetados e dividem-se entre obstáculos externos e internos que impactam diretamente a efetividade das ações coletivas.

No plano externo, destacam-se a influência do conservadorismo religioso e político, a ocupação de cargos públicos por pessoas não sensíveis à pauta LGBTQIAPN+ e a precariedade institucional do reconhecimento de direitos, sempre ameaçados por retrocessos. A ausência de políticas de Estado consolidadas, somada à insuficiência orçamentária para políticas específicas, reflete a secundarização dessas demandas nas prioridades estatais, comprometendo a implementação de ações continuadas e efetivas. Internamente, o movimento enfrenta questões estruturais como a desorganização, a falta de comunicação eficaz entre os diferentes grupos e a sobreposição de pautas que fragmentam as ações coletivas. Além disso, o impacto das estruturas de masculinidade reproduz hierarquias dentro do próprio movimento.

Para enfrentar esse complexo cenário, torna-se necessário o desenvolvimento de políticas de Estado que garantam a continuidade das ações independentemente das oscilações políticas conjunturais. A ocupação estratégica de espaços institucionais por pessoas comprometidas com a pauta LGBTQIAPN+ e a descentralização política e administrativa do movimento podem ampliar sua representatividade e alcance territorial. Simultaneamente, o engajamento da juventude mostra-se como importante para a renovação das estratégias de mobilização e a continuidade histórica das lutas.

Por fim, é crucial que o poder público assuma um papel mais ativo, priorizando a pauta LGBTQIAPN+ em suas agendas, garantindo recursos adequados para políticas públicas inclusivas e promovendo a participação efetiva da população LGBTQIAPN+ na formulação, implementação e avaliação dessas políticas. A superação desses desafios exige transformações nas estruturas sociais e institucionais e um contínuo fortalecimento interno do movimento sem perder de vista a diversidade que o constitui.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO MARANHENSE DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – AMATRA. Quem somos. **Blog**. 2024. Disponível em: https://ongamatra.wordpress.com/quem-somos/. Acesso em: 14 set. 2024.

BENTO, B. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.

BLAKEMORE, E. Revolta de Stonewall deu origem ao movimento atual pelos direitos LGBTQ+. **National Geographic**, 25 jun. 2021. Disponível em: https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2021/06/gay-lgbt-revolta-de-stonewall-movimento-atual-pelos-direitos-lgbtqia. Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho nacional de saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 24 maio 2016.

CANABARRO, R. História e direitos sexuais no Brasil: o movimento LGBT e a discussão sobre a cidadania. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL, 2., 2015, Passo Fundo. **Anais eletrônicos [...]**. Passo Fundo-RS: Universidade de Passo Fundo, 2015. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/historiaedireitoscanabarro.pdf. Acesso em: 29 maio 2024.

CARVALHO, E. O qualira, o baitola e a rapariga de Tutóia. **Blog**, 2016. Disponível em: https://poetaelmar.blogspot.com/2016/03/o-qualira-o-baitola-e-rapariga-de-tutoia.html. Acesso em: 14 set. 2024.

DUTRA, L. A. Política social e a luta do movimento LGBTQ no Brasil: conquistas e desafios. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: civilização ou barbárie, centenário de Luxemburgo, uma rosa vermelha para a democratização socialista, 9., 2019, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_312_3125cbb54147d07c.pdf. Acesso em: 02 mar. 2024.

ESTADO DO MARANHÃO. Secretaria de Estado da Saúde. Superintendência de Atenção Primária em Saúde. **Portaria/SES/MA nº 536, de 22 de maio de 2023**. Institui a Política Estadual de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (LGBTI+) do Maranhão. São Luís: Secretaria de Estado da Saúde, SES, 2023a.

ESTADO DO MARANHÃO. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP. **Conselho Estadual dos Direitos das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CEDLGBT)**. 2023b. Disponível em: https://sedihpop.ma.gov.br/programas-ou-campanhas/conselho-estadual-dos-direitos-das-lesbicas-gays-bissexuais-travestis-e-transexuais. Acesso em: 04 ago. 2024.

ESTADO DO MARANHÃO. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP. Plano Estadual de Políticas Públicas para a população LGBTI+. 2023c. **Participa Maranhão**: Plataforma Digital de Participação Popular do Maranhão. Disponível em: https://participa.ma.gov.br/plano-estadual-de-politicas-publicas-para-a-populacao-lgbti#. Acesso em: 16 maio 2024.

ESTADO DO MARANHÃO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Apresentação. **Portal do Poder Judiciário**. 2023d. Disponível em: https://www.tjma.jus.br/midia/diversidade/pagina/hotsite/500838. Acesso em: 30 jun. 2024.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 19 jan. 2025.

GOMES FILHO, A. S.; MELO, M. A. S. Análise histórica do movimento LGBT mundial: do movimento homófilo a liberação gay nos Estados Unidos. *In*: COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES (CONAGES), 10., 2014, Campina Grande. **Anais eletrônicos [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/5686. Acesso em: 30 maio 2024.

GOMES, J. C.; ZENAIDE, M. de N. T. A trajetória do movimento social pelo reconhecimento da cidadania LGBT. **#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 8, n. 1, 2019. Disponível em: https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/3402. Acesso em: 18 jan. 2025.

GUAZI, T. S. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 2, 2021. DOI: 10.18227/2675-3294repi.v2i0.7131. Disponível em: https://revista.ufrr.br/repi/article/view/e202114. Acesso em: 25 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de Influência das Cidades – Regic**, 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 2. ed. rev. e ampl. Brasília: Autor, 2012. Disponível em: https://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

MAIA, M.; GUZZO, L. LGBT e universidade: conheça a história, ações e pesquisas da UFU. **Portal de Notícias da Universidade Federal de Uberlândia**. 2019. Disponível em: https://comunica.ufu.br/noticias/2019/06/lgbt-e-universidade-conheca-historia-acoes-e-pesquisas-da-ufu#:~:text=O%20movimento%20LGBT%20come%C3%A7a%20a,Lampi%C3%A3o%20da%20Esquina%20e%20ChanacomChana. Acesso em: 14 jan. 2024.

MARQUES, C. F. **Travestis e Transexuais**: gênero e educação sexual em São Luís. 2016. 68 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em: https://www.historia.uema.br/wp-content/uploads/2016/11/3.-caroline-ferreira-marques.pdf. Acesso em: 30 jun. 2024.

MARTINS, A. M. M. **Educação e diversidade sexual**: a (in) visibilidade nos Planos de Ensino da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias no Ensino Médio Maranhense. 2016. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em: https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/2127/2/AlbertoMartins.pdf. Acesso em: 30 jun. 2024.

MARTINS, I. M.; SILVA, M. N. S. Reflexões para pensar o lugar da população LGBTQIA+ na cidade de São Luís – MA. *In*: EMGES–Encontro Maranhense sobre Gênero, Educação e Sexualidade, 5.; SICODE–Simpósio Nacional Corpos e Diversidade na Educação-Corpos, Gêneros e Sexualidades nas Ciências Humanas e Sociais: desafios da atualidade, 2., 2023, São Luís. **Anais eletrônicos...** São Luís, 2023. p. 10-27. Disponível em: https://www.edufma.ufma.br/wp-content/uploads/woocommerce_uploads/2023/09/Anais-do-IV-EMGES.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELLO, L.; BRITO, W.; MAROJA, D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, n. 39, p. 403-429, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/YQWsXdYVRgFgWsW9c5w8mnw/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17 ago. 2024.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-748, 2017. DOI: 10.1590/s0102-69922017.3203008. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/7719. Acesso em: 29 mar. 2025.

MOREIRA, G. Por trás do monograma do movimento LGBTQIAPN+. **Revista Temporis[ação]**, v. 22, n.02, p. 20-28, 2022. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/13262. Acesso em: 10 fev. 2024.

MOTT, L. **A inquisição no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 1995.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ DO MARANHÃO. **Sobre o Observatório**. 2023. Disponível em: https://observatoriolgbtima.com.br/about/. Acesso em: 04 mar. 2024.

OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governo às políticas de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/hMQyS6LdCNDK8tHk8gL3Z6B/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 13 jan. 2024.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SARDENBERG, M. B. C. Conceituando "Emporedamento" na Perspectiva Feminista. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES, 1., 2006, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2006. p. 1-12, Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf. Acesso em: 30 maio 2024.

UNAIDS. **Guia de terminologia do UNAIDS**. 2017. 46 f. Disponível em: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2017/10/WEB_2017_07_12_GuiaTerminologia_UNAIDS.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

VAN DEURSEN, M. A. P. O. História do Maranhão manchada pela homofobia. **Blog Buliçoso:** mídia livre e solta do Maranhão, 2021. Disponível em: https://bulicoso.com.br/historia-do-maranhao-manchada-pela-homofobia/. Acesso em: 30 maio 2024.

VIEGAS, E. O índio executado a tiro de canhão tido como primeiro mártir da homofobia no Brasil. **BBC News Brasil**, 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55462549. Acesso em: 10 jan. 2024.

Recebido em: 31/03/2025
Aceito em: 11/08/2025

BRILHO, RESISTÊNCIA E MEMÓRIA URBANA: A DRAG QUEEN COMO ÍCONE DO MOVIMENTO LGBTQ+ - ESTUDO DE CASO SOBRE SILVETTY MONTILLA

BRILLIANCE, RESISTANCE, AND URBAN MEMORY: THE DRAG QUEEN AS AN ICON OF THE LGBTQIAPN+ MOVEMENT – A CASE STUDY ON SILVETTY MONTILLA

Everton Viesba[1]

Resumo: o presente artigo analisa a trajetória de Silvetty Montilla como um estudo de caso que revela o papel das drag queens na consolidação da cultura urbana LGBTQ+ no Brasil. A pesquisa se configura como uma análise cultural e política da atuação drag na cidade, com ênfase nas implicações estéticas, pedagógicas e sociais de sua presença pública. Adotando abordagem qualitativa com base teórica da Teoria Crítica da Sociedade, o estudo revisita a memória da resistência LGBTQ+ por meio da performance drag como instrumento de denúncia e pedagogia urbana. O texto evidencia que, desde as décadas de 1980 e 1990, figuras como Silvetty Montilla vêm produzindo visibilidade e tensionando normativas de gênero e sexualidade, ao ocuparem boates, teatros e mídias com discursos e estéticas subversivas. Os resultados apontam para a importância das drag queens na construção de espaços simbólicos de afirmação e pertencimento nas cidades, bem como na mediação de ações educativas e políticas públicas em defesa da diversidade. A atuação de Silvetty é reconhecida como expressão viva de uma memória insurgente, que resiste aos apagamentos promovidos pela racionalidade instrumental e pela indústria cultural. A pesquisa conclui que as drag queens exercem um papel pedagógico e político fundamental na formação de subjetividades dissidentes e na produção de narrativas urbanas que reivindicam justiça social, reconhecimento e participação. O estudo propõe que futuras investigações ampliem o diálogo entre cultura drag, educação e epistemologias contra-hegemônicas, inserindo tais práticas nos debates sobre memória cultural, formação crítica e direito à cidade.
Palavras-chave: Cultura Drag; Silvetty Montilla; Memória Urbana; Resistência LGBTQ+.

Abstract: this article analyzes the trajectory of Silvetty Montilla as a case study that reveals the role of drag queens in the consolidation of LGBTQ+ urban culture in Brazil. The research is framed as a cultural and political analysis of drag performance in the city, emphasizing the aesthetic, pedagogical, and social implications of its public presence. Adopting a qualitative approach grounded in Critical Theory of Society, the study revisits the memory of LGBTQ+ resistance through drag performance as a tool of denunciation and urban pedagogy. The text highlights how, since the 1980s and 1990s, figures like Silvetty Montilla have produced visibility and challenged gender and sexuality norms by occupying nightclubs, theaters, and media with subversive discourses and aesthetics. The results indicate the importance of drag queens in building symbolic spaces of affirmation and belonging within urban landscapes, as well as their role in mediating educational actions and public policies in defense of diversity. Silvetty's trajectory is recognized as a living expression of insurgent memory that resists erasure promoted by instrumental rationality and the culture industry. The study concludes that drag queens play a fundamental pedagogical and political role in the formation of dissident subjectivities and in producing urban narratives that call for social justice, recognition, and participation. It suggests that future investigations expand the dialogue between drag culture, education, and counter-hegemonic epistemologies, inserting these practices into broader discussions on cultural memory, critical education, and the right to the city.
Keywords: Drag Culture; Silvetty Montilla; Urban Memory; LGBTQ+ Resistance.

1 INTRODUÇÃO

O movimento LGBTQ+ no Brasil carrega consigo uma trajetória marcada por lutas, conquistas e resistências. Inserido em um contexto social historicamente excludente e heteronormativo, esse movimento articula-se como força política, cultural e social na busca

[1] Doutorando em Educação (PPGE-UNICID), Mestrado em Ciências (PECMA - UNIFESP). Coordenador Adjunto do Observatório de Educação e Sustentabilidade da UNIFESP e Liderança da Rede Internacional Movimentos Docentes.

por reconhecimento, direitos e espaços de expressão. O Brasil, ao mesmo tempo em que apresenta marcos significativos na luta por direitos civis da população LGBTQ+, também é um dos países que mais mata essas pessoas no mundo e o primeiro quando a análise caminha para travestis e transexuais (STF, 2022). Essa contradição revela a necessidade de aprofundar as discussões sobre as formas de resistência e visibilidade que emergem nas margens da sociedade.

As *drag queens*, nesse cenário, tornam-se figuras centrais na construção de uma estética política do dissenso. Mais do que artistas performáticas, essas personagens carregam uma longa história de atuação nos territórios urbanos, nas boates, nas ruas, nos palcos e na televisão, como representantes simbólicas da resistência LGBTQ+ (Maio; Rossi, 2024). Para Benedetti (2005), as *drags* operam no campo da paródia, desconstruindo normas de gênero e subvertendo estéticas normativas por meio do exagero, da performance e da teatralidade. Suas expressões tensionam os padrões e promovem espaços de sociabilidade e afirmação identitária.

A cena *drag* brasileira tem raízes que se entrelaçam com o teatro de revista, com os bailes carnavalescos e com o transformismo europeu, tendo passado por processos de tropicalização que deram origem a expressões culturais profundamente brasileiras. Conforme explica Marcia Tiburi (2018), o corpo é um espaço de insurgência, e o corpo drag é, nesse sentido, um corpo que grita, que interpela e que exige ser visto e reconhecido em sua complexidade estética e política.

A escolha de Silvetty Montilla como foco deste estudo se justifica pela relevância de sua trajetória artística e pela sua presença marcante na cena cultural LGBTQ+ paulistana e nacional. Com seus 38 anos de carreira, Silvetty é uma das mais longevas e respeitadas drags do Brasil. Sua trajetória mistura humor, crítica social, teatro, televisão e ativismo. Conforme afirma Richard Miskolci (2012), figuras públicas LGBTQ+ contribuem significativamente para a construção de representações que desafiam as normatividades sexuais e de gênero, oferecendo ao público uma pluralidade de existências possíveis.

Ao observar a presença de Silvetty Montilla em diferentes espaços da cidade de São Paulo – das boates do centro histórico como República e Anhangabaú aos palcos de teatro como o famoso Gazeta ou o periférico Caritas, e nos programas televisivos como Caldeirão do Huck, TV Fama, Eliana, entre outros – percebe-se sua atuação extrapolar a função de artista e passar a ser, também, agente de memória urbana. Ela é, por si, um arquivo vivo da cultura LGBTQ+, atravessando décadas de transformações sociais, culturais e políticas. Segundo Halbwachs (2006), a memória coletiva é construída em grupo e se ancora em lugares, e as drags tornam-se guardiãs dessas memórias em espaços muitas vezes invisibilizados pela história contada na sociedade.

A presença das drags em contextos urbanos também permite refletir sobre a performatividade do gênero e suas implicações políticas. Para Judith Butler (1990), o gênero

é uma construção performativa, repetida ao longo do tempo e carregada de normatividade. A *drag queen*, nesse sentido, escancara a artificialidade dessa construção, revelando que o que se entende por "masculino" e "feminino" é uma produção social passível de desconstrução. Silvetty Montilla encarna essa performance como crítica e resistência. Ao longo de sua carreira, entreteve e politizou espaços e discursos, provocando reflexões sobre preconceito, identidade, cidadania e afeto. Sua figura é, portanto, paradigmática para se compreender o papel das drags na cena urbana brasileira e na constituição da memória LGBTQ+.

Deste modo, o presente artigo, portanto, se propõe a refletir sobre o papel das *drag queens*, em especial Silvetty Montilla, como ícones culturais e agentes de resistência no contexto urbano. Ao tratar dessa personagem como foco de estudo, buscamos contribuir para uma reflexão mais profunda sobre as interseções entre gênero, arte, memória e cidade. Para além da reflexão, analisar a trajetória de Silvetty Montilla significa iluminar processos de apagamento e resistência vivenciados por artistas LGBTQ+ em contextos de violência simbólica e material. Segundo Lionço (2008), a visibilidade das expressões dissidentes de sexualidade e gênero é uma das estratégias centrais para enfrentar a heteronormatividade e seus dispositivos de exclusão.

Nesse sentido, este estudo compreende que a memória urbana perpassa os monumentos e registros oficiais e incorpora as narrativas que se constroem nas margens, nas noites, nas ruas e palcos. Silvetty representa esse lugar de enunciação potente, onde o corpo, a voz e o brilho tornam-se instrumentos de insurgência e expressão política. Ademais, ao pensarmos nas cidades como espaços vivos de disputas e resistências, é importante considerar as *drag queens* como sujeitos que reconfiguram as territorialidades e desafiam as estruturas sociais vigentes. Conforme observa Lopes (2009), o espaço urbano é também um espaço de corpos, de visibilidades e de performances. Assim, a *drag queen* ressignifica a cidade com seus gestos, seu humor, sua dor e sua alegria.

Ao refletirmos sobre a importância das *drags* para o movimento LGBTQ+, não podemos dissociar essa atuação de sua dimensão pedagógica e cultural. Como destaca Louro (2004) e ressalta Silva e Pinho (2024), a educação para a diversidade passa também pela valorização das experiências de vida que fogem à norma. Nesse contexto, Silvetty, além de artista, pode ser considerada como educadora, comunicadora e símbolo de resistência afetiva e política. Com isso, esta introdução delineia os caminhos que serão percorridos ao longo do artigo, que buscará evidenciar a potência simbólica, política e cultural da figura da *drag queen* como produtora de memória e resistência urbana. Em um país onde a existência LGBTQ+ ainda é, muitas vezes, marcada pela negação e pela violência, contar e recontar essas histórias torna-se um ato de afirmação e de justiça epistêmica.

2 UMA INTERSECÇÃO DE RESISTÊNCIAS - DRAG QUEEN E O MOVIMENTO LGBT+

A presença das *drag queens* na história do movimento LGBTQ+ brasileiro remonta aos primeiros movimentos de visibilidade e resistência nos centros urbanos, em especial nas décadas de 1980 e 1990. Em um contexto de repressão militar e moral conservadora, as drags desafiaram a rigidez dos padrões normativos com performances provocativas e discursos de enfrentamento. Todavia, já no período da ditadura militar, havia um grupo teatral muito influente nesta arte, que foi o *Dzi Croquettes*, trazendo elementos *drag* em suas apresentações e despontando como fôlego de resistência de androginia e amor livre (Bragança, 2019).

Num contexto forte de politização global, seus corpos travestidos de exagero e arte atuaram como instrumentos de crítica e de denúncia. Como observa Trevisan (2000), o Brasil vivenciou uma repressão institucionalizada das dissidências sexuais, e, nesse cenário, as figuras mais visíveis e ousadas, como as *drags*, foram alvos prioritários da violência, mas também protagonistas da resistência. Essa trajetória das drag queens brasileiras não pode ser dissociada das estruturas sociais que as cercam. Muitas delas pertencem a grupos sociais marginalizados, atravessadas por questões de raça, classe, gênero e território. A intersecção entre essas opressões cria uma condição de existência marcada pela necessidade constante de resistência e reinvenção. Conforme destaca Crenshaw (1991), as experiências sociais são moldadas por múltiplas e simultâneas formas de discriminação, o que torna as vivências de muitas *drags* particularmente intensas e complexas.

Em diversas cidades brasileiras, as *drags* desempenharam papéis fundamentais na construção de espaços de acolhimento e afirmação. Boates, bares, festas e paradas do orgulho tornaram-se territórios de afirmação identitária e cultural, onde essas artistas criaram vínculos afetivos e políticos com suas comunidades. Segundo Facchini (2008) e Maio e Rossi (2024), essa pluralidade de espaços vão além do lazer; são estratégias de sobrevivência e de afirmação, locais onde corpos dissidentes ganham visibilidade e fortalecem redes de solidariedade. A performance *drag* não se restringe ao palco. Ela é uma forma de existência que transborda para o cotidiano, uma encarnação política que subverte as estruturas do gênero e que exige atenção ao contexto em que se insere. No Brasil, a figura da *drag* é marcada por uma tensão constante entre o fascínio estético e a marginalização social. Por isso, seu impacto no movimento LGBTQ+ vai além da arte: trata-se de uma presença que educa, mobiliza e reivindica direitos.

O corpo *drag*, moldado por maquiagem, figurino, voz e gestos, é também um corpo político que ocupa o espaço urbano com irreverência e coragem. Sua existência desafia as normas e denuncia as violências cotidianas. Como aponta (Bento, 2006; Barbosa; Maio e Martelli, 2024). É preciso reconhecer nas expressões de gênero não hegemônicas um campo

fértil de produção de subjetividades e de crítica social. As *drag queens*, ao performarem suas identidades, inscrevem no espaço urbano novas possibilidades de ser e estar no mundo.

2.1 SILVETTY MONTILLA: TRAJETÓRIA E IMPACTO NA CULTURA URBANA LGBTQ+

Silvetty Montilla é uma figura emblemática na cena cultural LGBTQ+ brasileira, com uma carreira que se estende por quase quatro décadas. Nascida em 10 de julho de 1967, em São Paulo, Silvetty iniciou sua trajetória artística em 1987, apresentando-se nos finais de semana em boates como a *Fábio's* e a *Nostro Mondo* (Felitti, 2014). Esses espaços noturnos foram cruciais para a consolidação da cultura LGBTQ+ na cidade, servindo como palcos para expressões artísticas e resistência social. A *Nostro Mondo*, por exemplo, foi reconhecida como uma das boates pioneiras voltadas para o público LGBTQ+ em São Paulo. Em registros de apresentações de 1995, Silvetty já demonstrava seu carisma e talento, compartilhando o palco com outras artistas transformistas. Sua presença nesses espaços entreteve e fortaleceu a identidade e a coesão da comunidade (Felitti, 2014).

Ao longo dos anos, Silvetty expandiu sua atuação para outras casas noturnas icônicas, como a *Blue Space*. Em novembro de 2018, por exemplo, sua performance na *Blue Space* foi registrada e amplamente divulgada, evidenciando sua contínua relevância e capacidade de atrair públicos diversos. A *Blue Space* tornou-se um dos principais palcos para artistas *drag* em São Paulo, e a presença constante de Silvetty contribuiu significativamente para esse *status* (Ostruca, 2021; Rentes, 2021). A artista também marcou presença em eventos de grande porte, como as diversas edições da Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo, sua participação ativa desde as primeiras edições da Parada reflete seu compromisso com a visibilidade e os direitos da comunidade.

Contudo, a atuação de Silvetty não se restringe aos palcos e eventos. Ela também se destacou em produções audiovisuais, como o filme "Do Lado de Fora" (2014), onde interpretou a personagem Dona Vera. Também atuou na série "*Super Drags*" (2018), produzida pela *Netflix*. Essa participação no cinema e televisão ampliou seu alcance e contribuiu para a representação da cultura *drag* em diferentes mídias. Em 2020, durante a pandemia de COVID-19, Silvetty utilizou suas redes sociais para resgatar e compartilhar memórias da primeira Parada do Orgulho LGBTQ+ realizada no Brasil, em 1996. Essas imagens raras foram destacadas pela revista *Marie Claire*, ressaltando a importância histórica de sua trajetória e seu papel como guardiã da memória coletiva da comunidade (*Marie Claire*, 2020).

A longevidade e a relevância de Silvetty Montilla na cena cultural LGBTQ+ são testemunhos de sua capacidade de adaptação, inovação e compromisso com a arte e a militância. Sua trajetória reflete o desenvolvimento da cultura drag no Brasil e as lutas e conquistas da comunidade ao longo das últimas décadas.

3 *DRAG QUEENS* E MEMÓRIAS URBANAS

A figura da *drag queen*, para além do espetáculo e da estética, carrega um potencial político transformador. Sua presença pública, sua performance exagerada e seu corpo em resistência operam como forma de denúncia contra a heteronormatividade que estrutura as relações sociais e políticas. No Brasil, país marcado por altos índices de violência contra pessoas LGBTQ+, a *drag* surge como um corpo-escudo e um corpo-palco, capaz de tensionar narrativas hegemônicas e propor novas possibilidades de existência (Bento, 2006).

Reconhecendo as cidades como palimpsestos de experiências, histórias e afetos. No caso das populações LGBTQ+, os centros urbanos são, historicamente, ao mesmo tempo refúgios e territórios de exclusão. As *drag queens*, inseridas nesse contexto, tornam-se protagonistas de uma narrativa que articula corpo, memória e território. Seus passos desenham cartografias simbólicas que revelam uma cidade invisível à lógica dominante, mas fundamental para a compreensão da vida urbana em sua complexidade.

Esses corpos, performáticos e politizados, vão além de circular pelos espaços da cidade — eles reconfiguram suas significações. Casas noturnas, bares, teatros, praças, becos e avenidas tornam-se, a partir da presença das *drags*, lugares de expressão e afirmação de identidades dissidentes (Marques e Souza, 2024). Como afirma Lefebvre (1991), o espaço urbano é socialmente produzido, e a performance drag opera como força de transformação que subverte o uso e o sentido dos espaços cotidianos.

A performance *drag* torna-se, assim, um dispositivo de resistência que atua tanto no campo simbólico quanto no material. Quando uma *drag* se apresenta em público, ela invoca uma tradição de enfrentamento, mas também reinscreve sentidos na paisagem urbana. Esses atos não são apenas estéticos; são gestos políticos que desafiam normas sociais, produzem memória e reivindicam pertencimento. Para Ferreira e Juvêncio (2025), a memória social é atravessada por disputas entre lembrança e esquecimento, e as *drags* atuam justamente para impedir o apagamento de suas histórias. No Brasil, as experiências urbanas das *drag queens* estão profundamente ligadas à cultura popular e às dinâmicas periféricas. A figura da *drag* não se restringe aos palcos das grandes casas noturnas centrais, mas circula em circuitos alternativos, festas de bairro, escolas de samba, coletivos culturais e manifestações públicas. Facchini (2008) analisa esses espaços como ambientes de criação de redes de solidariedade e afetividade, essenciais à resistência das dissidências sexuais e de gênero.

Em São Paulo, a trajetória de Silvetty Montilla ilustra de maneira exemplar essa dimensão urbana da memória drag. Ao longo de sua carreira, Silvetty ocupou diferentes zonas da cidade, desde as boates do centro histórico até palcos de teatros tradicionais como o Teatro Itália. Essa trajetória inscreve sua performance no tecido urbano, conferindo sentido político aos espaços por onde transita. Segundo SaideJambe (2020), as práticas culturais produzem sentido aos lugares e redefinem sua relação com os sujeitos. Essa

relação entre *drag queens* e memória urbana não se dá apenas pela presença, mas também pela ausência e pelo luto. Muitos dos espaços ocupados pelas *drags* nas décadas de 1980 e 1990 foram fechados ou descaracterizados, como é o caso da lendária *Nostro Mondo*. Esses desaparecimentos revelam a fragilidade da memória LGBTQ+ na cidade e a importância das figuras vivas como Silvetty, que funcionam como guardiãs dessas histórias e experiências coletivas (Felitti, 2014).

Pode-se entender que as *drag queens* criam memória por meio da oralidade, do espetáculo e do corpo em movimento. Elas resistem ao esquecimento histórico imposto às dissidências sexuais e de gênero e instituem uma outra forma de arquivo: sensível, efêmero, mas profundamente marcante. As festas, encontros em praças e celebrações organizadas por drags também operam como rituais de memória e resistência. A "Vieira de Carvalho", avenida no bairro República em São Paulo, eventos como "*Drag*-se", "Feirinha LGBTQ+" e outras atividades como nas Viradas Culturais e os *shows* de abertura das Paradas do Orgulho são marcos vivos que reafirmam a importância da presença drag no espaço público. Essas ocasiões produzem memória coletiva, atualizam narrativas e fortalecem a identidade comunitária (Facchini, 2008).

Portanto, a cidade LGBTQ+ é uma cidade que fala por meio de suas *drags*. Elas vocalizam memórias silenciadas, encarnam histórias interrompidas, denunciam ausências e celebram presenças. A performance drag, nesse contexto, é uma pedagogia urbana, um modo de ensinar a cidade a reconhecer sua própria diversidade e a não esquecer os corpos que a habitam e a constroem. A análise da memória urbana LGBTQ+ a partir da presença das drag queens nos convida a repensar o que consideramos como patrimônio, história e visibilidade. Ao destacar figuras como Silvetty Montilla, este trabalho propõe uma ampliação das categorias de análise da memória coletiva urbana, incluindo as vivências e produções culturais de sujeitos historicamente marginalizados, mas fundamentais para a compreensão crítica da cidade contemporânea.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de Silvetty Montilla, analisada sob a ótica da cultura urbana e da resistência LGBTQ+, revela a potência transformadora de corpos que performam, resistem e criam memórias. Como ícone das *drag queens* brasileiras, Silvetty mobiliza um repertório afetivo, político e simbólico que ultrapassa os palcos e se enraíza na história social das cidades, nas lutas por reconhecimento e nas práticas de memória coletiva. Essa presença de figuras nas boates, teatros e programas de televisão representa mais do que visibilidade: constitui uma prática de rememoração crítica e insurgente. Tal presença tensiona os dispositivos de controle social e desafia a semiformação imposta pela indústria cultural, conforme formulado por Adorno (2010), ao promover experiências de subjetivação contrárias ao apagamento da diversidade e à padronização da cultura.

No contexto da formação cultural e política, Silvetty encarna a figura do sujeito crítico, que não se reconhece nas margens, mas transforma essas margens em centro discursivo e poético. O corpo *drag*, performado em espaços urbanos hostis e, ao mesmo tempo, férteis, cumpre uma função dialética essencial: revela o não-dito da cidade, os silêncios impostos à diferença e as fissuras do projeto civilizatório hegemônico. É o que Walter Benjamin (2012) chamaria de lampejos da memória urbana, evocados por imagens e narrativas que escapam à lógica linear do progresso. Esta análise nos permite inferir que a cultura drag consegue resistir às lógicas capitalistas da indústria cultural convertendo o espetáculo em denúncia, o brilho em crítica, e o exagero em tática de sobrevivência.

Nesse sentido, Silvetty Montilla não é apenas uma artista: é uma pedagoga urbana da disrupção, uma arquivista da memória LGBTQ+ que age no campo da cultura como prática política e educativa. Pedagoga no sentido ampliado e freiriano do termo, como alguém que ensina não apenas conteúdos, mas modos de ser, pensar e existir. Silvetty educa pela presença, pela performance, pela crítica embutida no riso, no escracho e na arte (Freire, 2019); Urbana porque sua pedagogia se realiza no espaço da cidade, se insere nas texturas urbanas e que produz memória nos interstícios da vida cotidiana e ao mesmo tempo disruptiva porque rompe com o estabelecido, desorganiza as normas de gênero, questiona a moral dominante e perturba o conforto da normalidade. Tal qual sua trajetória nos lembra que a cidade é um palimpsesto de resistências, onde as *drags* não apenas habitam, mas refundam territórios simbólicos.

Este estudo de caso, para além da análise e reflexão, também permitiu elencar uma série de lacunas e desafios que se impõem. A escassez de registros sistematizados sobre a história das *Drags* no Brasil, o apagamento de figuras periféricas e racializadas dentro do próprio movimento, e o risco de mercantilização da cultura *drag* são pontos que exigem atenção em futuras pesquisas. A resistência urbana travestida de lantejoulas e salto alto precisa ser compreendida para além da estética, enquanto prática de (auto)formação e denúncia cultural, como propõe Adorno (2010) ao tratar da crítica como via de emancipação.

No campo da educação, também se percebe uma timidez em reconhecer as potências pedagógicas das experiências culturais LGBTQ+, sobretudo pela resistência religiosa e conservadora que rege os sistemas políticos. A formação docente precisa ser provocada a dialogar com essas vozes que emergem da rua, dos palcos e das redes sociais, que articulam saberes dissidentes e epistemologias encarnadas. Nesse sentido, a obra coletiva “Nexos entre a Formação Docente e a Cultura Digital” (Ripa; Ventura e Malaggi, 2025) nos oferece pistas para pensar a educação a partir da tensão entre formação e semiformação, entre cultura viva e cultura coisificada. Ao aproximarmos esse referencial da experiência de Silvetty Montilla, percebemos o quanto a *drag* ultrapassa a persona artística e se constitui como um dispositivo de reinvenção do mundo, de produção de novos sentidos para a vida em comum.

A perspectiva de "diva" sobreposta em Silvetty Montilla, portanto, reside menos em sua peruca ou maquiagem, e mais na sua capacidade de narrar histórias silenciadas, de provocar desconfortos fecundos e de fazer da memória uma trincheira contra o esquecimento. Ela é, como diria bell hooks (2013), uma insurgente do cotidiano, uma intelectual orgânica da margem que transforma o entretenimento em política e a arte em denúncia. Encerrar esta reflexão não significa concluir, mas abrir trilhas: que outras Silvettys habitam nossas cidades? Que pedagogias estão sendo encarnadas nas noites, nos palcos e nas redes sociais? Como educadores, pesquisadores e cidadãos, precisamos não apenas reconhecer essas existências, mas aprender com elas – em seus gestos, vozes, corpos e memórias.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. Teoria da Semiformação. *In*: PUCCI, B.; ZUIN, A. Á.S.; LASTÓRIA, L. A. C. N. **Teoria Crítica e Inconformismo**: novas perspectivas de pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2010.

BARBOSA, C.; MAIO, E. R.; MARTELLI, A. Reflexões sobre gênero e diversidade sexual na formação de profissionais da psicologia e pedagogia. *In*: MAIO, E. R.; ROSSI, J. P. G. (Org.) **Corpos em Dissidências**: A diferença nas educ(ações) democráticas. Santo André: V&V Editora, 2024.

BENEDETTI, M. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENJAMIN, W. **Infância em Berlim por volta de 1900**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. São Paulo: Garamond, 2006.

BRAGANÇA, L. Fragmentos da babadeira história drag brasileira. **Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**, v. 13, n. 3, p. 525-539, jul.-set. 2019.

BUTLER, J. **Gender Trouble**: Feminism and the Subversion of Identity. New York: Routledge, 1990.

CRENSHAW, K. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

FACCHINI, R. **Sissies e dykes**: dissidência sexual e de gênero no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

FELITTI, C. Nostromondo, primeira boate gay do Brasil, fecha as portas após 43 anos. **Folha de S. Paulo**, 09 fev. 2014. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/%20saopaulo/2014/02/1408677-nostromondo-primeira-boate-gay-do-brasil-fecha-as-portas-apos-43-anos.shtml. Acesso em: 11 abr. 2025.

FERREIRA, L.; JUVÊNCIO, C. H. O esquecimento e a destruição na construção social da memória. **TransInformação**, Campinas, v. 37, e2510623, 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 2019.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

hooks, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LIONÇO, T. Sexualidade, saúde e política: visibilidades e vulnerabilidades nas políticas públicas brasileiras. *In*: PARKER, R., PETCHESKY, R., & SEMBER, R (org.). **Sexualidade, saúde e direitos humanos**. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

LOPES, A. Corpos, sexualidades e espaços urbanos: ensaios de uma geografia mais que humana. **Revista GEOgrafias**, v. 5, n. 2, p. 43-57, 2009.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAIO, E. R.; ROSSI, J. P. G. (Org.) **Corpos em Dissidências**: A diferença nas educ(ações) democráticas. Santo André: V&V Editora, 2024.

MARQUES, M. I. B.; SOUZA, L. C. Enfrentamento às desigualdades de gênero: contribuições de um curso de extensão. *In*: MAIO, E. R.; ROSSI, J. P. G. (Org.) **Corpos em Dissidências**: A diferença nas educ(ações) democráticas. Santo André: V&V Editora, 2024.

CLAIRE, M. Silvetty Montilla exibe imagens raras da 1ª Parada do Orgulho LGBTQ do Brasil. **Redação Marie Claire**, 24 jun. 2020. Disponível em: https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2020/06/silvetty-montilla-exibe-imagens-raras-da-1-parada-do-orgulho-lgbtq-do-brasil.html. Acesso em: 11 abr. 2025.

MISKOLCI, R. **O Desejo da Nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de FHC. São Paulo: Annablume, 2012.

OSTRUCA, D. **Drags brasileiras dando close no YouTube**: tutoriais em (des)montação. Porto Alegre : Imaginalis, UFRGS, 2021.

RENTES, R. Entrevista com Silvetty Montilla. **Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia**, v. 07, n. 01, p. 107-120, 2021.

RIPA, R.; VENTURA, L.; MALAGGI, V. (Org.) **Nexos entre a Formação Docente e a Cultura Digital**: atualidades da Teoria Crítica da Sociedade. Santo André: V&V Editora, 2025.

SAIDEJAMBE, J. F. A habitação como expressão cultural nas zonas rurais da Província do Niassa – Moçambique. **África (s)**, v.7, n. 14, 2020.

SILVA, J. L. L.; PINHO, S. T. Promoção da inclusão e diversidade na educação: análise das políticas e práticas de gestão pública para atender às necessidades de estudantes com diversidade funcional. **Revista Foco**, v. 17, n. 6, p. e5307, p.01-22, 2024.

STF. Supremo Tribunal Federal. **Direito das pessoas LGBTQQIAP+:** Cadernos de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - concretizando direitos humanos. Brasília: STF/CNJ, 2022.

TIBURI, M. **Ridículo político**: uma investigação sobre o risível, a manipulação da verdade e a construção da realidade. Rio de Janeiro: Record, 2018.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record. 2000.

Recebido em: 11/04/2025
Aceito em: 11/08/2025

"SAIR DO ARMÁRIO PODE SER PERIGOSO": ESTIGMAS E REPRESENTAÇÕES DAS HOMOSSEXUALIDADES NA MÍDIA PARAENSE NOS ANOS 1990

"SALIR DEL CLÓSET PUEDE SER PELIGROSO": ESTIGMAS Y REPRESENTACIONES DE LAS HOMOSEXUALIDADES EN LOS MEDIOS PARAENSES EN LOS AÑOS 1990

Alana Albuquerque de Castro[1]

Resumo: o presente artigo busca analisar reportagens da imprensa paraense dos anos 1990, nos jornais A Província do Pará, Diário do Pará e O Liberal, que abordam a homossexualidade em diferentes perspectivas discursivas. O objetivo é compreender como essas matérias ajudaram a construir sentidos sobre corpos dissidentes em meio a disputas políticas, morais e sociais. A partir de reportagens que tratam do "crescimento" da homossexualidade, da patologização promovida por profissionais da psicologia e da criação de um "Dia do Orgulho Gay", busca-se mapear os enquadramentos e contradições presentes na cobertura midiática da época. O artigo também aponta como essas narrativas foram atravessadas pela epidemia de AIDS e suas implicações na produção de estigmas. Utilizando o conceito de Representação de Roger Chartier, pretendemos entender o papel da imprensa na construção desses estereótipos ligados às sexualidades dissidentes. A análise evidencia que, apesar de certa visibilidade, os discursos veiculados na mídia regional ainda operavam majoritariamente por meio da ironia, de preconcepções e da espetacularização da diferença, revelando os limites da liberdade sexual no contexto amazônico da década de 1990.
Palavras-chave: homossexualidades, mídia, discursos, sexualidade.

Resumen: este artículo analiza reportajes de la prensa paraense de los años 1990, publicados en los periódicos A Província do Pará, Diário do Pará y O Liberal, que abordan la homosexualidad desde diversas perspectivas discursivas. El objetivo es comprender cómo estas noticias contribuyeron a construir significados sobre cuerpos disidentes en medio de disputas políticas, morales y sociales. A partir de reportajes que tratan sobre el "crecimiento" de la homosexualidad, la patologización promovida por profesionales de la psicología y la creación de un "Día del Orgullo Gay", se busca mapear los encuadres y contradicciones presentes en la cobertura mediática de la época. El artículo también señala cómo estas narrativas fueron atravesadas por la epidemia del SIDA y sus implicaciones en la producción de estigmas. Utilizando el concepto de representación de Roger Chartier, se pretende entender el papel de la prensa en la construcción de estos estereotipos ligados a las sexualidades disidentes. El análisis evidencia que, a pesar de cierta visibilidad, los discursos difundidos en los medios regionales aún operaban mayoritariamente mediante la ironía, preconcepciones y la espectacularización de la diferencia, revelando los límites de la libertad sexual en el contexto amazónico de la década de 1990.
Palabras clave: homosexualidades, medios de comunicación, discurso, sexualidad.

1 INTRODUÇÃO

As reportagens publicadas pela imprensa paraense nos anos 1990 sobre homossexualidade não são apenas registros do passado. Elas revelam os sentidos que circulavam socialmente, os medos que ganhavam forma e as formas pelas quais a homossexualidade era enquadrada: ora como ameaça, ora como doença, ora como fenômeno social crescente, ora como algo a ser corrigido, controlado ou combatido. São esses discursos que pretendemos abordar neste trabalho. Mais do que uma simples

[1]Historiadora, Mestre e Doutoranda em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisadora dos campos Ditadura, Gênero e Sexualidades. Faz parte do grupo de pesquisa de família, população, migração e gênero (RUMA-UFPA) e do GT de gênero da Anpuh/PA.

curiosidade de época, essas matérias mostram como a mídia ajudava a produzir uma certa imagem da população LGBTQIAPN+ naquele momento — e como essa imagem se alimentava de disputas mais amplas sobre moral, política, saúde e visibilidade.

Este artigo parte da análise de reportagens veiculadas na imprensa paraense, nos jornais de grande circulação, A Província do Pará, O Liberal e Diário do Pará, entre o início e o fim da década de 90. São reportagens que abordam de forma ampla as questões que rondavam o período: do "aumento" da população homossexual, de projetos de lei que contemplassem a "cidadania gay" e o dia do Orgulho Gay, de declarações de psicólogos sobre o que seria ou não "normal", até matérias que tratam a homossexualidade como culpada na disseminação do vírus do HIV/AIDS. Falas essas que trazem um eixo importante da construção do "corpo homossexual" como um corpo marcado pelo risco e frequentemente vistos como doentes.

Cabe destacar que o jornal é uma importante fonte histórica. Ele não só é um forte meio de comunicação, mas participa das disputas políticas e sociais do tempo em que se mantém em circulação, e traz aos seus leitores informações das mais variadas perspectivas. O discurso jornalístico nos mostra escolhas, silêncios e formas específicas de narrar o que se entende como digno de atenção pública. Cabe ao historiador ler essas camadas, entender o que está sendo dito, como está sendo dito, e principalmente o que ficou de fora. Como aponta Tânia de Luca (2008), a imprensa organiza e apresenta os fatos de maneira intencional, de acordo com critérios próprios de seleção e visibilidade. O historiador, ao lidar com esse tipo de fonte, precisa tensionar essa narrativa, evitando uma leitura direta entre acontecimento e relato. Afinal, jornais e revistas também operam dentro de interesses — são empresas, com suas linhas editoriais e posicionamentos. Roger Chartier (2002) lembra que toda representação carrega o ponto de vista de quem a produz. Por isso, mais do que buscar uma suposta verdade nos jornais, é preciso entender o que eles revelam das disputas do tempo. As reportagens não são espelhos do real, mas rastros. E como diz Carlo Ginzburg (2003), nosso trabalho como historiadores é ler esses rastros com atenção, sabendo que toda fonte é parcial, atravessada por relações de poder e pelas condições que definem o que pode ou não virar documento.

O interesse principal é observar nessas reportagens não só o que elas dizem, mas como dizem. O que consideram digno de notícia? Que termos escolhem? Que silêncios carregam? A análise presente não pretende responder todas as dúvidas e lacunas, mas abrir caminhos para pensar como os discursos sobre homossexualidade foram construídos na mídia regional, num momento em que o Brasil ainda engatinhava nas discussões públicas sobre diversidade sexual — e em que o preconceito ainda tinha muito mais espaço do que qualquer tentativa de reconhecimento.

2 VETORES DE TRANSMISSÃO: A MARCA DA AIDS NA IMPRENSA PARAENSE

A *Acquired Immune Deficiency Syndrome* (AIDS)[2], começou a ganhar destaque no mundo quando os primeiros casos surgiram nos EUA no início dos anos 1980[3]. Nesse primeiro momento, pouco se sabia sobre a doença e ela imediatamente passou a ser relacionada aos homens gays. Segundo, Almeida (2008), o The New York Times foi o primeiro jornal a noticiar a AIDS em suas páginas, em julho de 1981, afirmando que um "Câncer raro é encontrado em 41 homossexuais." Nesse período a doença ainda não havia sido diagnosticada pelos cientistas, portanto, as manchetes noticiavam que homens gays estariam morrendo em decorrência de um câncer misterioso. Segundo a autora, a reportagem também fala sobre como apenas homens gays estavam morrendo e um médico que dá o seu parecer a respeito, fala que pessoas "não-homossexuais" não precisam se preocupar, já que nenhum caso entre heterossexuais havia sido registrado, além de enfatizarem que os pacientes homossexuais haviam sido registrados com outras doenças sexualmente transmissíveis. Como afirmam Daniel e Parker (2018):

> Durante os primeiros anos da epidemia, foram talvez, acima de tudo, as características percebidas nos primeiros doentes de Aids que dominou a atenção pública. No Brasil, como nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, a vasta maioria dos primeiros doentes de Aids foram identificados como homossexuais masculinos, muitos dos quais viveram muito tempo fora do Brasil ou viajando para fora do país, e por causa disso supunha-se que teriam contraído o vírus em outros países. (...) Talvez ainda seja mais importante o fato de terem sido caracterizados, quase uniformemente, em termos de conduta sexual promíscua – uma espécie de perigosa imoralidade que rapidamente se tornou central na concepção popular da Aids (Daniel; Parker, 1991, p. 9).

Neste processo, a mídia teve um papel fundamental, além dos discursos médico-legais, em classificar tanto os homens gays, quanto outras minorias como prostitutas, bissexuais e usuários de drogas como pertencentes a uma categoria intitulada "grupo de risco". Em 1983 quando o primeiro caso surge no Brasil, é o caso de um homem gay, morador do estado de São Paulo, o que fortaleceu os discursos que já vinham sendo propagados de que seria uma doença de homossexuais, um "câncer gay". E, portanto, nem todos poderiam contrair a doença. Como afirma Silva (2007):

> A Epidemiologia foi uma das grandes responsáveis por categorizar o chamado "grupo de risco". Neste sentido possibilitou que "o olhar médico se voltasse uma vez mais sobre determinadas sexualidades, justamente aquelas que têm sido historicamente

[2] Sigla em inglês, que significa síndrome da imunodeficiência adquirida.

[3] Oficialmente, pode-se dizer que a Aids foi descoberta em 1981, quando comprovou-se que a ocorrência de casos de Sarcoma de Kaposi e pneumonia entre grupos de homossexuais norte-americanos eram, na realidade, doenças oportunistas agravadas pela presença de um vírus, até então desconhecido pela ciência, naquele organismo (Almeida, 2008, p. 45).

> classificadas como desviantes, promíscuas e perigosas (Silva, 2007, p. 129).

Esses discursos proferidos pela imprensa, a partir dos discursos médico-legais e religiosos, criam uma população amedrontada, despertando no senso comum a ideia de um homossexual perigoso, contagioso e pecaminoso. De acordo com Foucault (2003):

> Os discursos morais sobre o "mal sexo" ganhavam uma roupagem científica, agora que a homossexualidade, sobretudo a masculina, podia ser repatologizada em outros termos através de uma doença que chegou a ser anunciada como "o câncer gay". Quando a aids ganhou, enfim, sua etiologia, esta veio fortemente associada aos homossexuais e às suas práticas eróticas, somando-se a já então longa história de patologização de determinadas sexualidades (Foucault, 2003).

Mas e qual papel teria o "senso comum" nessa perpetuação dos discursos estigmatizantes[4] sobre a AIDS? Precisamos a princípio falar do homossexual como sendo visto como imoral, em uma sociedade que prezava acima de tudo pela moralidade, são anos pós ditadura, onde as sexualidades dissidentes já eram enquadradas em um patamar de subversão, ora por sua "liberdade sexual", ora por sua orientação sexual.

As homossexualidades são marginalizadas há séculos, como nos explica Michel Foucault (1988), a medicina buscava nos estudos, encontrar expressões de patologias que eram consideradas inapropriadas. Trazendo assim, controles pedagógicos e tratamentos médicos em torno de qualquer identidade sexual que fosse considerada "imprópria", os moralistas e os médicos trouxeram a abominação. Tornou- se um controle de população, não se pretendia apenas uma sociedade sexualmente relevante economicamente, com fins reprodutivos, mas que ela estivesse ligada à política conservadora. O foco era, sobretudo, nas "sexualidades periféricas", que saíam do padrão da normatividade e do que se esperava de um casal heterossexual, que tinham fins de reprodução. De acordo com o autor, a homossexualidade torna-se um personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Como também contribui Miskolci (2007):

> Por trás dos temores de degeneração sexual residia o medo de transformações profundas em instituições como a família. Considerava-se que a então chamada "inversão sexual" constituía uma ameaça múltipla: à reprodução biológica, à divisão tradicional de poder entre o homem e a mulher na família e na sociedade e, sobretudo, à manutenção dos valores e da

[4] Aqui utilizaremos o conceito de estigma de Goffman (1963), que se refere aos processos sociais de desvalorização e discriminação que certos indivíduos sofrem devido a características que os afastam das normas socialmente aceitas, levando-os a uma identidade deteriorada e à marginalização.

> moralidade responsáveis por toda uma ordem e visão de mundo (Miskolci, 2007, p. 105).

Podemos perceber que esse "controle" social e moral em torno de sexualidades lidas como periféricas não era algo próprio da década de 1980, mas foi construído com o passar dos séculos, entretanto, era sempre fortificado de alguma maneira pela mídia, pelos médicos e pela igreja. De acordo com Sterling (2002), ao falarmos de sexualidade humana, precisamos de um conceito material, entretanto, este conceito já nos chega contaminado, por ideias pré-existentes sobre a diferença sexual. De acordo com Butler (2015) precisamos olhar para o corpo como sendo um sistema que produz significados sociais, e que também é produzido por eles, assim como qualquer organismo biológico, sempre é resultado de ações combinadas com natureza e criação.

Nesse sentido, a mídia ocupa um papel crucial na propagação e circulação desses significados, operando como uma engrenagem potente na construção de sentidos sobre o corpo e a sexualidade. Para além do papel de informar, prescreve, reforça e legitima determinadas normas sociais, e no caso da AIDS, vem muitas vezes ancoradas em discursos médicos e religiosos. Como afirma Vitello (2009):

> Pela análise da imprensa escrita, percebemos que o imaginário social referente à Aids foi construído a partir do conhecimento médico-científico e amplamente divulgado pelos jornais e revistas no Brasil. A sociedade civil respondeu a esses preconceitos que acompanhavam a enfermidade, de acordo com o que estava sendo passado por tais veículos de comunicação, além de procurar se informar do que se tratava essa nova doença e de que forma poderia se prevenir contra ela (Vitiello, 2009, p. 21).

Podemos perceber o papel que a mídia desempenha na construção de um imaginário social, também na fala de Gama e Dadalto (2009):

> Ao mesmo tempo em que protagoniza diversos acontecimentos no mundo real, o sujeito também é o receptor e ressignifica estes fatos produzidos pelos veículos de comunicação, o que possibilita a caracterização da notícia como uma construção social. O caráter de construção social da notícia é, assim, justificado pela vigência das circunstâncias objetivas e, sobretudo, das influências subjetivas do cotidiano de diversos membros da sociedade no processo de produção das informações (Gama; Dedalto, 2009, p. 3).

A mídia paraense, mais especificamente, acaba refletindo e amplificando essas moralidades, tornando-se um canal por onde o preconceito se disfarça de opinião ou de

alerta público. Criando muitas vezes um "pânico moral" naqueles que liam as páginas desses periódicos. É o que podemos observar em reportagens como a que será analisada a seguir.

> Nair Klabin, coordenadora do Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde, declarou ontem que o Brasil atingiu o nível máximo da epidemia de AIDS. Segundo ela, o quadro agora é semelhante ao dos EUA em 1988, dois anos depois de o país ter atingido o pico da epidemia. A declaração foi feita durante o I Simpósio Internacional sobre AIDS e a Realidade Brasileira, promovido pela Sociedade Brasileira de Estudos em AIDS, em parceria com o Ministério da Saúde. Segundo Nair, o crescimento da epidemia no Brasil tem sido preocupante: "Só agora estamos começando a sentir o impacto real do avanço da doença. Até o ano passado, o Brasil tinha 14 mil casos registrados. Hoje são mais de 20 mil". Um estudo apresentado no simpósio revelou que o número de infectados por HIV no Brasil pode ser muito maior do que se pensa. A subnotificação e a dificuldade no acesso a testes são alguns dos fatores apontados."O maior número de infectados está nas grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, mas o Norte e o Nordeste já apresentam aumento significativo nos casos", alertou a coordenadora. Nair também destacou o crescimento entre mulheres e heterossexuais, mas reafirmou que a população homossexual ainda representa o grupo de maior vulnerabilidade, junto a usuários de drogas injetáveis. A coordenadora lembrou que, se o Brasil seguir o padrão norte-americano, os próximos cinco anos devem apresentar queda nos casos, o que significaria que o país estaria superando o pico da epidemia (O Liberal, 1990, p. 10).

A matéria acima, do jornal O Liberal, se ancora na fala de especialistas e apresenta números dando uma aparência de neutralidade, mas ao observarmos como os dados são distribuídos, notamos que nada é tão neutro assim. Ao ressaltar a ideia de "grupo de maior vulnerabilidade" para os homossexuais, reforça a noção de que de fato existe uma ligação entre orientação sexual e a doença. Embora abordem o crescimento da epidemia entre mulheres heterossexuais, a matéria parece tratar como novidade, reforçando que a homossexualidade seria a origem da epidemia. Além do silenciamento sobre medidas de prevenção para populações marginalizadas e não há críticas ao acesso desigual aos testes. O que nos mostra, que mesmo reportagens que possam aparentar neutralidade e apenas repasse de informações, podem contribuir para os pré-conceitos já existentes. Já a reportagem abaixo, do Diário do Pará, do ano de 1994, não usa de nenhuma neutralidade ao expor determinadas concepções.

> O governo Clinton lançou comerciais sugerindo o uso de camisas-de-vênus como prevenção da AIDS. Os comerciais soariam idiotas ao desenho animado, idiotas, se camisinhas andassem, engatinhadas... A principal cena é de uma jovem bonita com um rapaz, lindos, ansiosos pela consumação, mas, como se vê, ela se nega ao amor preventivo. Não há menção de que a AIDS, contraída por ato sexual, sempre é passada por alguém que cometeu ou se submeteu à sodomia masculina. Ou seja, se contagiada heterossexualmente é porque o homem traz o vírus de

> atos sexuais prévios com sodomitas. Só nesses casos é que mulher pega. No mundo de hoje, talvez esteja criado a necessidade desse brevíssimo contra a luxúria, que é o uso do preventivo, porque não se sabe quem dormiu com quem, porque supostamente houve uma revolução sexual que tornou permissível e até moda a promiscuidade. Ainda assim, um governo responsável anunciaria os perigos da sodomia entre homens. Não se pode subestimar a ignorância vigente. Nas grandes cidades há milhares de jovens tentando a vida, que, por ganho material, se deixam seduzir pela sodomia masculina. É em geral gente pobre e iletrada. É quem deveria ser avisada por quem nos governa (Diário do Pará, 1994, p. 2).

O texto acima é marcado por um discurso moralizante, homofóbico, elitista e higienista. A matéria não apenas culpabiliza o "ato da sodomia" como foco exclusivo de contaminação pelo HIV, como desresponsabiliza relações heterossexuais e naturaliza o homem heterossexual como transmissor, disseminando a ideia de que o contágio só ocorre porque esses mesmos homens tiveram relações "sodomíticas", isso implica que o corpo gay é o lugar de origem do vírus e que os demais são vítimas secundárias. Outro ponto é que jovens pobres são descritos como ignorantes, vulneráveis e passíveis de "sedução" por práticas sexuais "desviantes". O texto tenta associar a promiscuidade, a pobreza e a falta de instrução à homossexualidade. Além de insinuar que a "luxúria" e a "revolução sexual" trouxeram a promiscuidade para a moda, criando uma lógica de punição moral, fazendo com que o uso da camisinha não seja visto como medida preventiva, mas como consequência da permissividade.

Os discursos proferidos pela Igreja, mostram exatamente esse incômodo a respeito de práticas não-heterossexuais, que afetavam as campanhas de prevenção e contribuíam para uma visão negativa e punitiva sobre a doença. De acordo com Lemos (2010), "os discursos da Igreja Católica sobre a AIDS seguem a lógica de sua concepção negativa da sexualidade, podendo com isso prejudicar as campanhas de divulgação de métodos de prevenção do vírus HIV." (Lemos, 2010, p. 263). Como nos mostra o trecho da notícia a seguir: "Sua santidade (o papa), manifestou solidariedade com os doentes, mas condenou o comportamento sexual que facilita o contágio, além de condenar o uso de preservativos como meio de evitar a doença." (Diário do Pará, 1990, p. 8). Essa fala do papa João Paulo II, condensa de forma clara o cruzamento entre discurso religioso, moral sexual e controle sobre os corpos.

Ao manifestar "solidariedade" com os doentes, o papa cumpre seu papel simbólico de compaixão cristã, mas logo em seguida essa empatia é substituída por uma condenação moral que recai justamente sobre as práticas sexuais associadas à transmissão do HIV – práticas essas frequentemente ligadas à homossexualidade masculina, à prostituição ou à promiscuidade, segundo os moldes do discurso religioso conservador. Ao condenar o uso do preservativo, o papa não apenas reforça o dogma católico que associa sexo à reprodução,

mas também se opõe publicamente a uma das maiores medidas de saúde pública no combate à AIDS – a camisinha -. É importante observar como o jornal *Diário do Pará*, reproduz esse discurso sem tencioná-lo ou problematizá-lo. A notícia, ao relatar a fala papal, não a contrapõe em nenhum momento, o que revela novamente como a imprensa também atua como canal de disseminação de normas morais e sexuais. Essa neutralidade aparente, na prática, reforça um modelo de sexualidade hegemônico e silencia outras formas de viver e compreender o corpo.

De acordo com Santos (2019), o Diário do Pará frequentemente retratava a epidemia como algo distante e sob controle, alimentando uma falsa sensação de segurança na população local. De acordo com o autor, essa estratégia discursiva projetava a AIDS como uma ameaça externa, vinculada a outros espaços — outras cidades, outros corpos, outros modos de vida. O autor cita Daniel e Parker, e essa construção do "outro" como portador da doença foi uma marca da cobertura da epidemia em diversas regiões do Brasil. Em Belém, o "outro" era o resto do país. Essa tentativa de distanciamento aparece de forma ainda mais explícita quando o jornal recorre a especialistas para legitimar discursos que minimizam os riscos da doença. É o caso da reportagem a seguir, publicada em 1990.

> Para o respeitado ginecologista e obstetra Furtado de Melo, a Aids é uma doença muito antiga. E só teria exacerbado como epidemia mundial pela enorme carência imunológica que a camisinha criou. Ele explica ainda que um organismo forte mesmo contraindo o vírus da doença, resiste ao mesmo. Furtado acha que todas as pessoas mortas pela Aids tinham deficiência imunológica. Um assunto muito polêmico (Diário do Pará, 1990, p. 7).

Na reportagem acima, o ginecologista Furtado de Melo afirma que a AIDS teria se disseminado não pelo vírus em si, mas por uma suposta "carência imunológica que a camisinha criou". A declaração desconsidera completamente o consenso científico já estabelecido à época sobre a importância do preservativo na prevenção do HIV. Ao contrário de informar corretamente, a fala reforça desinformações perigosas, sustentadas por uma lógica moralista que responsabiliza os indivíduos HIV+ pela própria doença, ao atribuí-la à uma possível "fraqueza" de seus corpos.

Nesse caso, o Diário do Pará não só mantém o discurso de afastamento da AIDS como também se alinha a posicionamentos que comprometem diretamente as estratégias de enfrentamento à epidemia. A figura do especialista é usada para validar concepções que vão na contramão das políticas de saúde pública, produzindo um efeito que reforça o estigma e contribui para a negligência do problema no contexto local. Assim, a narrativa de "controle" se combina com um discurso de culpabilização, no qual o corpo infectado é visto como desviado, frágil ou moralmente condenável. Esse tipo de notícia, fornece desinformação e

pode cooperar com a resistência à adoção de medidas preventivas e de tratamento, por causar a falsa sensação nas camadas da sociedade que se acreditavam "praticantes do bom sexo", que elas estariam protegidas. De acordo com Gayle (2012), "A condenação psiquiátrica de comportamentos sexuais (...) são difamadas como doenças mentais ou sintomas de uma integração defeituosa da personalidade" (Gayle, 2012, p. 17). Como nos fala Sterling (2002), os discursos médicos ao assumirem a precedência do normal em detrimento do natural, também contribuíram para a existência de uma biopolítica populacional. E a autora parafraseia Foucault, dizendo que nos tornamos "uma sociedade da normalização" (Sterling, 2002, p. 46).

Podemos perceber nos discursos jornalísticos sobre HIV/AIDS nos anos 1990, nos mostram um esforço constante em manter a doença à margem – tanto geograficamente quanto simbolicamente. A junção entre desinformação, moralização e responsabilização individual contribuíram para a construção de que corpos gays como vetores de transmissão. Entretanto, ressalto que esses indivíduos não permaneceram as margens da sociedade, nesse contexto de epidemia, propostas como a criação do dia municipal do "Dia do Orgulho Gay" emergem como tentativas de resistência a marginalização imposta. Se por um lado, o corpo homossexual é marcado pela doença, pelo estigma e pelo medo, por outro, se articulava na luta em torno da visibilidade e do respeito.

3 "CIDADANIA GAY": ENTRE O ESTIGMA E A VISIBILIDADE

Na segunda metade dos anos 1990, de acordo com o Ministério da Saúde (2005) o cenário em torno da AIDS começou a mudar com a popularização do uso dos coquetéis antirretrovirais, que logo mostraram sua eficácia e a criação de políticas públicas mais estruturadas no Brasil que contaram com o apoio de ONGS como o GAPA, e em Belém, como o Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC), o grupo PARAVIDDA e o Movimento Homossexual de Belém (MHB), com a distribuição gratuita de preservativos e dos medicamentos pelo SUS. Essa nova etapa da epidemia trouxe algum respiro para as pessoas vivendo com HIV e abriu espaço para a reorganização de movimentos LGBTQIA+ em várias partes do país que, de acordo com Fachinni (2003), ficaram desestruturados durante os anos mais violentos da epidemia. De acordo com Miskolci (2007), "Em toda parte, com variações e particularidades em cada país, os movimentos se reorganizaram de forma mais institucionalizada e centrada na luta por direitos civis." (Miskolci, 2007, p. 108)

Em Belém, o Movimento Homossexual mostrava sinais importantes de articulação. De acordo com Castro (2022), os primeiros indícios de organização gay na cidade datam do final dos anos 1970, com a criação da Associação Gay de Belém. Esse processo de mobilização ganha fôlego nas décadas seguintes, especialmente nos anos 1990, como apontam os trabalhos de Gotijo e Franco (2015) e o de Rozário (2016), que analisam a

atuação política e cultural do movimento gay paraense nesse período. Como aponta Rozário (2016):

> Destaca-se, a partir da década de 1990, uma efervescência do movimento LGBT, isto é, apresenta-se ao cenário de um Estado democrático. Essas manifestações passam a expandir-se em todo Brasil e surge um movimento heterogêneo, cuja diversidade baseia-se na pluralidade intrínseca ao LGBT. Surgem, ainda, Associações que se apoiam na própria diversidade homoafetiva, segmentando e fortalecendo as bandeiras de luta (Rozário, 2016, p. 13).

É nesse contexto de resistência, efervescência e manifestações públicas que algumas reportagens começam a noticiar pautas ligadas à cidadania LGBTQIA+, como o direito à visibilidade, à existência e ao reconhecimento institucional. Miskolci (2011), afirma que o sucesso das políticas públicas em relação ao HIV/AIDS, deu espaço para que novas discussões aparecessem.

> A mudança na relação com o Estado deriva da ampliação do leque de demandas sociais, as quais o movimento tem tentado incorporar, mas também começam a ser ouvidas por outros canais. Devido ao relativo sucesso das políticas públicas voltadas para as DST/Aids, as demandas sociais, felizmente, não se voltam mais apenas para a área de saúde e ganham cada vez mais espaço em políticas na área de educação, cultura e, por fim, mas não por menos, nas demandas de reconhecimento de direitos (Miskolci, 2011, p. 47).

Ainda assim, mesmo com a presença desses indivíduos nos jornais não apenas fazendo relação a epidemia, o estigma permanece como uma marca persistente, atravessando as formas de representação e as molduras discursivas que a imprensa utiliza para dar lugar — ou limitar — essas vozes. Podemos perceber o aumento nas discussões em torno da "visibilidade gay", com a reportagem abaixo, do ano de 1997, no jornal A Província do Pará.

> Lá vem o tal do Kaveira de novo... Desta vez, o excêntrico vereador adepto da bigamia e do naturismo vai tentar implacar na Câmara municipal uma lei que institui a data 26 de julho como o "Dia Municipal Do Orgulho Gay". O projeto já está pronto e vai ser apresentado na sessão de amanhã. Drag Queens, homossexuais masculinos e femininos já estão eufóricos e jogando plumas para o alto, comemorando desde já a iniciativa. A ideia do projeto nasceu, segundo o vereador, da necessidade de conscientizar a juventude de que o homossexual é um cidadão com direitos e deveres com a sociedade e vice-versa. "Há séculos os gays estão sendo discriminados. Não há mais como ignorar tanto homossexual. Vários deles ocupam posição de destaque na área que atuam", discursa Kaveira. Pelo texto do projeto de lei, o líder do PL na Câmara vai mobilizar uma grande passeata para o

> próximo dia 26 de julho. Mas antes, no inicio de 1998, haverá uma amostra grátis desse movimento. Travestis, gays, lésbicas e simpatizantes vão percorrer a avenida Presidente Vargas do início ao fim, com bandeiras e carro som em um alegre cortejo. Kaveira avisa que essa passeata será "uma boa oportunidade para os chamados 'enrustidos' saírem de dentro do armário e mostrarem a cara na rua". A passeata cor de rosa será similar ao que já ocorre no Rio de Janeiro, que por sua vez, clonada de Nova Iorque, onde décadas atrás houve um massacre de gays no Stonewall Bar. Mas a polêmica maior não é a caminhada gay. Kaveira pretende tornar ponto facultativo municipal no dia 26 de julho para que funcionários públicos gays possam comemorar seu dia sem prejuízo no contracheque. O ponto facultativo também serviria para quebrar o tabu do preconceito. Nas repartições públicas, por exemplo, o funcionário poderá assumir sua homossexualidade, apenas faltando o trabalho no Dia dos Gays. "Os homossexuais assumidos vivem bem melhor dos que escondem sua condição gay", teoriza o vereador (A Província do Pará, 1997, p. 6).

Desde o título "Câmara vai discutir cidadania gay", há uma tensão entre a formalidade institucional e um tom abertamente debochado. A forma como o texto se refere ao vereador Kaveira e ao movimento gay, já marca uma intenção de ridicularizar o tema. "Lá vem o tal do Kaveira de novo..." "*Drag Queens*, homossexuais masculinos e femininos já estão eufóricos e jogando plumas pro alto". Esse tipo de linguagem passa longe da neutralidade, ainda que estejam dando visibilidade ao projeto, o tom da reportagem é carnavalesco e performático, transformando uma pauta política em espetáculo. Existe uma exotização dos corpos dissidentes, concedendo espaço desde que seja dentro do estereótipo de "bicha alegre e espalhafatosa", principalmente ao tratar a passeata como algo colorido, caricato, despolitizando a pauta e tratando como mero entretenimento. Irigay, Saraiva e Carrieri (2010), falam de como é comum que heterossexuais tratem homossexuais como alvos potenciais de piadas. Ao trazerem a fala de um interlocutor, sobre como era a convivência no trabalho com homens gays e lésbicas, os autores apontam:

> Este interlocutor explicitou os estereótipos existentes acerca dos homens e mulheres homossexuais. Os gays são meninos, associados ao bom humor, o que lhes confere representações positivas (seleções lexicais: mais divertidos, bem-humorados, bem arrumados, bem vestidos, sempre te tratam bem, se você estiver de baixo astral é só conversar com um gay por 5 minutos, eles são muito engraçados). De certa forma, há representações de positividade nos gays, as quais aparentemente precisam ser apresentadas por eles para que sejam socialmente aceitos (Irigay; Saraiva; Carrieri, 2010, p. 896).

Portanto, o gay só seria visto e ouvido e principalmente aceito, se estivesse dentro dos estereótipos de "gay positivo" exatamente como ocorre na reportagem analisada, onde a espetacularização é a intenção principal. Os autores ainda apontam que o humor cria uma camada de tolerância, "burlando políticas organizacionais, e colocando as críticas dentro de margens aceitáveis, as do riso" (Irigay; Saraiva; Carrieri, 2010, p. 899).

FIGURA 1 – “Kaveira com sua trupe”.



Fonte: A Província do Pará (1997)

Na imagem acima, localizada no centro da reportagem, vemos Kaveira cercado por pessoas *queer*[5], parece desafiar as normas e o preconceito existente. Entretanto, ao relacionarmos com todo o tom utilizado nos textos, percebemos a intenção de retratar indivíduos dissidentes de forma estereotipada que impossibilita uma visão ampla sobre a população LGBT+, os resumindo ao estereótipo de “poder alegre”.

> Muito Barulho
> No dia em que o polemico projeto for votado na tribuna da câmara, vários grupos e associações de homossexuais vão para a rua fazer muito barulho. As Drag Queens da trupe de Kaveira, inclusive seu assessor de gabinete M.H.P.S., mais conhecido no universo gay como Jimmy Cliff, estarão fazendo performances na galeria do plenário. “Estarei lá, linda, radiante e maravilhosa”, avisa Cliff. Do lado de fora da Câmara também haverá mobilização para pressionar os vereadores a votarem a favor do projeto Kaveira. “Eu sempre tive a simpatia das bichas. Minha esposa foi escolhida duas vezes madrinha dos gays da cidade. Como tenho

[5] *Queer* é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. *Queer* é, também, o sujeito da sexualidade desviante- homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, *drags* (Louro, 2004, p. 90).

> "presença" sou muito assediado por homossexuais. Adoro a companhia deles. Só não gosto de bichas pererecas. Tenho preferência pelas glamurosas." Conta Kaveira. Por outro lado, o vereador garante que é heterossexual, embora já tenha idoao motel com outro homem. "Tinha 11 anos, mas não rolou nada. Foi até traumatizante para mim. Criou-se uma espécie de bloqueio", revela. No entanto, Kaveira não descarta a possibilidade de um dia virar gay. "Se no futuro eu achar que uma relação homossexual pode me dar prazer, não pensarei duas vezes antes de encarar. Isso porque o prazer tem que ser buscado incansavelmente, independente da forma", filosofa. Se emplacar na Câmara, o "Dia Municipal do Orgulho e da Consciência Gay", em Belém vai dar o que falar. Pelo projeto inicial haverá palestras sobre a homossexualidade em vários bairros da cidade, além de seminários, workshops, debates em mesas redondas, exibição de filmes que tratem do assunto e espaços culturais com exposições de artistas gays. "Vamos discutir mais abertamente a questão. Os gays não estão só na casa do vizinho. As pessoas vão passar a prestar mais atenção no homossexual que tem dentro de casa", avisa Kaveira (A Província do Pará, 1997, p. 6).

A segunda parte da reportagem, nos mostra que Kaveira se torna uma espécie de "porta voz" tolerável do movimento, pois embora o defenda, também afirma sua heterossexualidade, fazendo com que ele possa abordar o tema falando a partir do privilégio da masculinidade heterossexual, onde ele pode falar o que quiser sem perder suas regalias. Até mesmo ao deixar claro quais "bichas" merecem a sua atenção e quais ele a nega. Butler (1993), fala sobre como o privilégio heterossexual estrutura a inteligibilidade dos corpos e dos desejos, e homossexualidade é vista como a anormalidade que desestrutura o sistema sexo-gênero. Rich (1980), afirma que a heterossexualidade é imposta porque é vista como o único caminho natural. Como também afirma Louro (2011):

> A concepção binária do sexo, tomada como um "dado" que independe da cultura, impõe, portanto, limites à concepção de gênero e torna a heterossexualidade o destino inexorável, a forma compulsória de sexualidade. [...] postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pela mídia ou pelos médicos, como o propósito de afirmar e reafirmar as normas que regulam os gêneros e as sexualidades" (Louro, 2011, p. 84).

A reportagem usa de tom irônico e debochado como forma de distanciamento, e escolhe uma linguagem caricata para esvaziar o real impacto político. O foco a todo momento é o escândalo, a curiosidade, conteúdo político e social é deixado à margem. Miskolci (2015) observa que, a partir dos anos 1990, o Brasil passou a alinhar-se com os debates internacionais sobre diversidade, adotando esse termo e referências ao multiculturalismo em programas estatais. No entanto, ele critica o uso acrítico desses conceitos, que se espalharam inclusive nos movimentos sociais, sem discussão mais aprofundada sobre seus significados e implicações. Na reportagem seguinte, continua-se discutindo sobre as pautas políticas voltadas para a população LGBT+.

> A psicóloga Cleydie Cichovski, que é especializada em sexualidade humana, analisou a proposta do vereador André Dacier Lobato em instituir o "Dia Municipal do Orgulho e da Consciência Gay" e concluiu: vai ser uma faca de dois gumes.
> Na visão de Cichovski, o primeiro lado afiado da faca vai resultar em festividades e atos festivos. "No dia da passeata, os gays serão ovacionados sem parar pela sociedade. Eles vão libertar a cidade de amarras barrocas. O número de participantes será tão grande e quem for às ruas comemorar o dia 26 de julho, vai ser mais ridicularizado do que admirado", prevê a psicóloga.
> O segundo gume é favorável. Cichovski diz do alto de sua experiência no assunto que a homossexualidade está ligada ao sofrimento e limitações com raízes em ensinamentos de ideologia cristã e capitalista. "Ninguém encoraja ninguém a ser homossexual", afirma. Diante desse fator, muitas pessoas vão passar a refletir e questionar a própria sexualidade todas as vezes que deparar com acontecimentos dessa natureza.
> Com a discussão íntima, segundo a psicóloga, as pessoas casadas que escondem a homossexualidade vão se perguntar se realmente vale a pena manter um casamento hétero que no fundo jamais deu certo. "Assim como é uma violência obrigar um hétero a ser homossexual, é um ato de extrema violência à sociedade, através de seu sistema de casamento, obrigar um homossexual a passar por hétero", conta.
> Cichovski sustenta que as dificuldades que o gay tem de assumir a homossexualidade passam por três etapas. A primeira é de assumir diante de si mesmo, depois de assumir para a família. A fase mais difícil é a terceira, onde o homossexual tem que se assumir no ambiente de trabalho. "Isso não quer dizer que a pessoa deva chegar na repartição e na hora do expediente gritar: 'Eu sou gay!'. As pessoas têm de politizar sua sexualidade", completa o articulador do núcleo de gays do Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (Gapa), Francisco Rodrigues dos Santos (A Província do Pará, 1997, p. 11).

A reportagem intitulada "Sair do armário pode ser perigoso", traz à tona os conflitos e contradições sociais que marcaram a visibilidade da população LGBT+ no Pará, nos anos 1990. O jornal traz a fala da psicóloga Cleide, que diz que o "Dia do Orgulho e da Consciência Gay" pode ter tantos efeitos negativos quanto positivos. De um lado, haveria uma celebração pública, mas também a possibilidade de represálias das camadas conservadoras da sociedade. Isso nos mostra o clima hostil no tocante as sexualidades dissidentes que existia na época, onde a visibilidade desses corpos, ainda era recebida com preconceito e zombaria por parte da sociedade heteronormativa. A própria previsão de que os participantes seriam "mais ridicularizados do que admirados", fomenta um discurso que não critica suficientemente a norma social que provoca esse tipo de reação. Contudo, cabe ressaltar a fala de Cichovski que afirma que "ninguém encoraja ninguém a ser homossexual", e que obrigar um homossexual a viver como hétero é um ato de violência, aqui há um importante afastamento do discurso patologizante. A psicóloga fala sobre um processo de três etapas para que um indivíduo possa se assumir gay: primeiro a si mesmo, depois a família e ao trabalho. Esse "sair do armário", para Sedgwick (1990) é dotado de nuances, que moldam a vida e as dinâmicas de vigilância e de controle da população LGBT+.

> O armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas gays, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não seja ainda uma presença formadora (Sedgwick, 1990, p. 22).

Ou seja, nem sempre estar no armário é uma escolha, mas muitas vezes uma imposição social, movida pelo medo de ser rejeitado pela família e pela sociedade. Ao final desse primeiro bloco da reportagem, a fala de Francisco (GAPA), sobre "politizar sua sexualidade", remete a fala de Gayle Rubin (2012), que aponta que a sexualidade, assim como outras dimensões do comportamento humano, possui estruturas internas de poder, desigualdades e opressões. Essas formas são historicamente construídas e atravessadas por disputas de interesse e estratégias políticas, tornando o sexo uma questão inevitavelmente política. No entanto, há momentos históricos em que essa politização da sexualidade se torna mais explícita e intensa.

> BOATES GAYS
> Analisando o comportamento dos homossexuais, Cichovski afirma que a maior parte dos homossexuais que conseguem superar as barreiras passa a frequentar boates gays e mistas. "Como a maioria dos amigos heteros se afasta para não ser confundida com gays, os homossexuais passam a cultivar amizades de mulheres e outros entendidos", diz a psicóloga.
> Segundo Cichovski, a questão de assumir uma condição gay passa também pelo ambiente de estudo, principalmente no terceiro grau. "Em cursos clássicos como Direito, Odontologia e Medicina é mais difícil ter um homossexual assumido, seja aluno ou professor. Já em cursos como Filosofia, Letras, Comunicação Social, Educação Artística, Psicologia e Arquitetura, é mais fácil ser aceito", teoriza.
> Outro aspecto positivo que a proposta do vereador Kaveira contém, segundo Cichovski, vem da passeata na Presidente Vargas. "O fato de muitos gays saírem na rua mostrando a cara, facilita que os não assumidos se revelem". "O ser humano age muito por intuição e seguindo exemplos. Aliás, os exemplos são as maiores forças educativas. Boa parte das ações humanas se dá por imitação e encorajamento" (A Província do Pará, 1997, p. 11).

Nesse outro trecho da reportagem, psicóloga citada, Cichovski, interpreta o comportamento dos homossexuais de forma reducionista, e a matéria não faz contraponto, o que aprofunda os problemas. Cichovski, afirma que os gays, ao perderem o vínculo com amigos heterossexuais, passam a frequentar boates gays e a se relacionar principalmente com mulheres e outros "entendidos". Macrae (2012), fala sobre a importância dos guetos, espaços de sociabilidade gay, onde as pressões eram afastadas.

> O gueto é um lugar onde tais pressões são momentaneamente afastadas e, portanto, onde o homossexual, tem mais condições de se assumir e de testar uma nova identidade social. Uma vez construída a nova identidade, ele adquire coragem para assumi-la em âmbitos menos restritos e, em muitos casos, pode vir a ser conhecido como homossexual em todos os meios que frequenta. Por isso é da maior importância a existência do gueto (Macrae, 2012, p. 58).

A hierarquização acadêmica das identidades é algo enfatizado pela psicóloga, a fala sobre cursos universitários como "mais ou menos propícios" à aceitação de homossexuais reproduz uma divisão entre o "conservador" e o "liberal" que esconde o fato de que a homofobia está presente em todos os espaços, ainda que em graus e formas diferentes. Essa leitura cria uma categorização rasa que não considera as múltiplas formas de resistência dentro de cursos tradicionalmente conservadores. Um ponto positivo é a defesa da visibilidade como ferramenta de libertação. O reconhecimento de que a presença pública dos gays pode encorajar outros a saírem do armário é coerente sobre a necessidade de debates sobre políticas de visibilidade e representatividade. O que remete ao que é discutido por Stuart Hall (2006), que argumenta que as identidades são construídas historicamente por meio de práticas culturais e representações simbólicas, estando sempre em processo e nunca fixas ou naturais.

> Projeto não é de hoje
> O vereador petista Raul Meirelles disse que o projeto de Kaveira não é novidade na Câmara Municipal e que ele próprio já instituiu o "Dia Municipal Contra a Violência e a Discriminação Sexual", em 1992.
> Meirelles revela que recebeu orientação do diretório nacional do PT para apresentar o projeto, pois na época estavam ocorrendo muitos crimes contra homossexuais. "Na verdade, eu queria criar o 'Dia do Orgulho Gay', mas como o projeto dificilmente passaria na Câmara, que era muito conservadora, nós camuflamos o projeto justificando que a lei iria combater a violência", explica Meirelles.
> Kaveira afirma que seu projeto nada tem a ver com o do vereador do PT. "Antes de elaborar a lei, nós fizemos uma pesquisa no legislativo para não criar um projeto similar. O Raul quer ser o pai da criança", satiriza Kaveira.
> De fato, Raul Meirelles não está muito a par das causas gays e até confundiu-se quando foi perguntado da data que seu projeto instituiu como Dia dos Gays. "Foi o dia 29 de julho. Não, não, foi o dia 23", corrige-se. Na verdade, pela sua lei, que foi sancionada pelo ex-prefeito Augusto Rezende, a data é 28 de junho.
> Meirelles diz que há núcleos de gays no PT nacional e em vários Estados. No Pará, segundo ele, há muitos petistas homossexuais, "mas a gente só consegue identificar os assumidos. Os enrustidos são mais difíceis".
> Há seis anos, quando foi apresentado na Câmara, o projeto de Meirelles foi aprovado com facilidade. Anualmente era realizada uma sessão especial com participação de gays para debater o homossexualismo no plenário. "Mas teve uma sessão que só comparecemos eu e o vereador Arnaldo Jordy", lamenta Meirelles.
> O petista já adiantou que depois que ficar provado que a proposta de Kaveira nada tem a ver com o seu projeto, ele vota a favor. "Mas, o artigo que faculta o ponto do funcionário público

> municipal no dia em que acontecer a passeata vai ter que ser revisto. Não tem porque dar folga ao funcionário só por que ele é gay. E os que não são?", indaga Meirelles (A Província do Pará, 1997, p. 11).

A segunda parte da reportagem, mostra os bastidores políticos da implementação de leis ligadas à população LGBT+ e escancara os limites do apoio institucional, até mesmo de um partido dito progressista como o PT. O ato de Raul Meirelles precisar mudar o nome do projeto e tentar disfarçar sua real intenção, mostra o conservadorismo da Câmara e também a fragilidade de pautas LGBT+ dentro do legislativo, mesmo quando trazidas por partidos mais alinhados à esquerda. Bourdieu (1987), mostra como os capitais simbólicos e políticos são regulados pelas normas sociais. Nesse caso a proposta só é aceita se busca se adaptar ao "campo" e à sua lógica dominante, no caso, a moral conservadora.

O texto também evidencia a disputa de egos pelo protagonismo dos dois vereadores, o foco deixa de ser a população LGBT+ e vira uma questão de vaidade política. Meirelles se posiciona contra a concessão de folga para que esses funcionários públicos participem da passeata e diz: "e os que não são gays?". Essa fala ecoa uma falsa ideia de "igualdade" ignorando todo um contexto histórico de desigualdades vivenciadas pela população LGBT+, um argumento que desconsidera a necessidade de ações afirmativas. Isso é o que Richard Miskolci (2015) chama de apropriação política superficial da diversidade, onde muitas vezes ao incluir grupos subalternizados, não reconhecem plenamente suas demandas por transformação social e institucional, pois tolerar a diversidade é muito diferente de acolhê-la.

> Mais de 30% de gays no Brasil
> Uma pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas, projetou que 33% da população brasileira é formada por homossexuais. Somando com os bissexuais, esse percentual pula para 49%. O relatório Shere Hite que realiza anualmente uma pesquisa sobre a sexualidade mundial, sustenta que 10% da população do planeta é gay.
> A psicóloga Cleide Cichovski diz que há personalidades que logo cedo já demonstram motivação e interesse por indivíduos do mesmo sexo. "Meninos tímidos e delicados, que gostam de brincar com bonecas; e os que usam as roupas da mãe têm tendências de se tornar na adolescência um homossexual" alerta Cichovski. Mas ela deixa claro que isso não é uma regra geral.
> Adolescentes que demoram a namorar, que choram com frequência, que não gostam de praticar esportes, que têm interesse por moda feminina, que imitam comportamento de mulher, também são fortes candidatos a virarem gay. "Mas é bom deixar claro que há exceções", frisa a psicóloga.
> Na verdade, nenhuma característica isolada determina a sexualidade do indivíduo. Cichovski aconselha aos pais que, assim que detectarem que o filho tenha tendência ao homossexualismo, procurem ajuda. "Não há nada de anormal, mas o homossexualismo é um desvio do padrão. A reprodução humana é instintiva e biológica para a preservação da espécie", teoriza.
> Cichovski diz que relações de penetrações entre irmãos e primos são frequentes no final da infância e no início da adolescência, o

> que também acabam causando um desvio na sexualidade. Filhos que têm pai agressivo e ditador dentro de casa acabam virando homossexual porque passam a não tê-lo mais como referência. “Esses meninos passam a ter na fragilidade da mãe a figura modelo”, finaliza (A Província do Pará, 1997, p. 11).

A terceira e última parte da reportagem, é também a mais problemática, por reforçar estereótipos e patologizar a homossexualidade, a partir de uma linguagem pseudocientífica. A matéria cita que 33% da população seria composta por homossexuais e que somando aos bissexuais chega-se a 49%. Os números não possuem base confiável, o objetivo é apenas gerar choque ou reforçar uma “ameaça moral”. A psicóloga afirma que meninos mais “sensíveis”, que choram, não praticam esportes ou gostam de moda feminina, têm mais tendência a se tornarem homossexuais. Isso revela a ideia equivocada de que a homossexualidade se revela por meio de comportamentos considerados normativamente “afeminados”. Butler (1993), fala como o gênero é uma construção social performativa, e que, portanto, não há relação causal entre traços de comportamento e sexualidade.

Cichovski afirma que a homossexualidade não é anormal, mas é um “desvio do padrão”. Ao mesmo tempo em que tenta suavizar o discurso, ela reforça uma lógica patologizante ao sugerir que os pais devem procurar ajuda como se a homossexualidade fosse um problema a ser combatido, e ao relacionar a orientação sexual a “causas” como trauma, ausência de figura paterna, ou abuso sexual entre primos/irmãos. De acordo com Carrara (2015), a medicina e os saberes biomédicos foram por muito tempo considerados os mais eruditos para “explicar” a sexualidade, onde a sexualidade era tratada sobretudo, do ponto de vista biomédico. Figari (2007) explica que, quando a homossexualidade era tratada como patologia, entendia-se que ela poderia ser curada com tratamentos específicos, por vezes psiquiátricos e terapêuticos, embora houvesse pouca clareza sobre quais terapias seriam eficazes. A maioria dos discursos da época, no entanto, concordava na importância de uma educação considerada viril e responsável desde a infância como forma de prevenção. De acordo com Fry (1961):

> São os médicos que vão reivindicar a sua autoridade de falar a verdade sobre a sexualidade e são eles os agentes da gradual transformação da homossexualidade de "crime", "sem-vergonhice" e "pecado" para "doença", ao longo dos anos que seguem. O crime merece punição, a doença exige a "cura" e a "correção" (Fry, 1985, p. 61).

A psicóloga afirma que relações sexuais entre irmãos e primos poderiam causar homossexualidade. Isso é perigoso e incorreto. Há uma diferença clara entre violência/abuso sexual e orientação sexual. Ao vincular ambos, ela não só erra conceitualmente, como reforça estigmas graves.

A reportagem começa tentando construir uma ideia de avanço, mas acaba indo no sentido oposto. Partindo de um fato político — a proposta do vereador André Dacier Lobato (Kaveira) de instituir o "Dia Municipal do Orgulho e da Consciência Gay" em Belém — e se desdobra em uma série de falas de figuras públicas, principalmente da psicóloga Cleydie Cichovski e do vereador Raul Meirelles. Ao longo do texto, no entanto, a tentativa de abordar a homossexualidade de forma "aberta" se transforma num repositório de estereótipos, desinformações e disputas políticas. Onde as vozes de "especialistas" têm mais "credibilidade" do que as vozes de homens gays. São as falas deles presentes nos jornais, como se eles tivessem a devida "permissão".

O título "Sair do armário pode ser perigoso" é, em si, uma expressão que sintetiza o tom da reportagem. Mesmo quando há espaço para vozes LGBT+, ele vem mediado por discursos que reforçam o estigma, o deboche e a suspeita. A mídia, nesse caso, não está apenas repassando informações: ela está organizando o modo como a homossexualidade é percebida — como algo tolerado, mas nunca plenamente aceito. De acordo com Blume (2015), "A homossexualidade foi tratada como degeneração humana, anomalia, doença ou crime, e se constituiu no Brasil como um problema social a ser combatido." (BLUME, 2015:39). A reportagem é uma peça útil para entender os limites da visibilidade nos anos 1990 e como ela se dava sob vigilância, regulação e ridicularização. Como afirma Fausto (1997) "Se é verdade que todo discurso é susceptível de gerar vários efeitos, é igualmente verdade que todo discurso visa resultados, implantar pautas, comportamentos e verdades aos seus destinatários, ainda que a consumação dessas vontades seja outra história" (Fausto Neto, 1997, p. 97).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou através de uma análise dos discursos jornalísticos da grande mídia paraense A Província do Pará, Diário do Pará e O Liberal nos anos 1990, entender que embora tenha havido uma crescente visibilidade das homossexualidades nas páginas dos periódicos, essa exposição muitas vezes ocorreu através do estigma, do deboche e da espetacularização. Mesmo após o fim do período mais "turbulento" da epidemia, discursos como a patologização da homossexualidade através da fala de especialistas ainda são presentes, como no caso da psicóloga Cichovski, que ora defende a liberdade sexual, ora a considera como "desvio", e a associação da homossexualidade com a epidemia de AIDS desempenha uma espécie de "pânico moral", que segundo Miskolci (2007), é moral porque se teme uma suposta ameaça à ordem social e as concepções idealizadas por elas.

A abordagem superficial das políticas de diversidade contribuiu para a construção de representações que reforçavam preconceitos e limitavam a compreensão sobre as sexualidades dissidentes, onde especialistas e políticos tinham "autoridade" para falar na

imprensa sobre o assunto, enquanto a voz desses sujeitos quase nunca tem espaço, são sempre os outros que obtém esse lugar, omitindo as próprias perspectivas desses sujeitos.

A mídia participa ativamente da construção social, influenciando percepções. As reportagens analisadas nos mostram como os discursos midiáticos podem tanto perpetuar quanto desafiar normas sociais, dependendo de como escolhem enquadrar os temas abordados. Renato Ortiz (1988), fala como a imprensa desempenha um papel fundamental na consolidação de uma cultura popular e na propagação de valores. Segundo Nicolau (2021), o governo exerce uma rede de coerções que, fundamentada no biopoder, atua de maneira microscópica sobre o corpo social. Essa racionalidade transforma a população em alvo e instrumento de governança, emergindo do encontro entre técnicas de dominação sobre os outros e técnicas de si. Tais práticas de governamento penetram nos modos de subjetivação, utilizando saberes e dispositivos específicos, como o jornalismo, para influenciar condutas. Este artigo se concentrou através da análise dos discursos jornalísticos, entender o papel que a mídia desempenhou na construção e perpetuação de estereótipos ligados às sexualidades dissidentes.

REFERÊNCIAS

FONTES - PERIÓDICOS

AIDS: NÍVEL MÁXIMO DA EPIDEMIA. O Liberal. **Caderno cidades**, 21 mar. 1990, p. 10.

CÂMARA VAI DISCUTIR SOBRE CIDADANIA GAY. A Província do Pará. **Caderno cidades**, 15 nov. 1997, p. 6.

É DOENÇA ANTIGA. Diário do Pará. **Coluna Bernadino Santos**, 28 abr. 1990, p. 7.

PAPA INICIA SÉTIMA VIAGEM PELA ÁFRICA. Diário do Pará. **Internacional**, 06 abr. 1990, p. 8.

SAIR DO ARMÁRIO PODE SER PERIGOSO. A Província do Pará, **Caderno cidades**, 16 nov. 1997, p. 11.

SEXO SEGURO. Diário do Pará. **Política**, 13 jan. 1994, p. 2.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M. A. **O percurso da AIDS na mídia:** Análise da Cobertura da AIDS no Jornal "O Popular" de 1983 A 2007. (Monografia), Universidade Federal de Goiás, GO, Brasil, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASTRO, Alana Albuquerque. **Sexualidades dissidentes em prosa**: as representações das homossexualidades masculinas e das travestis nos periódicos da década de 1970 em Belém/PA. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém, p. 164, 2022

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015.

CHARTIER, Roger. **À beira da Falésia**: A História entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. **AIDS**: a terceira epidemia: ensaios e tentativas. 2. ed. Rio de Janeiro: ABIA, 2018.

DE LUCCA, T. R. (Org.). **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

FACCHINI, Regina. **Movimento homossexual no Brasil**: recompondo um histórico. São Paulo, 2003.

FAUSTO, N. A. **Comunicação e mídia imprensa**: estudo sobre a Aids. São Paulo, hacker, 1999.

FIGARI, C. **@s "outr@s" cariocas**: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2014.

FRANCO, José Luiz Moraes. **Cores e dores do movimento LGBT de Belém do Pará**: trajetória, participação e luta. Tese (Doutorado em Antropologia) Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

FRY, Peter. **Para Inglês Ver**: Identidade e Política na cultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar: 1982.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1963.

IRIGARAY, H. A. R.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. DE P.. Humor e discriminação por orientação sexual no ambiente organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 5, p. 890–906, set. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rac/a/j8fn6rx5PFp9yyMV5CmLkcr/?lang=pt. Acesso em: 02 abr. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogia da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 7-34.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MACRAE, Edward J. B. N. Em Defesa do Gueto. **Novos Estudos.** CEBRAP, São Paulo, v. 2, n.1, p. 53-60, 1982

MISKOLCI, Richard. O pânico moral e o controle social: reflexões sobre o caso da prostituição travesti. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 377–389, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/W9LyVTVVLqBcMQjSv5s3RhM. Acesso em: 02 abr. 2025.

MISKOLCI, Richard. Diversidade ou diferença? Políticas contemporâneas de sexualidade. **Revista Cult**, São Paulo, n. 204, set. 2015. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/diversidade-ou-diferenca-2/. Acesso em: 02 abr. 2025.

MISKOLCI, Richard. Não somos, queremos – reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea. *In*: COLLING, Leandro (org.). Stonewall 40+ e os desafios da política sexual no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 150–176, jul./dez. 2011.

Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/D9cNxh8wRQJVDWqZLNzChnN. Acesso em: 02 abr. 2025.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROZARIO, Elton Santa Brígida do. **Para além das plumas e paetês**: a atuação do movimento LGBT de Belém-PA no enfrentamento à LGBTfobia. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2016.

RUBIN, Gayle. **Pensando Sexo**: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. Tradução de Miriam Grossi. Florianópolis: UFSC, 2012.

RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. *In*: GELP, Barbara C. & GELP, Albert (editores). **Adrienne Rich's Poetry and prose**. New York/London: W.W. Norton & Company, 1993.

SANTOS, Paulo Henrique Souza dos. **As Construções Discursivas sobre a AIDS no Diário do Pará (1985-1996).** (Monografia), Universidade Federal do Pará, Pará, 2019.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário**. Tradução de Ramon Vilhena. São Paulo: n-1 Edições, 2021.

STERLING, Anne Fausto. Dualismos em Duelo. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 9-79, 2002.

Recebido em: 15/04/2025
Aceito em: 11/08/2025

ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E VIVÊNCIAS DISSIDENTES DE GÊNERO E SEXUALIDADE: ENTRE CIDADES E AS PÁGINAS DA REVISTA ROSE

SPACES OF SOCIABILITY AND DISSIDENT EXPERIENCES OF GENDER AND SEXUALITY: BETWEEN CITIES AND THE PAGES OF ROSE MAGAZINE

Guilherme Fonseca Trindade de Abreu[1]
Gabrielly Fortini Fernandes[2]
Maria Alice Veiga de Oliveira[3]
Isadora Cristina Borges[4]
Remom Matheus Bortolozzi[5]

Resumo: este estudo analisa espaços de sociabilidade de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade a partir de suas memórias de vivências correlacionadas a práticas sexuais, expressão e identidade de gênero, orientação afetivo-sexual e corporalidade registradas na revista Rose. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e se baseia na análise documental das cartas enviadas à seção "Confidências" da publicação, fundamentada nos pressupostos do construcionismo social e da análise de práticas discursivas. A análise das fontes documentais indica que a revista Rose se consolidou como um espaço simbólico de acolhimento e pertencimento para corpos marginalizados, possibilitando a troca de experiências, dúvidas e desabafos. As cartas analisadas contêm recorrentes temáticas, com destaque para questões sobre orientação afetivo-sexual, práticas sexuais e corporalidade. Como considerações, destacamos que em um cenário marcado pela censura e pela escassez de espaços físicos de sociabilidade, a revista desempenhou um papel importante na legitimação de identidades dissidentes, funcionando como um refúgio simbólico para essas pessoas, potencializando reconhecimento de pares e fortalecimento de identidade.
Palavras-chave: Revista Rose; gênero; sexualidade; memória.

Abstract: this study analyzes spaces of sociability among people with dissident gender and sexuality, based on their memories of experiences related to sexual practices, gender expression and identity, affective-sexual orientation, and embodiment, as recorded in Rose magazine. The research adopts a qualitative approach and is based on a documentary analysis of letters sent to the magazine's "Confidences" section, grounded in the principles of social constructionism and discourse practices analysis. The analysis of the document sources indicates that Rose magazine became established as a symbolic space of belonging and support for marginalized bodies, enabling the exchange of experiences, questions, and personal reflections. The letters analyzed reveal recurring themes, particularly concerning affective-sexual orientation, sexual practices, and embodiment. In conclusion, we highlight that in a context marked by censorship and a scarcity of physical spaces for sociability, the magazine played an important role in legitimizing dissident identities, functioning as a symbolic refuge for these individuals and fostering peer recognition and identity strengthening.
Keywords: Rose magazine; gender; sexuality; memory.

[1] Discente de psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Participante do Memória LGBTI+ de Curitiba e membro da diretoria da Liga Acadêmica de Estudos em Gêneros, Sexualidades e Diversidades.

[2] Discente de Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Participante do projeto Memória LGBTI+ de Curitiba e integrante da diretoria da Liga Acadêmica de Estudos em Gêneros, Sexualidades e Diversidades (LAED-PUCPR).

[3] Estudante de Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), participante da diretoria da Liga de Estudos em Gêneros, Sexualidades e Diversidades e da Liga de Psicologia e Educação.

[4] Estudante de Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), participante da diretoria da Liga de Estudos em Gêneros, Sexualidades e Diversidades.

[5] Professor do Departamento de Psicologia (PUCPR), doutor em Ciências pela programa de Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (2021), possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (2010), mestrado em Educação pela Universidade de Brasília (2014) e especialização em Gênero e Sexualidade pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2016). Membro fundador do Acervo Bajubá.

1 INTRODUÇÃO

Lançada em 1979 pela editora Grafipar, a Revista Rose representou um marco na imprensa alternativa brasileira. Pioneira entre as publicações pornográficas com ensaios de nudez masculina produzidos nacionalmente, acabou atraindo especialmente o público homossexual. A revista destacou-se pelo seu diálogo com leitoras e leitores, especialmente por meio da seção de "Confidências", onde as pessoas podiam enviar cartas e receber respostas da sexóloga Nina Fock, uma personagem criada pelo jornalista Nelson Faria (Fernandes, 2017; Czovny; Fernandes, 2023). Essa seção registra narrativas de pessoas que viviam seus gêneros e sexualidades de forma dissidente e por meio de sua enunciação nas cartas, compartilhamento com outras leitoras e leitores e orientação da sexóloga, poderiam construir suas identidades. Partimos da hipótese que a análise dessas memórias de vivências dissidentes de gênero e sexualidade pode nos auxiliar a reconstruir mapas de espaços de sociabilidade ocupados por essas pessoas.

O objetivo deste artigo é analisar espaços de sociabilidade de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade a partir de suas memórias de vivências correlacionadas a práticas sexuais, expressão e identidade de gênero, orientação afetivo-sexual e corporalidade registradas na revista Rose. Foi realizada uma análise dos discursos presentes na seção "Confidências" da publicação, à luz do construcionismo social, que enfatiza a produção de significados por meio das práticas discursivas e das interações sociais situadas historicamente.

Neste sentido, este trabalho resgata não apenas a importância histórica da revista Rose como um espaço de produção cultural e resistência, mas também registra memórias pessoais e coletivas, destacando a importância da vivência em espaços coletivos e comunitários para formação de identidades sociais e culturais. Ao analisar as cartas enviadas à seção "Confidências", busca-se compreender as vivências dissidentes de gênero e sexualidade em espaços de sociabilidade, contribuindo para a construção de memórias coletivas das dissidências nas cidades, bem como narrativas de construção de si e desenvolvimento das identidades sociais.

2 CARTAS E MEMÓRIA EM TEMPOS DE CENSURA

Com sede em Curitiba (PR), a Grafipar teve um papel pioneiro na imprensa alternativa, especialmente durante a ditadura civil-militar, entre 1970 e 1983. Inicialmente, a editora dedicava-se à produção de enciclopédias; no entanto, ao expandir sua atuação, passou a focar na publicação de revistas eróticas. Como parte dessa inovação, lançou três revistas de destaque: Peteca, Ponto de Encontro e Rose, sendo esta última o objeto central desta pesquisa. Criada em 1979 com uma equipe editorial hegemonicamente composta por mulheres, a publicação tinha como proposta editorial ser uma revista erótica pioneira na

produção nacional de ensaios com nudez masculina e textos voltados ao público feminino abordando em especial pautas importantes para o feminismo como o aborto, saúde sexual e reprodutiva, não monogamia, casamento, etc. À partir desse formato, a Rose acabou rapidamente atraindo também outro público de leitores e passou a ser consumida por leitores gays, tornou-se também um espaço singular para o debate sobre a homossexualidade (Fernandes; Amaral, 2019; Fernandes, 2017).

A revista apresentava um formato reduzido (13,5 x 20,5 cm) e poucas páginas, adotando uma abordagem leve sobre sexualidade. Seu conteúdo abrangia temas como astrologia, moda, comportamento e contos eróticos, além de informações sobre sexualidade, educação e mercado de trabalho. Sua proposta editorial visava prestar serviços às mulheres, orientando-as e defendendo direitos e oportunidades iguais para o desenvolvimento pessoal e profissional (Czovny; Fernandes, 2023).

A partir da edição nº 50, publicada em agosto de 1981, a linha editorial da revista foi reformulada para se concentrar exclusivamente no universo homossexual. Essa mudança implicou na reestruturação das seções e na criação de novas colunas, incluindo entrevistas com personalidades da comunidade LGBTI+[6], divulgação de informações sobre o movimento homossexual e recomendações de espaços de sociabilidade, como casas noturnas, saunas, cinemas e publicações literárias (Czovny; Fernandes, 2023).

Em um contexto de censura midiática imposta pelo regime ditatorial, um dos aspectos distintivos da revista era sua intensa interação com leitoras e leitores, estabelecida principalmente por meio do envio de cartas. Essa participação se manifestava em seções como Informação Sexual, Confidências, Encontro Gay e Cartas à Redação, além de concursos promovidos pela publicação, nos quais os vencedores recebiam prêmios em dinheiro (Czovny; Fernandes, 2023).

Embora o corpo editorial da revista fosse diverso, o jornalista curitibano Nelson Faria desempenhava um papel central, sendo o principal responsável pela assinatura dos textos. Além de redigir os conteúdos para a publicação, ele também respondia às correspondências dos leitores sob o pseudônimo da sexóloga Nina Fock. Essa estratégia não apenas tornava a revista mais acessível ao público, mas também preservava sua identidade em um contexto de repressão social e política (Fernandes, 2017).

A seção “Confidências”, situada nas últimas páginas da revista, funcionava como um espaço onde as leitoras e leitores enviavam questionamentos, relatos, segredos e desejos íntimos. Esse canal de comunicação e representatividade permitia que o público, especialmente pessoas homossexuais, expressassem suas opiniões, dúvidas e experiências. Por meio dessas cartas, leitoras e leitores da revista Rose compartilhavam vivências, faziam

[6] Reconhecemos que a sigla está em permanente construção, refletindo as lutas e reivindicações de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade por visibilidade e reconhecimento. Optamos pelo uso da sigla LGBTI+ por sua legitimidade junto aos movimentos sociais, especialmente por ser a forma adotada pela Aliança Nacional LGBTI+, que tem protagonizado ações em defesa dos direitos dessa população.

agradecimentos, ofereciam sugestões e buscavam esclarecimentos sobre sexualidade e gênero.

As cartas enviadas para a seção “Confidências” representam fragmentos de memória, instantes singulares, que emergem de lembranças vinculadas a outro momento histórico, mediadas pelas representações sociais. Conforme salienta Ecléa Bosi (2003), a memória deve ser analisada a partir da relação entre a conservação do passado e sua articulação com o presente, evidenciando a confluência entre memória e percepção.

2.1 VOZES EM DIÁLOGO: MEMÓRIA E LINGUAGEM NA SEÇÃO "CONFIDÊNCIAS"

Pertencer a um grupo implica evocar lembranças significativas associadas a ele, transformando cada memória individual em uma perspectiva sobre a memória coletiva. Essa memória coletiva é tecida por múltiplos fios, resultando da interseção de diversos percursos, configurando-se como um ponto de convergência complexo dos diferentes planos do nosso passado (Bosi, 1994). Maurice Halbwachs explica esses fenômenos a partir da contínua aglomeração de vivências compartilhadas, nas quais o coletivo retém do passado apenas aquilo que permanece vivo na consciência, mantendo assim a memória ativa (Landau, 2010).

A memória, portanto, faz “parte do presente, de um presente ávido pelo passado, cuja percepção é a apropriação veemente do que nós sabemos que não nos pertence mais" (BOSI, 2003, p. 20). Ela se enraíza nas dinâmicas materiais e simbólicas que estruturam o cotidiano e são legitimadas pela linguagem (Fraccaroli, 2019). Além disso, a memória não se opõe à história, mas funciona como uma via privilegiada para articular experiências cotidianas (BOSI, 2003). Suas combinações são múltiplas e socialmente demarcadas, tecendo tanto repetições quanto deslocamentos (Fraccaroli, 2019), uma vez que aqueles que relatam suas memórias o fazem a partir de suas interações sociais e de seus contextos localizados.

Diante desses contextos, a função enunciativa desempenha um papel fundamental na constituição da memória, pois é por meio da linguagem que ela se torna expressável e perceptível. O domínio enunciativo possibilita que algo ou alguém se torne inteligível, sendo sua legitimação estabelecida pela linguagem. Como aponta Charles Roberto Roos Lopes (2011), “somente podemos existir como seres possíveis e inteligíveis se houver um enunciado nos precedendo e nos autorizando" (Lopes, 2011, p. 168).

Analisar um enunciado é reconhecer suas especificidades, é apreendê-lo como um acontecimento situado no tempo e no espaço e que pertence a uma dada formação discursiva, como salientado por Foucault (2014):

> A análise enunciativa só pode se referir a coisas ditas, a frases que foram realmente pronunciadas ou escritas, a elementos significantes que foram traçados ou articulados - e mais precisamente, a essa singularidade que as faz existirem, as oferece à observação, à leitura, a uma reativação eventual, a mil usos ou transformações possíveis, entre outras coisas, mas não como as outras coisas (Foucault, 2014, p. 133).

A partir dessa perspectiva, compreendemos tais relatos enunciativos e memoriais contidos nas cartas enviadas à seção “Confidências” da revista Rose, a partir das práticas discursivas, que são delineadas pelo constructo teórico do construcionismo social. Essas práticas devem ser compreendidas como linguagem em ação, isto é, “as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas” (Spink; Medrato, 2013, p. 26).

Além disso, as construções de significação ocorrem por meio de práticas sociais dialógicas, que reiteram e redefinem os sentidos cotidianos, configurando-se como dinâmicas das relações sociais historicamente situadas e culturalmente localizadas (Spink; Medrato, 2013). A produção de sentido é compreendida como um fenômeno sociolinguístico, uma vez que o uso da linguagem sustenta e estrutura as práticas sociais. Dessa forma, a análise discursiva busca compreender tanto as práticas – como narrativas, argumentações e interações comunicativas – quanto os repertórios utilizados na construção dos discursos (Spink; Medrato, 2013).

Dessa maneira, as memórias enunciadas nas cartas recebidas na sessão “Confidências” da revista Rose são dispositivos para compreendermos representações sociais da época sobre as questões da sexualidade e formação de identidade, além de registros de espaços de sociabilidade e locais nas cidades de grupos dissidentes ou comunidades LGBTI+.

3 CAMINHO METODOLÓGICO

O percurso metodológico desta pesquisa fundamenta-se em uma análise documental de natureza qualitativa da seção “Confidências” da revista Rose. Pesquisas documentais, conforme Kipka, Scheller e Bonotto (2015), caracterizam-se pelo objetivo de compreender os fenômenos e suas representações sociais a partir das informações contidas em documentos públicos ou privados.

Nesse sentido, para a análise discursiva das memórias de vivências dissidentes de gênero e sexualidade de diferentes regiões do Brasil, utilizaremos a coluna "Confidências", presente nas últimas páginas de cada edição da revista. Para viabilizar essa análise, o primeiro passo da pesquisa consistiu em estabelecer contato com a equipe de acervo e pesquisa do Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott – CEDOC LGBTI+, com o objetivo de agendar um horário para a consulta dos materiais. As revistas, foram digitalizadas apenas a capa e a coluna "Confidências" disponíveis para análise, conforme exemplificado na figura

1. As edições restantes foram disponibilizadas pelo Acervo Bajubá[7], por intermédio do Prof. Dr. Remom Matheus Bortolozzi. Dessa forma, foi possível reunir a integralidade da publicação, totalizando oitenta e uma edições da Revista Rose.

FIGURA 1 - Disponibilização das Revistas

Edição									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
81									

Legenda
CEDOC LGBTI+
Acervo Bajubá

Fonte: Autoras (2025)

Após a digitalização de todas as edições, foi realizada uma sistematização da documentação conforme sua origem, por meio do preenchimento de um mapa dialógico com os relatos contidos na revista. O mapa dialógico, desenvolvido por meio do *Google Forms*, teve como objetivo identificar a pessoa remetente da carta, a cidade e o estado de origem, a menção a espaços físicos no relato e a motivação para o envio. Os critérios de inclusão foram cartas que continham o Estado de envio, sendo excluídos cinco relatos sem o Estado de envio. Totalizando um montante de cento e sessenta e seis Confidências de todas as regiões do Brasil.

Com todos os relatos organizados na planilha gerada pelo mapa dialógico, as confidências foram categorizadas em duas grandes classes: (i) Confidências que envolvem locais e lugares; e (ii) local de envio das confidências.

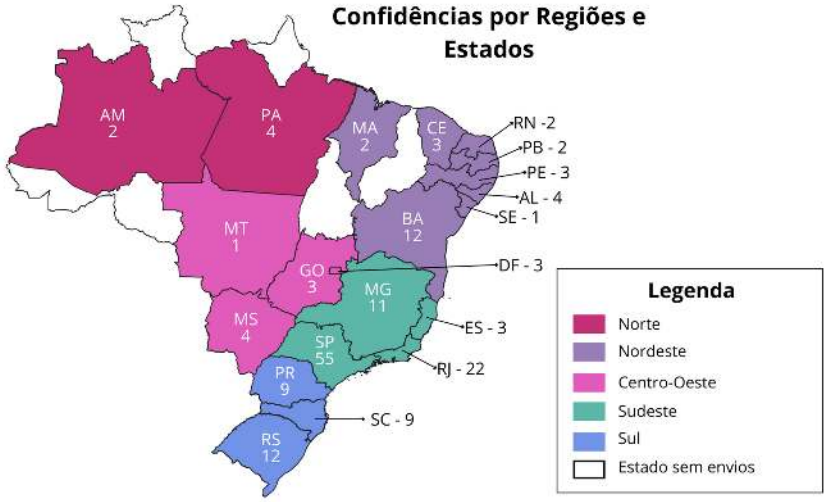
Os dados foram analisados por meio da análise de práticas discursivas sustentada por construtos do construcionismo social (Spink; Cordeiro; Brigagão, 2022). Essa perspectiva metodológica visa enfatizar a importância dos processos enunciativos mediado pelas significações linguísticas na construção da realidade, considerando as marcas históricas que atravessam e ressignificam esse processo.

[7] O Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott – CEDOC LGBTI+ dispõe ao todo cinquenta e oito edições da publicação. O Acervo Bajubá possui a coleção completa das edições da Revista Rose. Para mais informações, consulte: https://acervobajuba.com.br/sobre/.

4 RESULTADOS

Os escritos analisados expressam memórias de vivências de pessoas de diferentes regiões do Brasil. A coluna Confidências configura um canal de comunicação e um espaço importante de compartilhamento e reconhecimento de vivências comuns entre pessoas dissidentes de gênero e sexualidade. Ao longo de sua produção foram produzidas oitenta e uma edições da revista. Totalizando cento e sessenta e uma cartas distribuídas por todas as regiões do país , conforme apresentadas na figura 2.

FIGURA 2 - Disponibilização das Revistas



Fonte: Autoras (2025)

Os dados apresentados na figura 1 demonstram que houve o envio de cartas de todas as regiões do país, indicando a importância da revista como um espaço de expressão para pessoas dissidentes de gênero e sexualidade em diferentes partes do Brasil, mesmo diante das limitações e censuras presentes pelo contexto histórico da ditadura civil-militar. Um dos primeiros desafios encontrados na sistematização dos dados foi localizar lugares de sociabilidade a partir dessas memórias, mesmo com a representação de pessoas de todas as regiões do país. Trazemos como hipótese que grande parte das pessoas que encaminham cartas para a sessão lidavam com o armário, medo de violência e preconceito e tinham pouca ou nenhuma frequência em espaços de sociabilidade homossexuais ou de convivência com outras pessoas dissidentes de gênero e sexualidade e possivelmente essa carência de locais identitários era uma das variáveis mobilizadoras para o uso do recurso de comunicação e diálogo na sessão “Confidências”. Para apresentar os dados organizados e discussão apresentaremos de início memórias de vivências sobre práticas sexuais, orientação e corporalidade separadas a partir das regiões do país, visibilizando questões

emergentes desses locais. Posteriormente traremos os dados e discussão de espaços de memória das cidades em si.

O Sudeste concentrou o maior número de envios, com destaques para São Paulo - SP (cinquenta e cinco cartas) e para o Rio de Janeiro - RJ (vinte e duas cartas), seguidos por Minas Gerais - MG (onze cartas) e Espírito Santo - ES (três cartas), com um montante de noventa e uma cartas enviadas. A categorização dos relatos enviados revela que a maioria das Confidências tem como foco central a orientação afetivo-sexual, seguida por questões relacionadas às práticas sexuais e à corporalidade.

A orientação afetiva-sexual aparece por meio da dúvida, do conflito e do questionamento constante em relação à própria identidade sexual. Entre os relatos, destacam-se falas semelhantes à de V. M. A. - SP, onde relata sentir-se "muito envergonhada, culpada, por essa estranha sensação de prazer" (Rose, nº 12, 1980, p. 34). Podem ser observados outros escritos semelhantes nos relatos a seguir:

> Após nos separarmos, há cerca de 6 meses atrás, conheci um rapaz gay e passei a ter com ele relações sexuais, e em quase todas essas relações cheguei ao gozo sem nenhum esforço. Isso me grilou muito. Tentei então testar-me novamente com outras mulheres, mas não obtive sucesso. Por que será que só alcanço prazer com gays? Será que tenho tendências homossexuais? Eram essas e muitas outras perguntas que fazia a mim mesmo, sem obter as respostas (Olhos Tristes - ROSE, nº 63, 1982, p. 30).
> [...] estamos apaixonadas e morremos de ciúmes uma da outra. É pecado mulher amar outra mulher? Você acha que deveríamos parar por aqui enquanto ninguém desconfia de nada? Mas não conseguiríamos viver separadas! (Grito de alerta - ROSE, nº 31, 1980, p. 35).

Esses relatos evidenciam o impacto emocional vivido por pessoas que não se enquadram na norma heterocisnormativa. Muitas cartas revelam solidão e desilusões amorosas, como a de J.L.H, um homem homossexual que, após ser traído e exposto por seu primeiro parceiro, enfrenta o medo da rejeição familiar em uma pequena cidade (Rose, nº 72, 1982, p. 30). O episódio o leva ao isolamento e a pensamentos suicidas.

Assim como J.L.H., outras pessoas expressam em suas cartas o sofrimento como um elemento latente de suas experiências. C., do Rio de Janeiro, escreve em sua confidênciaque mesmo tentando, nunca conseguiu manter relações sexuais com mulheres. Relata estar desesperado, pois vive em meio a pessoas religiosas as quais dizem que está cometendo o maior dos pecados. Porém, frisa não conseguir deixar o "homossexualismo", questionando o que seria mais certo: ser homossexual ou crente (Rose, nº 43, 1981, p. 34).

Essas confidências evidenciam algumas das diversas formas em que o sofrimento vivido pelos indivíduos se manifesta, seja pelo medo da reação alheia, seja pelo receio do julgamento ou pelo embate com crenças religiosas e normas sociais que os cercam.

No que diz respeito às práticas sexuais, surgem dúvidas sobre a sexualidade, desde a "normalidade" de fantasias e fetiches até a influência da masturbação na orientação sexual. Também aparecem inquietações sobre o prazer, como dificuldades em senti-lo ou em alcançá-lo apenas com certas pessoas. Muitas pessoas recorrem à revista em busca de explicações e orientações para explorar sua sexualidade com mais liberdade.

Como exemplo, no relato de C.S.S, de São Paulo, o homem descreve ser um problema ter atração sexual por bêbados e ter vontade que urinem dentro dele (Rose, nº 66, 1982, p. 30). Já o relato de um homem homossexual, do Rio de Janeiro, comenta não se sentir realizado depois de uma relação como passivo e ser dificil encontrar um parceiro que não seja egoísta, "sem tabus" e que perceba que ao se atrair por outro homem, também é homossexual (Rose, nº 55, 1981, p. 30).

Esses relatos indicam como a busca por prazer e satisfação sexual pode ser complexa e marcada por inseguranças. O primeiro depoimento reflete um desejo considerado tabu, enquanto o segundo expressa insatisfação com a experiência sexual, ressaltando que a dificuldade em encontrar parceiros que compartilhem desejos semelhantes pode gerar sentimentos de solidão e frustração.

A corporalidade se apresenta por meio de dúvidas relacionadas à anatomia corporal e ao desconforto com a aparência do corpo. Esse desconforto é percebido desde a insatisfação com o tamanho do pênis até dúvidas sobre "castração", termo utilizado na época para se referir à redesignação de sexo ou harmonizações, além de questões sobre a falta ou abundância de pelos no corpo.

Alguns relatos revelam o sofrimento de quem enfrenta a dupla marginalização por conta da identidade sexual e racial, como o de um jovem de vinte e três anos que expressa suas angústias diante do preconceito: "além de preto e feio, ainda sou veado" (Sem identificação - SP. Rose, nº 47, 1981, p. 34). Ele questiona se há cura para a homossexualidade ou se deve desistir da vida. Sua vivência ilustra os impactos do estigma, da autoimagem negativa e do medo do julgamento, que levam ao isolamento e evidenciam a complexidade das interseções entre sexualidade, raça e corpo.

Na região Sul, os estados também tiveram participação significativa, com Rio Grande do Sul - RS (doze cartas), Paraná - PR (nove cartas) e Santa Catarina - SC (nove cartas), totalizando vinte e quatro cartas enviadas nesta região. Entre as confidências registradas, o tema mais recorrente envolvia práticas sexuais, abrangendo desde dúvidas sobre o tamanho dos órgãos genitais, fetiches e masturbação até o desconhecimento sobre a reprodução humana e o ato sexual em si.

Os relatos desta região evidenciam não apenas a falta de conhecimento sobre sexualidade, mas também a ausência de espaços seguros para discutir esses temas. As dúvidas expressas demonstram o desconhecimento sobre diferentes formas de prazer e a carência de diálogo sobre a vivência da sexualidade.

Ao que tange a orientação afetiva-sexual. As confidências enviadas chamam atenção para o peso do tabu, da moralidade e do estigma associados às diferentes formas de se relacionar. Um exemplo é o relato de um homem casado com uma mulher, mas que mantém relações sexuais com outros homens. Em sua carta, ele expressa sua angústia diante desse conflito: “Diante de minha decisão, resolvi aceitar minhas condições de pai, marido e gay ao mesmo tempo, já que, sem qualquer uma delas, meu sufoco será bem maior” (Banujo - PR. Rose, nº 71, 1982, p. 30).

Outra correspondência traz o dilema de uma mulher que, apesar de namorar um homem, sente desejos e sonha com relações sexuais com mulheres. Em sua incerteza, ela reflete: "quem sabe um dia apareça alguém para que eu possa me definir?" (Coração Aflito - RS. Rose, nº 34, 1980, p. 34). A ausência de espaços de socialização nas cidades pode ter contribuído para a angústia de Coração Aflito em se “definir”. A escassez de espaços onde fosse possível vivenciar e experimentar sua sexualidade, algo que hoje poderíamos compreender como bissexualidade, causava sofrimento em pessoas como ela.

Já em outro relato, um homem expressa o medo de ter sua identidade sexual descoberta por seus pais. Ele também demonstra um olhar crítico e preconceituoso em relação a homens gays que se expressam de forma mais afeminada, afirmando que isso "complica mais ainda a classe da gente" (J.V.S., Tucuruí[8] - PR. Rose nº 51, 1981, p. 38).

Assim como na região Sudeste, a corporalidade se manifesta no desconforto com o próprio corpo. Um dos relatos presentes nas cartas é de uma pessoa que acredita ter testículos atrofiados. Mesmo após consultas médicas que asseguram a normalidade da condição, a insegurança persiste (J.C.R. - PR. Rose, nº 11, 1980, p.34). Também são frequentes as inquietações sobre o tamanho e o formato do pênis, além do excesso de pelos.

A desinformação sobre o próprio corpo e reprodução humana também aparece em relatos angustiantes, como o de uma jovem universitária, Penélope Virtuosa, do Rio Grande do Sul, que escreve para a seção Confidências pedindo ajuda para um problema que considera grave. Aos 23 anos e noiva, ela afirma ser virgem e, ainda assim, estar grávida. A jovem acredita que a gestação tenha ocorrido devido ao contato indireto com espermatozoides de um homem, transferidos a partir de relações que ela teve com sua professora de física, com quem se envolveu de forma não consentida (Rose, nº 52, 1981, p. 38).

Esse relato se conecta a diversas outras cartas enviadas à revista, que revelam um contexto de desinformação, medo e repressão sexual. Ao lado das dúvidas sobre anatomia, prazer e orientação afetivo-sexual, também aparecem angústias sobre as consequências de viver a própria sexualidade em uma sociedade que impõe restrições morais severas.

[8] A cidade de Tucuruí é endereçada como pertencente ao Estado do Pará. No entanto, na carta enviada à Revista Rose, aparece na assinatura como sendo do Paraná. Por essa razão, optamos por manter o endereçamento conforme publicado na revista.

No Nordeste, as cartas evidenciam a busca por espaços de acolhimento, ainda que em menor escala em comparação com as regiões Sudeste e Sul, totalizando vinte e nove envios. A Bahia - BA - registrou o maior número de correspondências na região, com 12 envios, seguida por Alagoas -AL (quatro cartas), Ceará - CE (três cartas), Pernambuco - PE (três cartas), Maranhão -MA (duas cartas), Rio Grande do Norte - RN (duas cartas), Paraíba -PB (duas cartas) e Sergipe - SE (uma carta).

No que se refere às práticas sexuais, reaparecem as dúvidas relacionadas ao desconhecimento sobre sexualidade e reprodução, prazer sexual e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). As dúvidas variam desde perguntas sobre "o local exato da penetração" (S.B. -RN. Rose, nº 19, 1980, p. 34) até questionamentos sobre se homens homossexuais podem engravidar, ou o que seria o líquido que escorre quando uma mulher se excita e quais os tratamentos para doenças “venéreas” (ISTs).

Já em relação à orientação afetivo-sexual, muitos relatos demonstram dúvidas e conflitos internos. Entre as cartas, encontramos o relato de dois homens que se amam em segredo, enquanto estão noivos de mulheres. Um deles, que escreve para a revista, expressa sua angústia ao perguntar: “Nina: nós somos homens ou homossexuais?” (W. A. T., BA, Rose, nº 53, 1981, p. 39). Ele relata não ter coragem de contar a ninguém sobre seus sentimentos, mas não suportando mais o peso do segredo, decidiu escrever para a revista, esperando que Nina pudesse oferecer um conselho para ele e seu parceiro. Além disso, ele faz um pedido especial para que a revista não divulgue a cidade de envio, pois é pequena demais, indicando uma cidade que gera sofrimento.

Em outro relato, um homem expressa pensamentos suicidas e a intenção de usar drogas por ser homossexual. As inseguranças e conflitos também se manifestam no testemunho de uma mulher que sente excitação por outras mulheres, mas teme "ficar homossexual". E, apesar de afirmar não sentir nada ao ver fotos de homens nus, contrário do que sente por mulheres, assegura não ser homossexual. (C.P.S. - AL. Rose, nº 13, 1980 p. 34). Esse relato ilustra a complexidade das experiências afetivas e sexuais vividas por pessoas que se sentem pressionadas a se conformar a normas sociais rígidas, incluindo a respeito das formas de se identificar sexualmente.

Além disso, surgem questionamentos sobre o sexo anal, evidenciando a busca por informações sobre práticas sexuais que ainda são permeadas por tabus. A moralidade se faz presente em outro relato, que expressa angústia e insegurança em relação à sexualidade:

> Se possível, gostaria de saber a causa que me levou à masturbação quatro a cinco vezes por dia. Despido na frente do espelho, sinto tanto prazer que chego ao orgasmo. Já tive relações sexuais com uma jovem e atualmente estou sentindo uma extraordinária atração sexual por um amigo do trabalho. Há possibilidade de eu me transformar em homossexual? Isso eu não pretendo, pois ocupo um cargo elevado e tenho medo da reprovação social (F.A.S. - CE. Rose, nº 20, 1980, p. 34).

Por fim, a corporalidade, como em outras regiões, se manifesta pelo desconforto com o próprio corpo. No Nordeste, os relatos variam da insatisfação com a curvatura do pênis às dúvidas sobre hormonização, aumento dos seios e da vagina, e à ausência de pelos pubianos. Um exemplo é o relato de um jovem homossexual de vinte e dois anos da Bahia, que expressa a complexidade de sua identidade e a busca por aceitação. Diz sentir-se feliz em ser homossexual, mas também deseja "ter seios levemente desenvolvidos" (Rose, nº 18, 1980, p. 34), alinhando-se à sua imagem ideal. Contudo, o medo de "ficar como esses travestis de seios exagerados" revela tanto a preocupação com a percepção social quanto o preconceito internalizado.

Além disso, um homem gay, na nona edição da revista, expressa sua insatisfação ao perceber que a Revista Rose não respondia às cartas de seus amigos homossexuais. Ele questiona se "não haverá espaço na revista Rose nesta seção para os homossexuais?" (C.A.S. - BA. Rose, nº 9, 1979, p. 35). Esse relato ressalta a necessidade de inclusão e representação da comunidade LGBTI+ nas publicações, destacando o desejo por um espaço onde suas vozes possam ser ouvidas e suas experiências discutidas.

Por fim, destaca-se uma carta do Nordeste publicada na edição nº sessenta e três da revista Rose, em que o autor se identifica com o texto "Não sou guei, mas amo outro homem" e critica as explicações restritas sobre a homossexualidade. Ele defende uma abordagem mais ampla, que envolva ciência, cultura e sociedade, e questiona a contradição entre a aceitação teórica das relações consentidas e o estigma social persistente. Em suas palavras:

> Acho errado o indivíduo gostar de outro do mesmo sexo e por isso ser tachado de homossexual. Pior ainda quando o chamam de 'fresco', 'veado', 'bicha', 'pederasta', etc. Existe, sim, o relacionamento homossexual. A espécie é macho (dois homens) ou fêmea (duas mulheres). Nada de indivíduo homossexual, porque quando ele prefere só o sexo oposto, ninguém o rotula de heterossexual, nem igualmente se explora esse termo, dizendo: 'Lá vai o heterossexual! (Aquariano Deprimido - PE. Rose, 73, 1982, p. 30).

O relato expressa um movimento de busca por legitimação da diversidade sexual, ao mesmo tempo em que evidencia as tensões e desafios enfrentados por quem vivencia desejos que escapam às normas hegemônicas.

No Centro-Oeste, os envios foram mais reduzidos, totalizando onze correspondências: três de Goiás - GO, três do Distrito Federal - DF, quatro de Mato Grosso do Sul - MS - e uma de Mato Grosso - MT. O tema mais recorrente nessas cartas está relacionado às práticas sexuais.

Grande parte dos relatos concentra-se em dúvidas sobre desejo, atração e práticas sexuais. F.P.S., do Mato Grosso do Sul, por exemplo, questiona os riscos do sexo oral e anal, como a transmissão de germes e doenças à parceira (Rose, nº 31, 1980, p. 34). A carta exemplifica como a revista Rose funcionava como um espaço acessível para esclarecer temas pouco debatidos na sociedade da época.

Ainda no campo das dúvidas sexuais, uma mulher questiona se o fato de seu marido sentir prazer ao receber carícias nos mamilos poderia ser um indicativo de homossexualidade (L.H.Q. - GO. Rose, nº 3, 1979, p. 35). Essa inquietação reflete como os estereótipos sexuais e de gênero moldam percepções sobre corpos e desejos, perpetuando equívocos e ansiedades.

Outro exemplo significativo é a carta de um homem do Mato Grosso do Sul, que expressa o desejo de ter um filho com seu parceiro: "Quero saber qual a possibilidade de um homossexual ter filho. Faço essa pergunta porque quero ter um filho do homem que amo há mais de quatro anos" (J. O. - MS. Rose, nº 11, 1980, p. 35). Esse relato sinaliza tanto o desejo quanto a falta de informações sobre as possibilidades legais e médicas para a parentalidade homoafetiva.

Os estereótipos também aparecem em outros relatos, gerando impactos sociais, individuais e psicológicos. Um homem, por exemplo, manifesta seu cansaço em manter relações casuais, sem envolvimento emocional, e relata a dificuldade de lidar com sua identidade no ambiente de trabalho:

> No trabalho, é muito difícil meu relacionamento com os colegas, pois faço tudo para que não dê na vista a minha identidade sexual. Não sou desses gueis que saem na rua fazendo palhaçadas, detesto isso." (J. J. - MS. Rose, nº 49, 1981, p. 34).

Esse trecho ilustra um discurso de negação e distanciamento de outros membros da comunidade LGBTI+, revelando a influência dos estereótipos sobre a masculinidade e sobre a homossexualidade. Em outra carta, um homem compartilha um dilema afetivo após uma viagem ao Rio de Janeiro, onde se apaixonou por outro homem e passou a considerar abandonar sua família para viver esse novo amor.

A corporalidade também se manifesta entre os relatos da região Centro-Oeste, especialmente no desconforto com o próprio corpo. Principalmente, inseguranças sobre o formato do pênis e a busca pelo autoconhecimento corporal.

Por fim, a expressão de gênero aparece de forma sutil em diversas correspondências. Entretanto, um questionamento publicado na edição sessenta e cinco se destaca ao indagar: "Por que os trejeitos efeminados?" (Z. C. Z. - DF. Rose, nº 65, 1982, p. 30). Esse relato exemplifica o preconceito contra performances de gênero que escapam da norma da

masculinidade hegemônica, refletindo as tensões entre identidade, expressão e expectativa social.

Já a Região Norte apresentou o menor número de registros, com apenas seis cartas identificadas, sendo quatro do Pará - PA - e duas do Amazonas - AM. Os relatos dessa região abordam principalmente questões sobre práticas sexuais e corporalidade.

No que se refere às práticas sexuais, as dúvidas giram em torno da atração e do prazer, refletindo incertezas e curiosidades comuns entre os remetentes. Já no campo da corporalidade, destacam-se questionamentos sobre o crescimento de pelos, o aumento dos seios em decorrência do uso de medicamentos e o desconforto com a própria imagem. Um exemplo é o relato de F. L. M. C., do Amazonas, que relata que após seu processo de emagrecimento por meio do uso de remédios, seus seios cresceram e surgiram caroços em seus mamilos (Rose, nº 72, 1982, p. 31).

Esse relato evidencia as angústias relacionadas às mudanças corporais e à auto imagem, além de demonstrar a relação entre corpo, desejo e inseguranças individuais. Assim como em outras regiões, o desconforto com o próprio corpo se mostra uma constante, refletindo dilemas comuns entre os remetentes das cartas.

5 MEMÓRIA NAS CIDADES

Poucos relatos trouxeram um local, uma cidade ou um estabelecimento que abrigasse sua vivência e sua memória. As poucas memórias que continham espaços físicos revelam as complexas e muitas vezes dolorosas experiências de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade em ambientes urbanos, destacando a luta por aceitação e a busca por identidade em um contexto social frequentemente hostil.

Nesse sentido, uma carta enviada do Mato Grosso revela uma memória da cidade do Rio de Janeiro. Na carta, um homem, casado e pai de filhos, descreve sua família como um troféu: "filhos lindos e uma mulher linda e loira que é o meu tipo de mulher" (Rose, nº 48, 1981, p. 34). No entanto, ele relata que, em uma viagem ao Rio de Janeiro, teve sua primeira relação sexual com outro homem:

> Eu nunca tinha ido pra cama com um guei e só levei-o para explorá-lo no sentido de obter prazer, exigindo dele somente o sexo oral. Mas, conversando com ele, percebi que era uma pessoa muito culta, inteligente, maravilhosa, e voltei a sair várias vezes com ele. Só quando voltei de minha viagem percebi que estava apaixonado pela boneca (Rose, nº 48, 1981, p. 34).

Apesar do preconceito evidente em sua forma de narrar a experiência, o remetente busca a ajuda da revista Rose, pois sente-se apaixonado e deseja deixar sua esposa para

viver esse amor. Essa memória nos possibilita visibilizar a importância dos deslocamentos para cidades fora do cotidiano como possibilidade de vivenciar o corpo e a sexualidade.

Em outro caso, a escola também se manifesta como um espaço de sociabilidade e, ao mesmo tempo, de violência. Um jovem de vinte anos, de Araçatuba (SP), relata que tentou suicídio após seus colegas descobrirem que ele se relacionava com outros homens. A casa tampouco se apresenta como um espaço acolhedor, tornando-se um lugar de isolamento e solidão. Sua identidade, assim, se forma na rejeição de si mesmo:

> Minha vida sexual é conturbada, pois não sinto nada por mulheres e, com os homens, sinto um prazer enorme até a consumação do ato; depois disso, sinto nojo e ódio de mim mesmo, da pessoa com a qual transei e até do mundo (Suicida - SP. Rose, nº 70, 1982, p. 30).

Na edição setenta e cinco, outra carta expressa uma solidão marcada por classe, sexualidade e aparência. O autor, um zelador, que se descreve como pobre e homossexual, relata rejeições constantes e a falta de vínculos, mesmo em encontros casuais. Seu relato exemplifica como as normas sociais determinam quem pode pertencer aos espaços urbanos, interseccionando a sexualidade e a classe social como mecanismos de exclusão. Ao ser publicada, a carta se torna parte da memória da cidade, registrando uma experiência de marginalização que persiste no tempo: "Quando estou sozinho no meu quarto, não tenho vontade nem de ir ao cinema, nem a lugar nenhum; fico na maior solidão" (Desiludido - SP. Rose, nº 75, 1982, p. 32).

A solidão também se manifesta na edição sessenta e cinco, em uma carta de um homem gay de quarenta e três anos que teme ser usado por interesse. A cidade aparece como um espaço de encontros fugazes, permeados por insegurança. Sua angústia com o futuro e o envelhecimento revela tanto o desejo de pertencimento quanto o ceticismo sobre as relações afetivas. Sua memória urbana remete aos espaços de socialização gay da época, como os banheirões:

> Há três meses, conheci um carinha [...] Ele tem 24 anos e conhece todos os banheiros de São Paulo. Desde o momento em que o vi — por sinal, no banheiro do Anhangabaú —, logo simpatizei com ele. [...] Mas só de pensar que, na minha ausência, ele fará de tudo para caçar nos banheiros da cidade e transar com outras pessoas... [...] Comigo, não! Embora eu gostasse de ficar com ele pelo menos uma vez por semana — porque, convenhamos, vale a pena —, me pergunto: o que fazer? Devo procurá-lo e deixá-lo ficar no apartamento, pelo menos até eu encontrar outro rapaz em substituição e recomeçar tudo novamente? (Day by Day - SP. Rose, nº 67, 1982, p. 30).

Outro relato, de um homem de vinte e seis anos, revela a exposição involuntária de sua sexualidade e o consequente medo da rejeição familiar. Para ele, a cidade se torna um espaço de vigilância constante, onde sente-se observado e julgado. Seu único refúgio passa a ser a natureza, um contraponto à hostilidade social:

> Nina, vivo em uma cidade pequena do interior e, pior ainda, tenho meu pai e irmãos casados, que não admitem e jamais admitiriam ter um irmão nestas condições. Desde essa época, só saio de casa para trabalhar (J. L. H - MG. Rose, nº 72, 1982, p. 30).

O espaço urbano se revela aqui como um cenário de encontros e desencontros, onde o desejo muitas vezes precisa ser lido nas entrelinhas, especialmente em ambientes de trabalho. O fato de os gestos de proximidade ocorrerem apenas na presença de outras pessoas sugere um jogo de dissimulação, característico de uma sociedade em que a homossexualidade ainda precisa ser negociada por meio de códigos sutis.

Uma carta publicada na edição cinquenta e quatro ilustra essa dinâmica, em que o autor, um jovem de vinte e um anos no Rio de Janeiro, vive intensamente a expectativa de uma relação com um colega de trabalho, interpretando gestos e brincadeiras como possíveis sinais de reciprocidade. No entanto, a ambiguidade da relação apenas reforça sua dor e solidão (X - RJ. Rose, nº 54, 1981, p. 38). Essa narrativa expressa a angústia de um amor não correspondido ou indefinido, agravado pela incerteza e pelo desejo frustrado.

Além dos espaços urbanos, as viagens também aparecem como locais de descoberta e transformação. Em uma carta da edição trinta e um , uma mulher relata sua experiência em um acampamento escolar, onde vivenciou um envolvimento afetivo e sexual com outra mulher. Inicialmente, a narradora expressa rejeição à colega, influenciada por preconceitos e normas sociais. No entanto, a proximidade forçada durante o acampamento cria um espaço inesperado para a experiência do desejo:

> Há alguns meses fui acampar com minha turma e, perto de nossa barraca, acampou uma turma de vagabundos e maconheiros. Com eles estava uma lésbica odiada por mim e por minha turma. Começamos a discutir com eles até que começou a chover e nossa barraca desabou. Mudamo-nos para a deles e, não sei se por azar ou sorte minha, tive que dormir ao lado dela, ambas só de calcinhas. Ela se encostava em mim e eu fugia; ela me abraçava e eu a evitava, até que acabei aceitando seu abraço, seus beijos pelo meu corpo inteiro. Quando ela me beijou na boca, estava tão excitada que cheguei ao orgasmo, a coisa mais gostosa que senti na vida (Grito de Alerta - SP. Rose, nº 31, 1980, p. 35).

O acampamento representa um lugar de suspensão das regras cotidianas, permitindo que a narradora vivencie algo que antes parecia impossível. O dilema final - entre viver esse

amor ou reprimi-lo para evitar suspeitas - mostra o peso do medo e da repressão. A pergunta sobre ser pecado reflete o conflito interno entre o desejo e os valores impostos pela sociedade. Ainda assim, a conclusão da carta indica que a separação não é uma opção real, reafirmando a força do vínculo criado.

Esses relatos expõem os desafios enfrentados em diversos espaços, como a escola, a casa, as ruas das cidades, dentre outros onde o preconceito e a violência muitas vezes prevalecem. Através de suas narrativas, as pessoas remetentes compartilham vivências que vão desde a descoberta da sexualidade e o conflito de identidade até o anseio por conexão e amor. Essas histórias ilustram a dualidade de uma vida marcada pela marginalização e pela busca por pertencimento, revelando a resiliência e a luta constante por aceitação em um mundo que ainda impõe barreiras.

Nesse sentido, é possível perceber a falta de espaços físicos de sociabilidade que acolhedores para vivências dissidentes, principalmente no contexto repressivo da ditadura civil-militar brasileira, período em que a revista Rose estava em circulação. Nesse cenário, a revista se tornou um refúgio simbólico para pessoas homossexuais frente à escassez ou inexistência de lugares de sociabilidade nas cidades, oferecendo um espaço de acolhida, reconhecimento, cuidado e inclusão por meio de suas páginas, especialmente na seção 'Confidências'. A carta escrita pelo leitor J. J., do Mato Grosso do Sul, publicada na edição 49 de 1981, ilustra bem esse espaço:

> Por não estar mais suportando é que me dirijo a vocês. Sou um adolescente, homossexual, ativo, trabalho e estudo e, infelizmente, não tenho amigos íntimos para falar dos meus problemas e segredos. Também não encontro alguém, um que me satisfaça, que me dê amor, carinho, sexo e amizade. Por isso sofro muito. [...] (Rose, n. 49, 1981, p. 34).

Esse relato mostra como a revista Rose teve papel fundamental ao criar um canal de comunicação onde pessoas marginalizadas podiam desabafar e buscar compreensão. Em um contexto em que assumir-se homossexual implicava severas consequências sociais e institucionais, a publicação atuava como espaço seguro, ainda que simbólico, permitindo a expressão de identidades silenciadas e oferecendo um senso, mesmo que limitado, de pertencimento e apoio. Como primeira revista brasileira voltada ao público homossexual masculino, Rose não se limitava à informação ou entretenimento, mas possibilitava visibilidade e construção da masculinidade homossexual (Lopes, 2012).

Em paralelo à Rose, a seção “Cartas na Mesa” do jornal Lampião da Esquina reflete a mesma realidade de ausência de espaços de encontro, reforçando o sentimento de solidão e, consequentemente, o medo de se assumir homossexual. Esse temor é evidenciado em uma carta enviada por um leitor de Curitiba ao Lampião da Esquina, na qual ele relata que a

coragem era necessária já no ato de comprar a publicação, pois sua aquisição poderia despertar suspeitas sobre sua sexualidade (Maior, 2022).

Tanto a Rose quanto o Lampião da Esquina demonstram como a imprensa voltada ao público homossexual desempenhou um papel essencial na criação de espaços de acolhimento e visibilidade em um contexto de repressão e marginalização. Ao oferecerem um canal para a expressão de experiências individuais, essas publicações não apenas registraram as dificuldades enfrentadas pela comunidade, mas também contribuíram para a construção de identidades coletivas e para o fortalecimento da luta por direitos.

O medo destacou-se como um elemento central nos relatos enviados à Rose. As preocupações expressas variavam desde o receio de que familiares e pessoas próximas descobrissem a orientação afetivo-sexual das pessoas autoras até a angústia em relação a corpos que não se enquadravam nos padrões heterocisnormativos. Muitas pessoas manifestavam também o temor de estar pecando simplesmente por serem diferentes, evidenciando como a moralidade dominante reforçava a culpa e o isolamento dessas vivências.

Para pessoas dissidentes de gênero e sexualidade, é quase impossível escapar das constantes mensagens negativas sobre seus modos de existir. Essas agressões à integridade psicológica fazem com que internalizem a ideia de que há algo errado consigo mesmas, gerando medo, vergonha e culpa (Borges, 2009). Na Rose, não era preciso sentir medo: a revista oferecia um espaço onde poderiam simplesmente existir. Cada confidência se tornava parte de uma troca entre revista e leitoras/es, criando um senso de comunidade e identidade.

Nesse contexto, essas memórias expressam questões e temáticas com pouco espaço coletivo para compartilhamento, elaboração e educação sobre desejo, sexo, atração e reprodução, além de sofrimentos relacionados à LGBTQIfobia e à internalização do mesmo, à ausência de espaços físicos adequados e à falta de amizades ou relacionamentos amorosos duradouros.

Essas questões sã o hoje melhor compreendidas a partir da categoria orientação afetivo-sexual. Definimos como a atração sexual ou afetiva, evidenciando o desejo, a excitação e o interesse em práticas sexuais, assim como o interesse em manter vínculos e promover a troca de afetos (Ciasca; Hercowitz; Junior, 2021). Essa concepção é compreendida em conjunto as identidades sexuais, uma vez que se constituem a partir da sexualidade[9], uma esfera politizada, que é inundada de conflitos de interesse e manobras políticas, cuja determinação perpassa pela atividade humana para sua construção (Rubin, 2012).

[9] A categoria sexualidade pode ser compreendida como um conjunto de vivências e expressões manifestadas por meio de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, relacionamentos e dinâmicas de poder. A sexualidade envolve sensações, emoções, experiências, proibições e significados que se configuram de acordo com distintos contextos sociais e históricos. Por fim, sua constituição é influenciada por interações biológicas, psicológicas, sociais, econômicas, políticas, religiosas e culturais (Ciasca; Hercowitz; Junior, 2021).

Foucault (2024) explicita a dimensão política da sexualidade à partir de dispositivos que não apenas organizam o dominio erótico em relações de poder coercitivas e negativas, mas também via produção e inciação do desejo. Essa dominação, enquanto categoria ética, impõe uma sujeição moral aos prazeres sexuais, constituindo uma força que os indivíduos devem internalizar por meio do desenvolvimento de competências e técnicas para o autocontrole (Foucault, 2023). No Brasil, podemos observar esses dispositivos de controle sobre as dimensões da orientação afetivo-sexual, sendo performadas reiteradamente por autoridades médicas, psicológicas, jurídicas e policiais em práticas discursivas que transformaram a homossexualidade em patologia e pecado (Trevisan, 2018, p. 180).

A partir da compreensão dessas categorias e dispositivos, embora as pessoas narrassem ser seus desejos eróticos as fontes de seus sofrimentos, as memórias expressam desafios, barreiras e violências sociais que dificultam lidar com este desejo em uma sociedade estruturada a partir da cisheteronormatividade.

A revista Rose, em sua seção “Confidências”, abriu um espaço simbólico possível para expressão e representação das sexualidades e gêneros dissidentes. Inúmeros relatos exemplificam o uso desse espaço na busca não só de acolhimento e pertencimento, mas também na procura de orientação e educação, como é perceptível nos seguintes relatos:

> [...] Nina, me ajude, eu não sou guei e nunca seria um guei passivo, não tenho preconceitos, apesar de sentir nojo de algumas "bichas". Mesmo assim, respeito-os como humanos que são. Já tive duas experiências homossexuais no ativo e passivo, ao mesmo tempo, e confesso que da primeira vez gostei, mas na segunda, senti nojo de mim mesmo [...] Eu não quero frequentar o mundo guei, tenho medo. Nina, por favor, continue com essas revistas e esses artigos, pois necessitamos de gente que seja gente como você. (RAW - SP. ROSE, n.50, 1981, p. 38).
>
> Em algumas ocasiões sinto-me perdidamente excitada diante de outras mulheres, mas me sinto muito envergonhada, culpada, por essa estranha sensação de prazer. Será que existe solução para um caso como o meu? ((V. M. A. - SP. Rose, nº12, 1980, p. 34).

Nos exemplos acima, observamos a recorrência de elementos afetivos marcantes nas Confidências enviadas a revista Rose, como a angústia em relação à designação “homossexual” ou, mais especificamente, “guei”. Ademais, destaca-se o uso do termo “nojo” para expressar a repulsa direcionada a formas dissidentes de vivência da sexualidade, evidenciando um processo de internalização das normas sociais que impele as pessoas um esforço contínuo de conformidade às expectativas hegemônicas, mesmo que isso lhes cause sofrimento. Dessa maneira, a angústia e o nojo relatados nas Confidências refletem os impactos das forças normativas na constituição da subjetividade, demonstrando que a sexualidade, longe de ser uma expressão meramente individual, é regulada por dispositivos de poder que delimitam e restringem os modos de viver (Foucault, 2023).

A construção das páginas da revista como um espaço de sociabilidade simbólico de acolhida, pertencimento e educação também é perceptível nas dúvidas e orientações acerca dos dispositivos relacionados às práticas sexuais.

Desde as primeiras edições da revista, quando seu conteúdo era predominantemente voltado ao público feminino, as práticas sexuais já apareciam como tema recorrente. Diversos escritos abordavam questões relacionadas ao prazer, tanto em sua experiência quanto em proporcioná-lo, incluindo discussões sobre masturbação, fantasias, fetiches e posições sexuais. Além disso, surgiam dúvidas sobre métodos contraceptivos, bem como questões referentes à prevenção, transmissão e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

Relatos publicados na revista evidenciam preocupações comuns sobre sexualidade. Na edição cinquenta e nove (1982), C.A.S. questiona se a masturbação poderia causar doenças mentais ou danos físicos e espirituais, informação que teria lido em um livro médico. Já na edição três (1979), M.M.O., do RJ, expressa frustração por só atingir o orgasmo quando está por cima, posição que seu marido não aceita, e pergunta como poderia agradá-lo ocupando o "lugar correto na cama" (Rose, nº 3, 1979, p. 34).

Estes relatos, assim como muitos outros, demonstraram a ampla disseminação da desinformação da época. É possível pensarmos que a desinformação expresse a escassez ou ausência de espaços de sociabilidade para o diálogo e educação sobre sexualidade

Outro aspecto relevante presente nas Confidências, são as questões relacionadas à corporalidade e a autoimagem. São presentes memórias que trazem vivências de autodepreciação sobre o corpo, como por exemplo, a curvatura e/ou tamanho dos órgãos sexuais, o tamanho e formato dos seios, quantidade de pelos no corpo, cor da pele, expressão de gênero marcado no corpo e referente ao formato do próprio corpo. A corporalidade corresponde aos investimentos socioculturais e, ao mesmo tempo, é continuamente moldada por eles. Os significados que atravessam as concepções de corporalidade são construídos a partir de dimensões materiais e simbólicas (Louro, 2023), sendo influenciadas pelas normas regulatórias de seu contexto (Butler, 2019).

Um exemplo do atravessamento das concepções sociais sobre a percepção corporal e da autoimagem pode ser encontrado na edição sessenta e quatro, onde um leitor expressa:

> [...] Tenho características efeminadas, como mão pequena com dedos finos e longos, cintura muito fina, nariz, olhos, boca e outras coisas mais, com exceção do rosto, onde existe barba nascendo. Mas o meu maior problema é que não consigo mais sair de casa, pois recebo denominações que me deixam abatido, até de meus amigos. (...) Será que tenho problemas sexuais? Se não tiver, existem tratamentos para me normalizar? Será que poderei ter esperanças de sair na rua, algum dia, livre desse problema? Me ajude, pois dependo demais disso! (J. V. P - MG. Rose, nº 74, 1982, p. 33).

Essa declaração destaca a profunda insegurança e o sentimento de inadequação que muitas pessoas enfrentam. Para Judith Butler (2019), a corporalidade está condicionada pelos limites discursivos do “sexo”, uma vez que opera de maneira performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo. Complementarmente, conforme Louro (2023) afirma, as inscrições dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos são realizadas sempre com o objetivo de diferenciar os sexos, servindo à consolidação do imperativo heterossexual (Butler, 2019).

Nesse sentido, "sexo" ou "gênero" não apenas operam como normas, mas também configuram práticas regulatórias que produzem e governam os corpos. Sua força regulatória se manifesta como um poder produtivo, responsável por demarcar, diferenciar e organizar os corpos sob controle. Dessa forma, não se pode compreender “gênero” ou “sexo” como meros constructos culturais impostos sobre uma matéria preexistente, seja ela entendida como "o corpo" ou como seu suposto sexo. Essas construções determinam não apenas o que somos, mas também o que podemos nos tornar, uma vez que moldamos nossos corpos em conformidade com critérios estéticos, higiênicos e morais estabelecidos pelos grupos sociais aos quais pertencemos (Louro, 2023).

O corpo, portanto, emerge como um elemento central de sofrimento na vivência de indivíduos que não se enquadram nos padrões estéticos e higienistas impostos pela sociedade. De acordo com Lucas Veiga (2021), a bicha preta — homem gay negro — enfrenta um enfraquecimento significativo de sua autoestima devido à homofobia e ao racismo que permeiam sua trajetória de vida, o que resulta em uma espécie de “segunda diáspora”. Esse processo leva essas pessoas a desenvolverem inseguranças profundas sobre seu próprio valor e a acreditarem que não são dignas de amor.

Um exemplo disso é o relato de um homem, de vinte e três anos, que expressa seu maior desgosto dizendo ser “preto e feio, ainda sou veado” (Sem identificação - SP. Rose, nº quarenta e sete, 1981, p. 34). Essa confidência revela como os marcadores sociais de etnia, raça e sexualidade se interseccionam, gerando um sofrimento singular e profundo. Nesse contexto, a bicha preta se vê isolada e sem expectativas de encontrar amor ou aceitação.

Assim, as características de insegurança mencionadas nas revistas refletem a composição da identidade e personalidade das pessoas, influenciando na percepção de si mesmas a partir das pressões sociais sobre os padrões de corpos desejados. Dessa forma, várias pessoas relatam dificuldades sexuais por receio de não se encaixarem nas normas de beleza, de corporalidade e performatividade sexual.

As questões de corporalidade e autoimagem presentes na seção Confidências frente a representações negativas ou depreciativas de diversidades corporais ou de expressões de gênero dissidentes nos permitem também supor a escassez ou ausência desses corpos nos espaços de sociabilidade onde circulavam as pessoas leitoras, em especial espaços que

interseccionam sexualidades dissidentes com outros marcadores sociais como raça, classe e gênero.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise das memórias registradas na seção Confidências da revista Rose, visibilizamos a escassez de espaços físicos de sociabilidade para as leitoras e leitores vivenciarem e construírem em seu cotidiano suas identidades, somada à pouca disponibilidade de informações sobre sexualidade, orientação afetivo-sexual, práticas sexuais e corporalidade. Ao mesmo tempo, vimos nas páginas na revista Rose a construção de um espaço simbólico de sociabilidade, acolhimento, expressão e reconhecimento para pessoas dissidentes de gênero e sexualidade que potencializou tanto sua educação sexual como um processo coletivo de produção de identidade social e construção de si, especialmente em um contexto de repressão e censura da ditadura civil-militar.

A distribuição geográfica das correspondências revela a ampla abrangência da publicação, com predomínio de envios da Região Sudeste, especialmente de São Paulo e Rio de Janeiro, seguidos pelo Sul, Nordeste e Centro-Oeste. Embora haja representatividade de todas as regiões do Brasil, nota-se a invisibilidade de algumas localidades específicas. Essa dinâmica reflete as disseminações discursivas e imagéticas da população, representada principalmente por vivências vinculadas ao Estado, ainda que não mencionem cidades específicas, ainda é possível considerar a presença dessas experiências em diversas localidades do país, onde a Rose era buscada como espaço para desabafar sobre dilemas afetivos e sexuais.

A recorrência de temas como práticas sexuais, orientação afetivo-sexual e corporalidade aponta para a necessidade de espaços de sociabilidade que promovam diálogos seguros sobre essas questões. No entanto, a desinformação aliada ao preconceito e à discriminação evidencia o impacto de discursos normativos que impõem um modelo hegemônico de sexualidade e identidade de gênero que acompanha sofrimento dessas pessoas. A precariedade de educação sexual e de espaços de troca impacta na formação de sentimentos de culpa, vergonha e inadequação, reforçando a internalização da LGBTfobia.

Nesse contexto, a Rose desempenhou um papel fundamental ao oferecer um espaço coletivo onde essas vivências puderam ser narradas e legitimadas. A revista não apenas acolheu as vozes que ali se manifestaram, mas também contribuiu para a construção de memórias e da identidades de sujeitos dissidentes. Sua importância transcende a função de veículo de comunicação, tornando-se um importante dispositivo de formação de comunidade, fortalecimento identitário e pessoal e propulsora da luta por visibilidade, reconhecimento e cidadania do então recente Movimento Homossexual Brasileiro.

Assim, a Rose possibilitou a articulação de subjetividades dissidentes em um cenário de forte repressão, consolidando-se hoje como um importante registro histórico das

vivências e resistências de pessoas marginalizadas na ditadura civil-militar, em especial as LGBTI+, explicitando barreiras e desafios de sua existência no cotidiano das cidades, bem como criando em suas páginas um espaço de sociabilidade comunitário possível para aquelas que viviam seus gêneros e sexualidades de forma tão isoladas e individualizadas.

REFERÊNCIAS

BORGES, Klecius. A homofobia e o paciente gay. *In*: BORGES, Klecius. **Terapia afirmativa**: uma introdução à psicologia e à psicoterapia dirigida a gays, lésbicas e bissexuais. São Paulo: GLS, 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do "sexo". São Paulo: 2019.

CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir Lopes. Definições da sexualidade humana. *In*: CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir Lopes (Org.). **Saúde LGBTQIA+**: práticas de cuidado transdisciplinar. Barueri: Manole, 2022. p. 12-17.

CZOVNY, André Luiz Justus; FERNANDES, José Carlos. Masculinidade Homossexual dos Leitores das Revistas Curitibanas Rose e Ponto de Encontro. *In*: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO. **22º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**, Guarapuava/PR, 08 a 10 jun. 2023. Disponível em: https://sistemas.intercom.org.br/pdf/submissao/regional/10/04172023210048643dddb037211.pdf. Acesso em: 19 abr. 2025.

FERNANDES, José Carlos. **Desejos impressos**. Biblioteca Publica do Paraná: 2017. Disponível em: https://www.bpp.pr.gov.br/Helena/Noticia/Desejos-impressos. Acesso em: 20 mar 2025.

FERNANDES, José Carlos; AMARAL, Agnes. Grafipar Edições: uma reação erótica à ditadura militar. **RIF Artigos/Ensaios**, Ponta Grossa, v. 19, n. 42, p.173-193, jan./jun. 2021. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/19299/209209215283. Acesso em: 19 abr. 2025.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade do saber. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3**: O cuidado de si. 10 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2023.

FRACCAROLI, Yuri. **"Era um olhar e pronto"**: Memórias cotidianas do homoerotismo em São Paulo. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones UNAD Bogotá**, v. 14, n. 2, p. 55-73, 2015.

LANDAU, Caroline. “A Aids mudou de cara”: memória coletiva e novas oportunidades para o ativismo da Aids no Brasil. **Plural**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11–44, 2010. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/74538. Acesso em: 20 mar. 2025.

LOPES, Charles Roberto Ross. Masculinidade em Rose: gays efeminados/homens discretos. **MÉTIS: história & cultura**. v. 10, n. 20, jun./dez. 2011. Disponível em: https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/989/1070. Acesso em: 19 abr. 2025.

LOPES, Charles Roberto Ross. Masculinidades em Rose: gays efeminados / homens discretos. **Métis: História & Cultura**, v. 10, n. 20, 2012. Disponível em: https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/989. Acesso em: 21 mar. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

MAIOR, Paulo Souto. Enquadramentos da confissão da homossexualidade masculina durante a epidemia de aids no Brasil (1985-1995). **Anos 90**, v. 29, p. 1–21, 2022. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/109907. Acesso em: 21 mar. 2025.

RUBIN, Gayle. **Pensando Sexo**: Notas para uma teoria radical da politica da sexualidade. Tradução: Felipe Bruno Martins Fernandes. UFSC: 2012. Título original: Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. Culture, Society and Sexuality.

SPINK, Mary Jane Paris; Medrado, Benedito. Produção de Sentido no Cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. *In*: SPINK, Mary Jane Paris (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 22-41.

TREVISAN, João Silvério. Entra em cena o homossexualismo. *In*: TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil. da colônia à atualidade. 4ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VEIGA, Lucas. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. *In*: VEIGA, Lucas. **Clínica do impossível**: linhas de fuga e de cura. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

FONTES PRIMÁRIAS

ROSE, Curitiba: Grafipar (1979-1983).

Recebido em: 15/04/2025
Aceito em: 11/08/2025

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

ENTRE VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES: UM RELATO SOBRE UM ESPAÇO CULTURAL DE ACOLHIMENTO PARA A BICHA PRETA PERIFÉRICA

BETWEEN EXPERIENCES AND PERCEPTIONS: A NARRATIVE ABOUT A CULTURAL SPACE OF BELONGING FOR THE BLACK QUEER PERSON FROM THE PERIPHERY

Rafael Cardoso Gomes[1]

Resumo: trago um relato de experiência, no formato de um ensaio, sobre a escolha de um campo de pesquisa e minhas impressões acerca das entrevistas com os interlocutores para minha dissertação de mestrado em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública, na Fundação Oswaldo Cruz – ENSP/Fiocruz, intitulada: "Subúrbios existenciais": percepções de saúde mental de homens negros gays, apresentada em 2022.
Palavras-chave: saúde mental; raça; orientação sexual.

Abstract: I present an experience report, in the form of an essay, about the choice of a research field and my impressions regarding the interviews with the interlocutors for my master's dissertation in public health at the National School of Public Health, Oswaldo Cruz Foundation – ENSP/Fiocruz, entitled: "Existential Suburbs": Perceptions of Mental Health Among Black Gay Men. Presented in 2022.
Keywords: mental health; race; sexual orientation.

1 "AQUI A BICHA PRETA É BEM-VINDA"!

Em um sábado à noite, após uma semana corrida de trabalho, decidi sair um pouco para curtir o final de semana. No centro de Vitória é onde concentram-se algumas possibilidades de eventos, festas e programações. Avistei uma pequena rua, cheia de pessoas conversando, bebendo, rindo, dançando, entre outras tantas possibilidades de estar naquele local. Aproximei- me do bar e, ainda tímido, pedi uma cerveja. Estava reconhecendo o espaço e me reconhecendo no público alternativo presente.

Certamente um dos lugares onde vi mais pessoas negras e LGBTI+ reunidas, no estado do Espírito Santo. Tomei uma cerveja, pedi algo para comer e estava curtindo a música. Até que um rapaz se aproximou e começamos a conversar, ele comentou que gostava muito de frequentar aquele lugar, eu disse que era a primeira vez que estava indo e que estava muito entusiasmado por encontrar um lugar tão interessante. Ao olhar para o bar, na parte superior da porta estava uma TV de led com uma apresentação colorida, na qual estava escrito "SUBÚRBIO" e as seguintes frases: "Espaço LGBTI+, preto e periférico" e "Aqui a bicha preta é bem-vinda".

[1] Psicólogo da saúde, sanitarista e professor universitário. Doutorando e mestre em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz, pesquisa saúde mental de homens negros gays, com foco nas interseções entre saúde, raça, gênero e sexualidade. Atua na Atenção Primária à Saúde no SUS e integra o Observatório Nacional LGBTQIA+ e das Diversidades (NEPP-DH/UFRJ). É autor de capítulos e artigos sobre saúde coletiva, saúde mental, relações raciais e populações LGBTQIA+.

Todo aquele momento e tudo que ele compunha contribuíram para que eu ficasse intrigado, tive vontade de conhecer cada uma daquelas pessoas, queria saber como chegaram ali, por que frequentavam aquele lugar, como se sentiam, o que aquele espaço lhes proporcionava; eu trazia muitas inquietações dentro de mim. Vi pessoas ali vestidas com muito empoderamento, liberdade e altivez. O rapaz que tinha se aproximado de mim havia apontado para dois homens negros e mencionou que eles eram os idealizadores, um deles estava no caixa. Ao voltar para comprar mais uma bebida, perguntei sobre aquela iniciativa e o Brendo, um dos idealizadores me disse que ele e seu namorado, o Átila, tinham pensado recentemente sobre aquele projeto.

Disse quem eu era, manifestei o interesse de conhecer um pouco mais e trocamos contatos. Saí daquela experiência em êxtase, pois foi um encontro muito potente com aquela realidade. Estava ali um possível campo de pesquisa e os interlocutores com os quais eu gostaria muito de poder conversar. Voltei para casa com tudo aquilo na cabeça e um projeto de mestrado em curso. Por que não? Por que não observar melhor aquele espaço/lugar de outra maneira? Nesse momento não mais como um mero espectador, mas como um pesquisador a buscar conhecer a forma como pensam aquelas pessoas, suas narrativas de vida e implicações na saúde mental deles. Como eles percebiam as questões raciais, de gênero e de sexualidade?

Estreitei o contato com os idealizadores. Conversamos e eu tive a oportunidade de me colocar como homem, negro, homossexual, psicólogo e estudante do curso de mestrado em saúde pública. Expliquei do meu desejo em me debruçar sobre as percepções de saúde mental dos homens negros homossexuais. Falei de como o projeto me inquietou e do meu projeto de pesquisa. Eles ficaram felizes e me contaram a história da recente iniciativa de promover uma programação para o público LGBTI+ preto e periférico da cidade de Vitória.

O projeto subúrbio é um espaço cultural preto, periférico e LGBTI+, com o objetivo de fazer com que esses corpos possam sentir liberdade, conforto e segurança. Uma proposta que se inicia com um bar e que se estende por debates sociais de valorização à cultura marginalizada, tendo a rua como palco principal mais marcante.

Idealizado por dois homens negros homossexuais, Átila Alves e Brendo Soares, o projeto subúrbio promove espaço de vivência entre a comunidade preta, periférica e LGBTI+, no qual assuntos como a realidade e os anseios de tal público são fomentados a todo tempo. Assim, são ofertados convívios harmoniosos entre pessoas de raças e orientações sexuais distintas. Entende-se que é importante ouvir aqueles que são oprimidos, como também orientar aqueles que são privilegiados.

No que diz respeito ao nome do projeto, os idealizadores informaram que a ideia inicial era “causar”, provocar, incomodar, uma vez que havia o interesse de fazer um link com a periferia, o espaço marginalizado e a favela. A intenção era despertar a atenção das pessoas em pensarem acerca de algo tão legal com um nome que incialmente poderia

trazer a ideia depreciativa. Dentro dessa ideia, há a ocupação da rua como forma de mostrar o diferente. O projeto ocorre no centro de Vitória, ES. Uma forma de trazer a periferia para a região central e tomar a rua, o espaço, a sociedade em geral.

Inicialmente, um grupo de amigos, que se entendia com muita consciência social, resolveu criar um espaço em que pudessem falar de si e partilhar suas experiências, uma oportunidade de promover inclusão para vidas subalternizadas. Inclusão essa que ocorre por meio de programações culturais, festas, *posts*, *lives*, etc.

O projeto subúrbio surgiu da ideia de fazer uma festa, porém a proposta foi ampliada, pois compreendeu-se a carência de espaços como esse e passaram a reconhecer a necessidade de se sentirem pertencentes a um lugar próprio das suas realidades. Após a primeira festa, os idealizadores, que também ficaram desempregados, entenderam que além de promoverem um momento de lazer, poderiam também gerar uma renda com o projeto e, dessa forma, se manterem financeiramente.

De acordo com os idealizadores, tudo aconteceu de forma muito orgânica e sem uma pretensão previamente estabelecida. Ainda em termos de geração de renda e emprego, a equipe que iniciou com o projeto priorizou a contratação de pessoas do público LGBTI+, considerando a dificuldade econômica que alguns deles estavam passando, além da responsabilidade social do projeto e a representatividade presente.

À medida que as festas aconteciam, nos momentos em que estavam reunidos, surgiam alguns assuntos, dos quais nem todos sabiam do que se tratava. Ocorriam diálogos atravessados pelas temáticas que envolviam a população LGBTI+ como, por exemplo, binariedade, transgeneridade, racismo, lgbti+fobia, entre outros.

O projeto pretende crescer a ponto de promover formações acerca de inúmeras temáticas e realizar ações sociais com frentes distintas. Subúrbio cultural, subúrbio saúde, subúrbio educação, subúrbio geração de renda, entre outros. Desejam ser reconhecidos como referência em termos de um projeto social voltado para a população LGBTI+ preta e periférica.

Ainda sobre a conversa com os idealizadores do projeto, ficamos de afinar ainda mais a nossa conversa e eles me indicarem como chegar aos frequentadores; eles foram os mediadores no contato com os futuros participantes da pesquisa. Em seguida, realizei contato com os frequentadores do "Projeto Cultural Subúrbio", indicados pelos idealizadores, para participar da entrevista.

Fiz contato com os sujeitos da pesquisa via redes sociais (*Instagram* e *WhasApp*). No primeiro momento, apresentei-me como discente do curso de mestrado em Saúde Pública pela ENSP/FIOCRUZ e mencionei que gostaria de convidá-los para uma entrevista como parte da minha pesquisa sobre a saúde mental de homens negros gays, tendo o projeto/espaço cultural, "Projeto Subúrbio", da cidade de Vitória, ES, como campo de pesquisa.

Ainda nos primeiros contatos, aproveitei para destacar que a participação deles seria voluntária, e que o momento de entrevista para o qual eles estavam sendo convidados tratava- se de uma narrativa de situações e acontecimentos de sua vida atravessadas pelo racismo e pela homofobia. Informei que, por questões éticas, eles não seriam identificados e que, para tal, utilizariam nome fictício.

Destaquei que a entrevista precisaria ser gravada mediante sua autorização e que poderia ser realizada de forma presencial ou virtual. Alguns deles preferiram presencialmente e outros no âmbito virtual, em decorrência da falta de disponibilidade de horário para um encontro presencial e as preocupações quanto ao período pandêmico. Os encontros presenciais ocorreram no Shopping Vila Vela, em virtude da capilarização de transporte para essa região, facilitando assim a mobilidade urbana. Tomamos um café na padaria e aproveitamos o espaço para a realização da entrevista, a qual se deu após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Inicialmente estávamos pouco à vontade, havia um protocolo a seguir. À medida que fomos conversando, a conversa fluiu melhor. Havia poucas pessoas na padaria, e o ambiente estava favorável para um bom papo. Os entrevistados conseguiram falar da sua trajetória como homens negros, gays, estudantes universitários, profissionais, pessoas de classe socioeconômica baixa e média. Falou-se de infância, religião, família, afetividade, sexualidade, saúde entre outros aspectos entrelaçados pelo racismo e pela homofobia em suas vidas. Havia um mix de sensações, mas indubitavelmente senti que o fato de ser negro nos aproximava e me creditava fazer aquela escuta de tamanha preciosidade, pois eu estava escutando sobre vida, afetações, desconstruções e intimidades. Uma escuta que se fez de dentro, de dentro daquelas realidades.

2 NOS VEMOS EM NÓS

Eu me reencontrei com essas pessoas, nessas pessoas e no lugar em que estive para articular com elas e desejar saber um pouco sobre suas vidas. Algo que pudessem dizer, que se sentissem confortáveis, algo que atravessa suas existências, do alcance do seu lócus social, ou seja, do lugar que ocupam na sociedade, a partir dos marcadores sociais da diferença que carregam. Assim, era de suma importância que não tivessem uma preocupação primária em contribuir diretamente com a pesquisa, mas que pudessem dizer antes de mais nada aquilo que fosse capaz de representar-lhes. Falarem de si, da vida, das experiências, dos movimentos, do ir e vir, do estar, do ser, do permanecer, do transformar, do conhecer, do duvidar, enfim, do existir.

Eu estava disposto a oferecer uma escuta. Uma escuta qualificada? E o que me qualificaria para escutá-los? Minha cor de pele? Meu cabelo crespo? O formato do meu nariz e da minha boca? O fato de também ser homossexual, de namorar outro homem negro homossexual e buscar viver um relacionamento afrocentrado? Minha formação? Minha

condição de discente e de pesquisador? O que me qualificaria afinal? O que em mim legitimou a aproximação de tais vidas? Sem sombra de dúvidas, toda a minha história me balizou para ouvi-los. A minha história me permitiu romper com a surdez do pesquisador, essa condição poderia tapar meus ouvidos para algumas realidades. Eu precisava estar como um semelhante e evidenciar isso de inúmeras formas.

Eu desejava promover uma escuta interseccional, e essa somente assim o foi, quando eu compreendi que sujeitos com uma vida, que se expressa entre um emaranhado de opressões, precisam de ter a oportunidade de falarem de si.

A interseccionalidade trata-se de um conceito, pertencente à teoria crítica de raça, postulado pela feminista afro-estadunidense, Kimberlé Crenshaw. A referida autora define a interseccionalidade da seguinte forma: "A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação" (Crenshaw, 2002, p. 177).

Pensando a interseccionalidade no Brasil, Carla Akotirene (2019) foi uma das estudiosas que dele se valeu, ela destaca que a interseccionalidade é uma proposta teórico-metodológica oposta ao silenciamento do discurso ocidental em desconsiderar outras experiências fora do escopo padrão moderno, vítimas de inúmeras e distintas formas de opressão. "[...] considero a interseccionalidade como um "sistema de opressão interligado" (Akotirene, 2019, p. 16).

Portanto, a interseccionalidade contribui sobremaneira para a construção de uma perspectiva que tem como ponto nevrálgico o lugar das reivindicações identitárias constituídas coletivamente. Compreendendo que a marca fenotípica da negritude é atravessada pela categoria de "outros" e assim, não cabe aqui tentativa alguma de caráter individual para pensar de forma exclusiva alguma espécie de opressão (Akotirene, 2019).

A interseccionalidade está localizada na vida dessas pessoas, logo não teria como eu captá-la em minha escuta, sem ouvir a vida desses indivíduos. É preciso ouvir e escrever a vida! A escritora, Conceição Evaristo, faz o seguinte questionamento: "é preciso comprometer a vida com a escrita ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida?". Para ela, "a escrita e o viver se con(fundem)" e por tal motivo, cunhou o termo "escrevivência" (Evaristo, 2007, p. 53).

A escrevivência apresenta-se como uma possibilidade de inscrição, direcionamento para a autodefinição e emancipação de sujeitos que historicamente foram colocados em lugares de subalternidade. Escreviver é proporcionar epistemologias outras para além daquelas entendidas como dominantes. Escreviver é em certa medida subverter a produção de conhecimento soberana, é entrar no centro do debate e narrar histórias próprias e vivências, é abandonar a objetificação dos estudos de quem detém o privilégio epistêmico (Evaristo, 2007).

Nesses meandros entre vida e escrita, escrita e vida, algo em mim mudou, como sujeito, se refez, se transformou e me reconstituiu como pessoa. Ao entrar em contato com vidas como a minha, eu tive a oportunidade de revisitar minha história. Me reencontrei! Me vi neles em uma espécie de espelhamento. Estavam ali fatores que eram ora próximos e ora distantes de minha existência. Em que nos aproximavam? A partir do que nos afastávamos?

Certamente compartilhávamos de proximidades, pelos atravessamentos dos mesmos marcadores sociais, que nos trazem consequências desvantajosas no âmbito social, mas também nos aproximamos, por conta do estabelecimento de algumas estratégias contra o racismo e a homofobia. Eles assim como eu estão resistindo como podem, alcançando lugares e oportunidades por meio de muitos esforços. Entendemos que para nós é mais difícil e nos incomodamos com os desafios sociais impostos. Eles também estavam apostando nos seus processos educacionais sejam eles formais ou não formais, como por exemplo, a vida acadêmica e a participação em movimentos sociais, respectivamente.

Estive diante de um público racialmente letrado, com empregabilidade formal e informal, com nível de intelectualidade de graduação e isso muito me surpreendeu. Sabemos que não partimos desses lugares e que nem todo homem negro homossexual compartilha de tais inserções. Gostaríamos que mais de nós chegassem e ocupassem lugares onde ainda há pouco de nós, mas que também são nossos por direito.

Nessa ideia, há lugares ainda mais endurecidos para nossas ocupações e outros mais maleáveis. Eles já estavam lendo autores negros e isso muito me animou! Ainda evidenciaram o papel fundamental da coletividade. Sou porque somos! Fiquei extremamente satisfeito com o fato de compreenderem que juntos nos fortalecemos em inúmeros aspectos, juntos nos apoiamos e compartilhamos desafios e potencialidades, atravessados pelo que nos marca. Juntos podemos falar de nossas impressões e afetações, juntos resistimos de forma estratégica, juntos valorizamos os nossos padrões estéticos, intelectuais, artísticos, culturais, etc.

Percebo que a aquisição de conhecimento, constitui-se não somente como uma estratégia de enfrentamento ao racismo, mas também como uma oportunidade de ascensão social, no que diz respeito à potencial ocupação de melhores e mais elevadas funções, do ponto de vista hierárquico. Destaco aqui que uma parcela significativa dos interlocutores representa os primeiros a ingressarem no ensino universitário em suas famílias e essa inserção possibilitou- lhes sonhar com uma vida mais digna.

O “preto e viado” para viver conta com toda força interior para impulsionar a abertura dos caminhos fechados, o rompimento de barreiras, as quais encontra no interseccionado mundo de racismo, de homofobia, de pobreza, de preconceitos e discriminações diversas, o qual a existência lhe marcou e situou como lugar social. A força dos meninos pretos e viados é formada pelo desejo de reconstituição de si, posto que muitas são as fragmentações. Há ausências materiais, simbólicas e afetivas que despotencializam a vida.

Há a vivência do que posso considerar como uma atualização da experiência de um "afeto banzado"[2]. Angústia, falta, retirada, saudade, melancolia em decorrência da despotencialização da vida.

Muitas vezes quando pensam que uma barreira foi vencida, as dominações se expressam em suas vidas e despertam sua consciência racial, por meio do interdito lembrete das condições de: Preto! Viado! Pobre! e periférico!. Ao chegarem na vida acadêmica, conquistarem emprego, mudarem de território, estabelecerem relações afetivas, vivenciarem a sua fé, entre outros. Nesses momentos de suas vidas algum ou alguns desses marcadores socais serão evidenciados, como por exemplo, a seguinte fala: "Ele além de preto é viado"!

Quem alimenta, considera e cuida do corpo negro? Quem se alimenta e se beneficia do corpo negro? A quem interessa localizar o corpo negro no lugar apenas do prazer sexual e da servidão social? Acredito que essas respostas são encontradas por meio da escuta desses sujeitos. A escuta é capaz de promover a desbanalização da fala daqueles que são vistos como "outros", a partir do lugar da classe, da raça, da orientação sexual etc.

Nesse sentido, entre um emaranhado de acusações que se querem dar o status de descoberta, em um primeiro momento, como por exemplo, na infância e na adolescência, percebo que os interlocutores não descobriram serem pretos e viados, mas sim foram acusados de sê-los. "Seu preto, sujo! Sua bicha preta! Seu cabelo é ruim! Seu feio!" são falas que expressam as acusações por serem como são.

Pensando acerca das experiências das bixas pretas, que poderão internalizar os estigmas produzidos pelo racismo e pela homofobia em suas vivências, o psicólogo, Lucas Veiga (2019, p. 81) ainda considera o "afeto-diáspora", ou seja, a sensação de uma espécie de retirada, de não pertencimento, de exclusão, trazendo algum prejuízo à saúde mental. O referido autor ainda destaca que o "afeto-diáspora" simboliza uma reintrodução à diáspora africana, no entanto de uma maneira ainda mais perversa, visto que esse não acolhimento é vivenciado nos "Quilombos" mais próximos, isto é, família, religião, amigos e até mesmo o Movimento Negro.

Assim, estabelece-se um impasse: "negar a própria sexualidade e aderir à masculinidade heteronormativa para se proteger e preservar o amor de seus pares ou afirmar a própria sexualidade e ficar desprotegido, correndo o risco de não ser aceito em seu próprio espaço familiar de pertencimento" (Veiga, 2019, p. 83). Salta aos olhos o fato de que "qualquer uma dessas escolhas implica em sofrimento, em ambas é o "afeto-diáspora" que comparece e se desdobra em ansiedade, resignação ou depressão". (Veiga, 2019, p. 83).

Considero que uma legítima descoberta acontecerá quando esses indivíduos se entendem e se declaram negros e homossexuais por si mesmos. Reconhecendo as heranças culturais e históricas desse lugar e as implicações que isso traz, não mais a partir,

[2] Refere-se ao banzo como um sofrimento psíquico da população negra, no período escravocrata. Trata-se de uma espécie de profunda angústia e melancolia em decorrência da diáspora africana.

exclusivamente, dos insultos, mas também por meio de uma autoafirmação com orgulho de si, com liberdade e dignidade. É possível ressignificar! Há outros padrões para além dos brancos e cisheteronormativos.

Queremos vivenciar os nossos afetos! Afrocentrar o afeto também é estratégico. A bixa preta que não inicia esse caminho poderá ainda ter a necessidade de se refugiar em pseudoafetos brancos, quando esses não se inserem na luta antirracista e não questionam seus privilégios materiais e simbólicos em nossa sociedade. Queremos mais! Precisamos de mais! Podemos dizer sobre nossos desejos sexuais e afetivos. Não somos obrigados a vivenciar apenas o que nos é proposto!

Exposto tais atravessamentos, a mim não é possível pensar a condição de saúde mental, que esteja alheia aos contextos apresentados. Observo que a bixa preta, de forma incessante, recebe a acusação de suas condições existenciais, conforme mencionado anteriormente. Eles são apontados em um mundo marcado pelas relações de dominação, de produção de subalternidades entre negros e brancos; ricos e pobres; cisheteronormativos e a população LGBTI+; centro e periferia, entre outros.

Diante da projeção negativa sobre si, e do domínio da branquitude com uma herança escravocrata no Brasil, além da cisheteronormatividade, a bicha preta permanece, incessantemente, em estado psíquico de alerta. Não lhe é possível relaxar, sob pena da não sobrevivência. É preciso olhar para os lados, sair com documento, vigiar o corpo, saber com quem anda... porque o racismo e a homofobia vêm de onde menos se espera. No supermercado, no restaurante, na roda de samba, na boate, na faculdade, no trabalho, na família, na religião, no ônibus, no carro de aplicativo, entre amigos, etc. Assim, notei sensação aguda de estresse, ansiedade e medo presente em inúmeras expressões do racismo e da homofobia no cotidiano.

Parte dos entrevistados que ainda não alcançaram uma estabilidade financeira, apresenta uma preocupação constante, uma sensação de estar sob emergência, a partir do marcador social da classe econômica, experimentam a não garantia do que comer, de onde morar, de como manter-se, da autonomia financeira, do vestir-se, enfim dos recursos materiais essenciais. Observo que essa não garantia também está relacionada à direitos sociais não efetivados por dificuldades no acesso de algumas políticas públicas e nesse sentido a saúde se faz presente.

Ainda constatei por diversas vezes a introjeção dos discursos, das imagens e das referências estabelecidas como modelos de humanidades, dos quais a população negra LGBTI+ é colocada à margem. Na relação com a supremacia branca amparada na branquitude, há dominação do grupo racial branco, em áreas como política, cultura, economia e tal dominação assegura privilégios para tais indivíduos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o grupo racial negro. Vale mencionar ainda que a supremacia cisheteronormativa que goza dos seus privilégios em termos de

masculinidade e sexualidade, marginaliza àqueles que estão fora desse escopo, enfatizo aqui o gay.

Entendo assim, que a internalização desses aspectos, a marginalização das pessoas negras LGBTI+ e o contexto social e econômico de incertezas geram inseguranças quanto à capacidade desses sujeitos no que se refere aos aspectos intelectuais, estéticos, morais e afetivos.

Penso o racismo internalizado por pessoas negras e que deixa marcas que produzem interferências no processo de identificação individual e coletiva. Assim, entendo que muitas bixas pretas poderão internalizar marcas depreciativas apresentadas na sociedade sobre si.

O que corrobora com a psicóloga, Jaqueline Gomes de Jesus (2012), ao considerar que aspectos como os padrões de beleza, a condição humana, a inteligência, a pureza e muitos outros adjetivos positivos poderão ser associados à cor branca, enquanto é possível que os negros recebam um conjunto de estereótipos negativos, por meio de discursos, representações e práticas que poderão acarretar a inferiorização das pessoas negras no que concerne ao seu pertencimento étnico-racial, suas condições socioeconômicas e suas culturas.

Como consequência do processo de interiorização do falacioso entendimento de que pessoas negras são inferiores, tem-se: a baixa autoestima que poderá atingir de forma individual e coletiva o povo negro, ocasionando um medo persistente do fracasso, adoecimento, imaginário distorcido quanto à capacidade de pessoas negras, a beleza, a condição de humanidade e a tomada de decisões (Jesus, 2012).

O antropólogo, Kabengele Munanga (2012, p. 11) adverte que “a interiorização pode, a rigor, levar à alienação e à negação da própria natureza humana para os que nasceram escuros, oferecendo-lhes como único caminho de redenção o embranquecimento físico e cultural [...]”. O autor ainda continua a pontuar outras consequências da introjeção do ideal de branqueamento, o qual “inconscientemente não apenas interfere no processo de construção de identidade do ser negro individual e coletivo, como também na formação da autoestima geralmente baixíssima da população negra e na supervalorização idealizada da população branca” (Munanga, 2012, p. 11).

Sobre ideal de branqueamento, precisamos falar de branquitude. Compreende-se branquitude como uma construção sócio-histórica alicerçada na ideia falaciosa de superioridade racial branca (Schucman, 2012). A branquitude refere-se à identidade racial branca. A branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos e objetivos, isto é, materiais palpáveis que colaboram para a construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo (Schucman, 2012).

Entendo que por muitas vezes o viado preto é perpassado pela sensação de não sentir-se inteligente o bastante, bonito o suficiente, digno de confiança e amor. Portanto, considero que o viado preto experiencia uma fragilidade na concepção do autovalor, em

virtude da subalternização de sua vida e a partir dela queremos falar e pensar estratégias de sobrevivência.

3 NÃO NOS FALTA VOZ! NOS FALTA ESCUTA!

Nós[3] queremos falar de nós e a vocês cabem escutar! Não nos falta voz! Nos falta escuta! Somos o que só nós podemos dizer a nosso respeito! Oprimidos? Mas também gritamos! Gritar é Direito, e nesse mesmo patamar, colocamos o escutar. A fala vocês não nos tiraram! A oralidade é nossa potência, porque contamos nossas histórias, do nosso lugar, de dentro, de nossas experiências. É esse o nosso maior exercício ancestral e decolonial! Vocês não falam por nós! Querem ser antirracista? Então escutem! Não querem reproduzir falas, concepções e comportamentos homofóbicos? Então escutem! Não querem nos causar violências? Então escutem! Agora sentem e escutem, porque temos muito o que dizer! Já estamos dizendo há tempo e gritamos para romper a surdez alheia! Não nos tirem a possibilidade de falar! Resistiremos pela validação de nossas falas! Não venham com ameaças! Nós conhecemos a dor! Vítimas da própria aparição, não temos como guardar nossa cor no bolso! Trazemos no corpo a marca da rejeição, do desafeto, da imoralidade, da irracionalidade e desumanidade projetada por vocês! Vocês querem nos matar, mas nossa melhor vingança vai ser viver e viver uma vida digna de quem enfrentou e mobilizou grandes revoltas internas e externas para não sucumbir! Nós resistimos e nossa resistência é forjada nas ausências, até mesmo dos nossos, daqueles que acreditávamos poder contar, mas até isso em alguns momentos foi nos tirado. Quem a gente tem se não a nós mesmos? Nossa vingança vai ser envelhecer! Nós incomodaremos por estarmos vivos ainda que muitas miras, incessantemente, nos enquadrem! Não morreremos de banzo! Incomodaremos por ocupar lugares. Nós estaremos na encruzilhada e nossa história colocamos no alguidar[4]. É o que temos a oferecer e com ela resistimos! Aqueles que poderão estar perdidos pelo encaminho, buscando rotas de fuga, poderão se alimentar de nossas histórias e encontrar, logo ali, um pouco mais adiante, muitos de nós aquilombados, logo ali ouvindo cantores como Luedji Luna, Liniker, Matheus Aleluia; logo ali lendo escritores como Conceição Evaristo, Elisa Lucinda, Djamila Ribeiro; logo ali assistindo ao filme “Medida Provisória”, do diretor, Lázaro Ramos; ao espetáculo de dança negra, “Zumbi”, cujo coreógrafo é o Zebrinha; e a peça de teatro, “Jorge para sempre verão”, dirigida pelo Rodrigo França, entre inúmeras outras possibilidades de estarmos juntos e a partir de referências pretas partilhadas por muitos “subúrbios existenciais” promovedores de vida. É entre os nossos que a gente se vê! Nossa força é ancestral! Nossos encontros são reencontros!

[3] O uso da palavra “nós” é um reconhecimento histórico e ancestral de que o meu discurso encontra ressonância em muitos indivíduos marcados socialmente como “outros”, em virtude da classe econômica, da cor de pele, da orientação sexual, do território onde vivem, etc. Entendo que hoje, tenho a possibilidade de falar, porque muitos falaram e falam junto comigo. Assim, utilizo o “nós”, porque ele reforça o “EU”.

[4] Alguidar consiste em um vaso de barro, com formato de cone truncado, usado em rituais de religiões afro-brasileiras para oferendas ao Orixás.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, v. 1, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf. Acesso em: 18 set. 2021.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. *In*: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele. Negritude ou identidade negra e afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da ABPN**, Uberlândia, v. 4, n. 8, p. 06-14, jul./out. 2012.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo"**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VEIGA, Lucas. Além de preto é gay: as diásporas da bixa preta. *In*: RESTIER, H; SOUZA, R (org.). **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades.** São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019. p. 77-104.

Recebido em: 04/03/2025
Aceito em: 11/08/2025

"PERCURSO DE MEMÓRIA LGBTI+ DE CURITIBA/PR" PELO OLHAR DE SEUS(SUAS) CAMINHANTES

LGBTI+ MEMORY PATH OF CURITIBA/PR THROUGH THE EYES OF ITS WALKERS

João Vitor Vakiuti[1]
André Luiz Justus Czovny[2]
Anne Hellen Hoffmann[3]
Gabrielly Fortini Fernandes[4]
Lucas Moreira[5]
Sarah Geovana Gomes de Matos[6]
Taíssa Albertina de Nadai[7]

Resumo: em 2023, o núcleo "Memória LGBTI+", do Projeto "Máquina de A(r)tivismos em Direitos Humanos", vinculado à Universidade Federal do Paraná (UFPR), em parceria com movimentos LGBTI+ de Curitiba, lançou o "Percurso de Memória LGBTI+ de Curitiba/PR" com o objetivo de disputar por narrativas urbanas mais inclusivas. Durante os percursos, que já ocorreram em seis ocasiões entre 2023 e 2024, os caminhantes exploraram diversos pontos da cidade que são significativos para a história da comunidade LGBTI+, destacando-se os locais de socialização, diversão e amor, para incentivar a reconstrução dos imaginários urbanos (coletivos e individuais) e reafirmar a importância da relação entre o sujeito e o espaço em que se constitui e se (re)constitui. Após cada percurso realizado, os participantes puderam relatar como foi a experiência do percurso para si, mediante papéis que foram entregues pela equipe organizadora. Diante disso, o presente trabalho de "relato de experiência" visa demonstrar como tais participantes sentiram e apreciaram a vivência LGBTI+ da cidade, de modo a compartilhar com o público acadêmico a empiria do projeto, em sua fase de confecção inicial, bem como incentivar a construção constante e coletiva da memória LGBTI+ a ser inserida nas narrativas urbanas da capital paranaense (e, quiçá, de todo o país).
Palavras-chave: Percurso de Memória LGBTI+ de Curitiba/PR; Relatos; Experiência.

Abstract: in 2023, the "LGBTI+ Memory" core of the "Máquina de A(r)tivismos em Direitos Humanos" project, affiliated with the Federal University of Paraná (UFPR), in partnership with LGBTI+ movements in Curitiba, launched the "LGBTI+ Memory Path of Curitiba/PR" with the aim of advocating for more inclusive urban narratives. During the paths, which have already taken place on six occasions between 2023 and 2024, participants explored various points in the city that are significant to the history of the LGBTI+ community, highlighting places of socialization, enjoyment, and love, in order to encourage the reconstruction of collective and individual urban imaginaries and reaffirm the importance of the relationship between the individual and the space in which they are constituted and (re)constituted. After each path, participants were able to report on their experience of the journey through papers provided by the organizing team. In light of this, the present work of "experience report" aims to demonstrate how these participants felt and appreciated the LGBTI+

[1] Estudante de Direito na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Participante do Programa de Iniciação Científica, no projeto "LABÁ: Direito, Espaço & Política", e bolsista pela Fundação Araucária. Membro do projeto de extensão "Máquina de A(r)tivismos em Direitos Humanos".

[2] Doutorando em Comunicação, na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Participante do Núcleo "Memória LGBTI+" do projeto de extensão "Máquina de A(r)tivismos em Direitos Humanos".

[3] Advogada. Participante do Núcleo "Memória LGBTI+" do projeto de extensão "Máquina de A(r)tivismos em Direitos Humanos.

[4] Estudante de Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Participante do Núcleo "Memória LGBTI+" do projeto de extensão "Máquina de A(r)tivismos em Direitos Humanos" e Presidente da Liga Acadêmica de Estudos em Gêneros, Sexualidades e Diversidades.

[5] Graduanda de Direito na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Diretora da Extensão da Liga Acadêmica de Estudos em Gêneros, Sexualidades e Diversidades (LAED). Membro do projeto de extensão "Máquina de A(r)tivismos em Direitos Humanos".

[6] Estudante de Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Diretora Científica da Liga de Estudos em Gêneros, Sexualidades e Diversidades (LAED) e Membro do projeto de extensão "Máquina de A(r)tivismos em Direitos Humanos".

[7] Mestranda em Direitos Humanos e Democracia, graduanda em Letras e graduada em Direito, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membra da Máquina de A(r)tivismos em Direitos Humanos.

experience of the city, in order to share with the academic audience the empirical aspects of the project in its initial phase, as well as to encourage the ongoing and collective construction of LGBTI+ memory to be integrated into the urban narratives of the capital of Paraná (and perhaps, of the entire country).
Keywords: LGBTI+ Memory Path of Curitiba/PR; Reports; Experience.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, apesar dos avanços legislativos e jurisprudenciais concernentes à temática LGBTI+, até os dias de hoje, continua sendo um dos países que mais mata pessoas trans e negligencia a prática dos direitos LGBTI+ no mundo (Schimtz, 2023). Nesta toada, Curitiba, capital do Estado do Paraná, não destoa da severa contradição existente entre discursos supostamente libertadores e uma prática completamente distante de tal libertação.

Pensando nisso, e na necessidade urgente de disputar por narrativas urbanas efetivamente mais inclusivas, o núcleo "Memória LGBTI+", do Projeto de Extensão da Universidade Federal do Paraná (UFPR), "Máquina de Ativismos em Direitos Humanos", em parceria com movimentos LGBTI+ de Curitiba/PR[8], no ano de 2023, criou o "Percurso LGBTI+ de Curitiba/PR".

Durante o percurso, já realizado em 6 ocasiões, os participantes percorrem diversos pontos da cidade de Curitiba/PR, marcados pela história dos sujeitos LGBTI+. O ímpeto dos(as/es)[9] organizadores(as) é o de que não mais se fale apenas de espaços de tristeza, dizimação, etc., mas também, e principalmente, dos locais de socialização desses corpos – onde se divertem, se sentem livres e se amam. Com isso, busca-se a reconstrução dos imaginários urbanos coletivos e individuais, pensando na cidade enquanto "a relação do sujeito com o espaço onde ele se constitui e se permite (re)constituir" (Gorsdorf; Nadai, 2025, p. 153).

Refletindo sobre o objetivo de ouvir e compartilhar as vozes LGBTI+, sobretudo ponderando que o caminhar é vivo e a construção de novos imaginários ocorre de maneira coletiva, com todos e todas tendo a oportunidade de expor seus medos, suas angústias, seus desejos e, também, suas alegrias e satisfações, após os percursos, é disponibilizada aos(às/es) participantes uma pequena folha de papel onde eles(as/us) podem compartilhar suas experiências.

Diante disso, e acessando o material produzido desde o início dos percursos, o presente trabalho visa contar como se sucederam os trajetos realizados entre 2023 e 2024, pelos olhos atentos daqueles(as) que tiveram a oportunidade de vivenciar os caminhos da cidade de maneira diversa da habitual, tomando conhecimento sobre a história LGBTI+, como forma de dar um passo adiante à reconstrução das narrativas urbanas da capital paranaense – por seus caminhantes.

[8] Os movimentos que participam são: o Acervo Bajubá; o Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott — CEDOC LGBTI+, do Grupo Dignidade; e a Liga Acadêmica de Estudos de Gêneros, Sexualidades e Diversidade da PUC/PR.

[9] Utiliza-se o pronome neutro "e" e "u" como forma de incluir todas as identidades trans e não-binárias.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA(S) DO PERCURSO LGBTI+ DE CURITIBA/PR

Inicialmente, será demonstrado como ocorreu a formação do "Percurso de Memória LGBTI+ de Curitiba/PR" e como se realizou a divisão dos relatos que foram utilizados no presente trabalho, para que se tenha maior e melhor compreensão da estrutura desenvolvida e da perspectiva dos(as/es) organizadores desse projeto.

2.1 A FORMAÇÃO DO PERCURSO DE MEMÓRIA LGBTI+ DE CURITIBA/PR

Para Walter Benjamin, em sua perspectiva fragmentária, as cidades se constituem enquanto enigmas a serem desvendados (Paola Jacques; Rita Velloso, 2023, p. 31). As vísceras dos centros urbanos atuam como "megafones", ecoando, contra os muros da repressão, os direitos daqueles que ali habitam e que, no cotidiano, tentam reconstruir os fragmentos de ideias desfeitos pelo conservadorismo nocivo.

Desse modo, ser um corpo LGBTI+ que caminha livremente pelas ruas pode se configurar como um processo de (re)descoberta de locais importantes para a memória, intensificando a disputa de narrativas da cidade "mais inteligente"[10], que tanto opera, em suas contradições, para o apagamento dessas afetividades. E, pensando nisso, o "Percurso de Memória LGBTI+ de Curitiba/PR" foi criado em 2023.

Conforme narrado pelos integrantes do grupo, em "Reencenando e dando vida às memórias LGBTQIA+ em Curitiba/PR", para que o percurso fosse construído, muito foi realizado entre os anos de 2022 e 2023 (Gorsdorf; Nadai, 2025). Os(as/es) participantes do núcleo Memória LGBTI+ de Curitiba/PR dividiram-se em duas searas: "arquivo" e "entrevistas".

Na primeira, foram buscados, em acervos, arquivos e museus, referências da vivência LGBTI+ curitibana, a partir dos anos 50 do século XX. Na segunda, 25 pessoas LGBTI+ da cidade, escolhidas pela interseccionalidade das vivências (com valorização de gênero, classe e raça) foram entrevistadas pelos(as/es) integrantes do grupo, sendo convidadas a falar um pouco sobre suas presenças e atividades sócio-culturais (Gorsdorf; Nadai, 2025).

Todo o material encontrado foi sistematizado "a partir de referências de espaços, pessoas, modos de vida, histórias e frases que representam cada período", explicando, assim, como se sucedeu a vivência e a socialização LGBTI+ curitibana no século XIX e, também, como ela tem se sucedido no momento presente (Gorsdorf; Nadai, 2025). Com ele, foi possível elaborar a rota de memória do percurso ora em comento, que, apesar de se encontrar em fase inicial, uma vez que ainda se almeja abordar muitos outros relatos e

[10] Curitiba foi eleita em Barcelona, Espanha, no ano de 2023, a "Cidade mais inteligente do mundo", e foi amplamente divulgada pela prefeitura curitibana. Disponível em: https://www.curitiba.pr.gov.br/noticiasespeciais/curitiba-a-cidade-mais-inteligente-do-mundo-de-2023/49. Aceso em: 15 abr. 2025.

muitas outras regiões da cidade, possibilitou a realização da caminhada nas já mencionadas 6 ocasiões.

O "Percurso de Memória LGBTI+ de Curitiba/PR", então, ao selecionar seus quase 30 pontos espalhados pela capital, busca não mostrar apenas espaços de tristeza da vivência LGBTI+ no centro urbano, mas também, e principalmente, evidenciar os locais de socialização e de comunhão desses corpos, com relatos colhidos de personalidades LGBTI+ curitibanas que vivenciaram, ocuparam e ocupam o cenário curitibano desde os anos 50 do século passado. São corpos que resistem e reivindicam o direito à cidade que também lhes pertence, ainda que as narrativas oficiais tentem dizer o contrário.

2.2 A SEPARAÇÃO DOS RELATOS REALIZADOS PELOS(AS/ES) PARTICIPANTES

Em busca de uma construção coletiva e constante da memória LGBTI+, após os percursos, têm sido colhidos os relatos dos(as/es) participantes, mediante folha que lhes é entregue, como modo de possibilitar que também suas experiências sejam ouvidas e, quiçá, até mesmo incluídas nas próximas edições do Percurso. Até o momento, foram colhidas mais de 80 manifestações, as quais foram separadas e sistematizadas em categorias.

No presente trabalho, buscou-se elucidar algumas delas, como forma de compartilhar as pontuações que mais se repetiram entre o diverso público, em conjunto das que mais possuem certa urgência de serem compartilhadas, como forma de continuar avançando na perpetuação dos ideais do Percurso e possibilitando que mais vozes LGBTI+ tenham seus clamores ouvidos.

Afinal, um relato nada mais é do que uma narração detalhada de experiências vividas, onde o assunto é abordado sob o ponto de vista de quem o relata (narrador). E a partir dos próximos tópicos será possível ver como diferentes memórias são capazes de se cruzarem – sejam em espaços de boates, bares e restaurantes ou, até mesmo, em experiências de vida. Inclusive, João Silvério Trevisan (2018, p. 376) destaca que "o mercado guei cresceu muito e incentivou a expansão dos guetos homossexuais nas principais cidades brasileiras durante as últimas décadas do século XX" e Curitiba não ficou de fora.

Enquanto metodologia para a divisão dos relatos colhidos, separou-se em 4 grandes grupos: (i) o primeiro é destinado a relatos de pessoas vindas de fora, de modo que, como fica explícito, os relatos analisados são de pessoas que vieram de lugares diversos da capital paranaense; (ii) o segundo é destinado aos espaços de convivência, que possui uma linha tênue entre o terceiro grupo, que é destinado aos lugares públicos. Entretanto, os relatos de "espaços de convivência" são relatos que evidenciam a sociabilidade de espaços privados (como bares, cafés e baladas), mas que evidenciam o caráter de sociabilidade com o outro; (iii) outrossim, os relatos de "lugares públicos" são destinados às memórias de locais públicos, como parques, bosques e museus; e (iv) o quarto, e último, grupo é

destinado aos relatos da vivência do corpo na rua, um local imaterial onde evidencia a atuação e a vivência do corpo em "lugares imateriais".

Ademais, no presente trabalho, os relatos serão expostos com as iniciais dos nomes das pessoas que compartilharam suas memórias, ou com a sigla "S.N.", para indicar que a pessoa que registrou seu relato não informou o nome, a fim de que se preserve o anonimato de suas experiências individuais de caráter personalíssimo.

3 O PERCURSO VISTO POR SEUS(SUAS) CAMINHANTES/PARTICIPANTES

Conforme já destacado, o Percurso clareia os espaços de afetos e trocas que sempre existiram, reescrevendo a narrativa urbana a partir de memórias da comunidade LGBTI+. A partir de agora, seguindo tal atmosfera, passa-se a uma breve caminhada virtual pelos relatos daqueles que vivenciaram o Percurso físico e decidiram dividir um pouco sobre suas vivências.

3.1 RELATOS DE PESSOAS VINDAS DE FORA DE CURITIBA

Entre os mais de 80 relatos compartilhados ao fim do percurso, 12 contemplam esse espaço, desde aqueles que iniciam a narrativa como estrangeiros(as/es) e, em muitos casos, passam a fazer da cidade de Curitiba sua moradia, até aqueles que, mesmo passageiros por um período específico, se encantaram durante suas estadias.

O amor e o afeto são temas que aparecem em quase todos os parágrafos compartilhados pelos participantes. "Conheci aqui o meu marido e já estamos juntos há 11 anos", conta o carioca F.P., que há 10 anos reside na capital do Paraná. Assim como C.C. que, após casar com seu esposo, foi na cidade de Curitiba que passou a ter outras vivências, como um relacionamento não monogâmico formado por 3 pessoas.

A conexão é outro ponto que chama atenção neste grupo, são memórias de pertencimento. L.V. conta que logo que chegou, sentiu-se acolhida pela comunidade local. "A primeira memória é, pela primeira vez na vida, encontrar um local em que me senti acolhida e conectada com outras pessoas LGBTI+", compartilha ao lembrar com carinho de tantas mulheres lésbicas que fez amizade no "Maricas Bar". O mesmo é relatado por A.N. que divide um saudosismo pelo mesmo botequim e pelas memórias do tempo já vivido. "Vi muitas meninas lésbicas e bissexuais que me inspiraram assim que cheguei na cidade". Para ela, atualmente, não se fala mais sobre grupos ou lugares de compartilhamento da comunidade sáfica.

Em seguida, quatro outros relatos trazem à tona o tema liberdade. C.F. divide que, durante uma visita à cidade, observou certa liberdade de "expressar o romance LGBTI+". Ao contar que viu vários casais homoafetivos de mãos dadas pelas ruas, trouxe o contraponto da sua realidade. "Na minha cidade, por ser pequena e do interior, eu não presenciava isso.

Me chocou de uma maneira muito profunda e legal". Já D.P. revela que, em poucas palavras, foi na capital mais fria do Brasil que andou de mãos dadas com seu namorado pela primeira vez. Assim como V.M., que veio de Pato Branco (PR), e aponta como memória a experiência de poder andar com a sua namorada, demonstrando carinho em público. "Foi a primeira vez que nós duas nos sentimos confortáveis", aponta.

Enquanto isso, G.A. divide ser um morador recente da região e que há um choque de diferenças para quem vem do interior do estado. "Aqui me sinto mais livre para ser eu mesmo, mais do que na minha terra natal". Esse último também aponta que, apesar da liberdade que pode ser sentida nas suas vivências, não identifica a cidade como um paraíso LGBTI+. Afinal, o mesmo relata que "a violência nos persegue na maioria dos espaços, mas em relação ao interior do Paraná, acho mais seguro".

Essa comparação entre interior e capital, explícita neste trecho, mostra como a cidade de Curitiba compartilhava alguns sinais de uma possível liberdade, que para os estrangeiros que ali chegavam era uma novidade. João Silvério Trevisan (2018) destaca que "nas grandes cidades brasileiras, sempre ocorreram paqueras - inclusive entre homens - em lugares públicos inespecíficos", o que justifica os relatos de afeto que são compartilhados aqui. Entretanto, alguns deles vêm acompanhados da insegurança, o que reforça que as memórias do percurso nem sempre serão sobre histórias felizes.

3.2 RELATOS SOBRE ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA

As histórias que recebemos, retornam-nos aos lugares onde ocorreram, pois esses espaços são mais do que meros cenários, são partes vivas das memórias, moldadas pelas vozes que as descrevem. Mesmo que as construções sejam demolidas, as ruas desviadas e as paisagens transformadas, os laços que as pessoas estabeleceram com esses lugares persistem. As pedras podem ser movidas, mas as lembranças de seu lugar original desafiam o esquecimento e insistem em reconstruir o que foi desfeito (Bosi, 1994).

Os espaços de convivência são mais do que pontos de encontro, são territórios de memória, onde vivências individuais e coletivas se entrelaçam, dando sentido à história da comunidade. Entre os relatos compartilhados ao fim do percurso, 24 mencionaram espaços de convivência, como bares, baladas, praças, espaços universitários, cafés e restaurantes. Alguns desses relatos apresentam a cidade de Curitiba como um local possível para a vivência LGBTI+.

Dentre os espaços citados, destacam-se bares como Maricas Bar, James, Yag Bar e Mana, cafeterias e restaurantes, como O Pão que o Viado Amassou e Larica's, além de "espaços imateriais", como o Pagode do Sasá, um encontro voltado para mulheres lésbicas e bissexuais. Esses locais, configuram-se em espaços fundamentais para as pessoas que participaram do percurso, uma vez que relatam terem suas primeiras vivências LGBTI+ ou a

sensação de serem pertencentes e acolhidas nesses locais. V.P. transmite essa relação em seu relato: "Meu nome é V.P., tenho 38 anos, sou curitibano. Minha primeira experiência em um ambiente "*tecnoglyn*" foi no [...], pela primeira vez me senti pertencendo a uma comunidade".

A vivência de V.P. reflete a importância desses espaços como pontos de encontro e reconhecimento. Para algumas pessoas, esses lugares foram fundamentais na construção de uma vida política, como sugere B.A. ao dizer que seu: "coração é da *Ballroom*, esse foi o espaço que me convocou a militância e potência de estar nessa frente". Assim, os locais de convivência emergem como forças impulsionadoras na construção de coletivos e comunidades, além da re(construção) da cidade.

A cena *ballroom* e a cultura *drag* também foram destacadas como elementos centrais na vivência LGBTI+. Performances de Drag Queens e eventos dedicados a essa cultura não apenas proporcionaram um ambiente de criatividade e expressão artística, mas também desafiaram normas de gênero, consolidando-se como espaços de resistência, pertencimento e celebração da diversidade.

Um aspecto interessante identificado nos relatos é a associação de restaurantes veganos como *Viva La Vegan* e Semente de Girassol, como pontos de encontro e de liberdade para se expressar enquanto pessoa pertencente à comunidade LGBTI+. J. R. expressa isso em seu relato: "acho interessante o fato de que pela minha vivência, um grande ponto de encontro entre membros da comunidade LGBTI+ são restaurantes veganos e vegetarianos pela cidade. O *Viva La Vegan*, Semente de Girasol, Café da Mafalda, Páprica *Vegan* etc.".

Da mesma forma, M.L. também compartilha sobre sua primeira experiência de se sentir confortável para demonstrar carinho e afeto com sua parceira em público ter sido no VegVeg, um restaurante vegano. Ressaltando, portanto, a importância desses locais como ambientes acolhedores e inclusivos.

Além desses lugares, as universidades também aparecem como um espaço possível de se vivenciar memórias LGBTI.+. Entre os relatos, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade Estadual do Paraná (EMBAP) emergem enquanto territórios para troca de experiências e vivências. Como expressado por G.L. e S.N.:

> "Minha primeira experiência LGBTI+ em Curitiba foi a possibilidade de falar em voz alta "eu sou gay" pela primeira vez. Eu não era assumido na minha cidade, mas me senti confortável em assumir quando entrei na UFPR".

> "As memórias que tenho remetem em muito aos espaços da universidade, tanto no Prédio Histórico, quanto na Reitoria e no prédio do DCE, onde pude participar de reuniões de grupos de estudos e coletivos e me compreender como bissexual".

Essas vivências sugerem que a universidade, para além do papel acadêmico, pode se configurar em um espaço de refúgio e de resistência. L.P. reforça essa ideia ao afirmar: “a extensão universitária me permitia ter contato com diversos públicos LGBTI+. Acho que é um ambiente vivido e válido, como vocês fazem”. Esse relato evidencia como a universidade não apenas acolhe, mas também possibilita a militância e o fortalecimento de laços dentro da comunidade LGBTI+. Seja por meio da extensão universitária, da participação em coletivos ou da simples vivência nos espaços institucionais, a universidade assume um papel ativo na formação de memórias e identidades.

Os espaços públicos e culturais também aparecem como locais importantes nos relatos, representando tanto locais de encontro e lazer, quanto territórios de resistência e afirmação identitária. O “banheirão” do Passeio Público e a Praça Santos Andrade foram mencionados como pontos de interação, áreas para se reunir e vivenciar experiências LGBTI+ e de interagir com pares.

Os cinemas e a cultura audiovisual também tiveram impacto significativo, funcionando como pontos de encontro e de socialização. Locais como o *Drive-In*, o Cine Túnel e os cinemas da Fundação Cultural. Como expresso no relato de D., onde relata que “os primeiros lugares em Curitiba onde pude ser ‘eu' foi o Cine Túnel”. Assim, além do entretenimento, esses lugares contribuíram para o fortalecimento da identidade coletiva da comunidade, promovendo visibilidade e pertencimento.

Os espaços de convivência são fundamentais para a construção de uma comunidade, fortalecimento da identidade e criação de vínculo entre pares. A. N. reflete sobre lugares que, anteriormente, eram exclusivos para a comunidade LGBTI+, mas que agora recebem um público misto, mais diversificado, como a *Verdant*.

Em seu relato, ela diz que a experiência de visitar esse local após algum tempo foi interessante, pois ali foi a primeira vez que um homem lhe perguntou se ela beijava homens e aceitou sua resposta negativa de forma respeitosa. A. N. pondera, portanto, sobre a perda de exclusividade da comunidade LGBTI+ nesses territórios, refletindo que “apesar do luto de perdermos nossos espaços, será que estamos de fato perdendo?”. Embora não sejamos mais o público majoritário daquele ambiente, nossa cultura e nossas histórias ainda permanecem vivas entre aquelas paredes, transformando e influenciando práticas e modos de se viver.

3.3 RELATOS SOBRE LUGARES PÚBLICOS

Dos relatos colhidos nos percursos realizados entre 2023 e 2024, em 15 se visualiza a temática dos lugares públicos. Como destacado no capítulo da metodologia, a linha que divide a classificação que diferencia lugares públicos de lugares de convivência é muito tênue, até porque, muitas vezes os espaços de convivência são espaços públicos. Portanto, neste agrupamento de relatos, estão aqueles que focaram em equipamentos públicos, como praças, bosques e museus da cidade.

As ruas de Curitiba são citadas por alguns participantes como um dos primeiros lugares em que se teve contato com a vivência de pessoas LGBTI+. C.F. relatou que sentia uma certa liberdade das pessoas para "expressar o romance LGBTQIAP+", pois via "vários casais de mãos dadas pela cidade". Ainda destacou que achava muito importante essa manifestação de afeto, pois na sua cidade, que era pequena e do interior, não presenciava casais não heterossexuais demonstrando seus afetos.

O Largo da Ordem e a Rua Trajano Reis, que se localiza nas adjacências do Largo, são espaços de concentração de bares e baladas em Curitiba, frequentados pelas mais variadas pessoas. A.C. narra que estes foram espaços em que pôde "vivenciar pessoas LGBTQIAP+ sendo quem são de forma livre e sem se esconder de olhares de julgamento". J.L. relata sua memória no Largo da Ordem, onde viu "pessoas trans e travestis bebendo e dançando vogue". Outra rua do centro de Curitiba que é citada é a Rua São Francisco, onde o participante L.R. encontrava amigos para beber e conversar em 2016 e conclui que vivia a experiência de conhecer o mundo ao mesmo tempo que se conhecia.

A arte na rua, como o grafite, também foi apontada como uma memória da vivência LGBTI+. S.N. destacou que, no início dos anos 90, passava por um mural de graffiti que dizia "*Glad to be gay*".

As praças da cidade foram relembradas pelos participantes como espaços de convívio LGBTI+. A Praça Santos Andrade, que sedia diversos eventos, como a feira do livro da UFPR, foi o espaço em que G.E. beijou uma mulher pela primeira vez, após um processo intenso de consciência política e de sua sexualidade durante a pandemia. A Praça 19 de Dezembro, conhecida como Praça da Mulher Nua, foi citada como um dos espaços mais seguros por A.V., e S.N. contou que sua primeira memória depois de se assumir gay se deu no mesmo local, onde sentiu "medo e felicidade de ir para uma marcha LGBT". Por outro lado, a Praça da Espanha foi lembrada por M.L. como um dos lugares que sofreu com comentários maldosos ou sexualizantes em razão de sua lesbianidade.

Os parques da cidade foram mencionados por S.N. como "locais de resistência, onde muitos são ambientes de pegação, sobretudo do público gay". O parque Passeio Público foi citado por J.R. como um espaço de muita interação sexual, relatando que amigas já "vivenciaram muitas coisas no banheiro de lá" e que isso é "muito mais comum do que parece". Outra pessoa anônima apontou que o Passeio Público foi um local de acolhimento e descobertas, assim para C.M., que, apesar de sofrer com violência, tem um carinho pelo local:

> "Em 1985, vindo em Curitiba pela primeira vez para um evento universitário (eu tinha 20 anos) conheci um colega de Porto Alegre e ficamos muito amigos. Nada "rolou", mas no final demos um longo e carinhoso abraço na calçada da C.E.U. [Casa do Estudante Universitário] perto do Passeio Público. Levamos uma vaia dos outros estudantes com gritos de bicha! Viado! A gente

> não sabia que era, mas dali em diante algo mudou e para mim o Passeio Público é até hoje um lugar de afeto e descoberta. Obrigado, Curitiba!".

O local também foi mencionado por L.S. como palco de violência homofóbica:

> "Estava passeando com meu namorado no Passeio Público, quando do nada um cara começou a gritar "viadinho, bando de nojentos". Só aumentei a velocidade, mas foi muito desconfortável".

Outro local mencionado nos relatos é o "Parcão do MON" ou "Gramado do MON", um gramado extenso no entorno do Museu Oscar Niemeyer (MON), "que foi ocupado pela maioria jovem e lá tem muitos LGBTQIA+, é um ambiente que se torna acolhedor, unindo união, com lazer e artes", segundo G.S. e A.V. também citam este como um local dos mais seguros para uma pessoa LGBTI+. Por outro lado, M.L. comenta que é lugar difícil de se ocupar enquanto lésbica, devido aos comentários maldosos ou sexualizantes.

De acordo com a pesquisa "Violência contra LGBT+ no contexto eleitoral e pós eleitoral", produzida pela Gênero e Número, 83% dos casos de violência descritos no segundo semestre de 2018 ocorreram na rua ou no espaço público (Silva, 2018). Percebe-se, portanto, que o espaço público é um espaço em disputa, no qual a vivência LGBTI+ muitas vezes se choca com o preconceito e a violência, de modo que se observa que um mesmo lugar pode representar memórias positivas e negativas para a população cuja sexualidade e/ou gênero é dissidente.

3.4 CORPOS NA RUA: MEMÓRIAS, PERTENCIMENTO E DISPUTA DO ESPAÇO PÚBLICO

As ruas de uma cidade não constituem meramente caminhos de circulação; elas são, sobretudo, espaços de afirmação, resistência e conflito simbólico. Para corpos que se situam à margem da normatividade cis heteronormativa, esses espaços tornam-se territórios onde memórias afetivas se misturam a experiências de exclusão, tensão e risco. Essa dualidade evidencia a disputa pelo direito de existir e pelo reconhecimento político que se estabelece no cotidiano urbano.

A dimensão da memória é construída a partir das vivências que, em sua singularidade, expressam a potência transformadora do encontro com o espaço urbano. G.B. recorda sua "saída de armário" ocorrida na Praça Santos de Andrade, durante uma feira do livro da UFPR, quando, aos 17 anos, beijou uma menina pela primeira vez. Ela relata que, no pós-isolamento e em uma caminhada política anti-Bolsonaro, despertou para a sua existência

política como mulher lésbica em Curitiba. Esse relato, que sintetiza o potencial da rua como espaço de revelação e de construção identitária, dialoga com as concepções de Berenice Bento (2006), que destaca como determinados espaços reproduzem relações de reconhecimento e exclusão a partir da presença ou ausência dos corpos dissidentes. Em contrapartida, o T.S. descreve sua primeira Parada LGBTI+ em 2019, afirmando:

> "Minha 1° Parada LGBTI+ foi em 2019 em Curitiba, me senti completa abraçando a minha bissexualidade sem medo, sem precisar me esconder. A chuva do final lavou minha alma do medo e me trouxe esperança".

Essa narrativa evidencia que, mesmo em meio à vulnerabilidade e ao medo, os corpos encontram na rua uma via para transcender a exclusão e ressignificar a própria existência. Conforme propõe Judith Butler (1990), a performance de identidade nesses contextos transforma o espaço urbano em uma arena de resistência contra os mecanismos históricos de segregação.

A potencialidade transformadora da rua, no entanto, não se restringe ao reconhecimento afetivo; ela é também palco onde se materializa a tensão entre a violência simbólica e a celebração da diferença. Essa dualidade torna-se evidente nos relatos que apontam a coexistência de temor e esperança, como ocorre na experiência registrada na Praça da Mulher Nua – símbolo de resistência e, ao mesmo tempo, de vulnerabilidade. Essa sensação de ambivalência é ilustrada por um relato anônimo:

> "Minha primeira memória após me assumir gay e começar a vivenciar e a experimentar ser bicha foi no lugar que chamo de Praça da Mulher Nua (...). Foi especial porque senti medo e felicidade de ir para uma marcha LGBT".

Outra memória vem de A. L., que rememora:

> "Lembro de ir nas matinês no Manhatam do antigo Simão na Rua 24h. James no início, marcha das vadias, marcha LGBT, maricas, folia e os lugares mais seguros: casas de amigos, encontro na Praça da Mulher Nua e gramado do MON".

Esses fragmentos constroem, de forma orgânica, a geografia afetiva de um espaço urbano que, embora permeado por tensões, se revela como abrigo possível – mesmo que provisório. Como aponta Lefebvre (2001), o direito à cidade não se resume ao mero ato de

estar nela, mas reside na capacidade de produzi-la, transformando suas significações sociais por meio das práticas dos sujeitos. Quando corpos dissidentes marcam presença nesses espaços, eles deslocam funções convencionais, ressignificando paisagens e construindo novos modos de habitar.

A rua se converte, assim, em um campo de batalha simbólico, onde a ousadia dos encontros e a persistência dos apagamentos se entrelaçam. Nas práticas urbanas, enquanto alguns afirmam sua identidade com paixão e criatividade – como exemplifica a celebração carnavalesca relatada por G.I. –, outros sentem o peso da vigilância e do controle, vivenciando a exclusão de forma cada vez mais sistêmica. G.I. rememora seu primeiro carnaval em Curitiba:

> "No primeiro momento, eu e meus amigos achamos que o carnaval seria um fiasco, porém tivemos a sorte de encontrar um bloco LGBTIA+ que transformou a morta Curitiba em uma cidade de luz (...). Para um grupo de jovens com 17 anos, esta foi a melhor experiência que poderíamos ter".

Esse processo de ocupação criativa e afetiva também transparece nos relatos de B.R. e G.A., que compartilham suas experiências: "Foi na parada do meio do ano de 2022 que beijei minha namorada pela primeira vez e estamos indo juntas para 2024. Nome dela é G. A." e "Blocos de carnaval com meu amor B., em especial o Garibaldis e Sacis no pré-carnaval".

Cada memória inscrita na rua expõe o embate cotidiano entre o pertencimento e a expulsão, a celebração e a censura. O reencontro dos afetos em ambientes públicos não só propicia resgates individuais, mas também contribui para a construção coletiva de uma cidade que reconheça a pluralidade dos seus habitantes. Lefebvre (2001) afirma que a cidade não é mero cenário, mas uma obra viva, co-produzida pelos sujeitos em constante disputa.

Os relatos nos ajudam a compreender como práticas urbanas dissidentes — como marchas, blocos, encontros e beijos — redesenham o espaço e geram novas formas de estar e resistir. Esse movimento não é apenas físico, mas sobretudo simbólico e político, operando a partir dos afetos compartilhados. G. L., por sua vez, lembra: "Nas escadarias do prédio histórico, em 2020, se não me engano, foi feita a vigília noturna às vítimas do assassino Tiago Soroka (homens gays emboscados via app de pegação)."

Nesse episódio, o espaço urbano se reconfigura como memorial e denúncia, revelando sua dimensão ética – o corpo que sofre transforma a cidade, dando voz à dor e à memória.

Por fim, a disputa pelo espaço público evidencia que a transformação social passa necessariamente pelo reconhecimento dos múltiplos corpos que nele circulam. Conforme argumenta Larissa Pelúcio (2009), as vivências das travestis e outros sujeitos dissidentes

revelam como o espaço urbano se torna um território de negociação entre abjeção e desejo, entre controle e invenção de si. A resistência à necropolítica – entendida como o conjunto de práticas que silencia e marginaliza certas existências – se concretiza na valorização dos encontros, das memórias e dos afetos.

Assim, o direito de ocupar a rua torna-se simultaneamente um ato político, uma reivindicação da diversidade e uma recusa à exclusão. Essa reconquista do espaço público é, em última análise, um movimento de reinvenção da cidade, onde o afeto e a resistência emergem como ferramentas indispensáveis para a transformação social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O "Percurso de Memória LGBTI+ de Curitiba/PR" emerge como uma iniciativa vital para a reconfiguração das narrativas urbanas, oferecendo um espaço de escuta e valorização das experiências da comunidade LGBTI+. Ao longo das caminhadas, os(as/es) participantes não apenas revisitam locais marcados por dor e repressão, mas também celebram os espaços de afeto, socialização e resistência que compõem a rica tapeçaria da vivência LGBTI+ na cidade.

Os relatos coletados, separados nas quatro categorias ora expostas, deram voz à fragmentos da melodia que ecoa nas ruas do centro urbano de Curitiba. Demonstrou-se pessoas que tiveram o primeiro contato com a sua sexualidade na capital, vivendo afetos e as paixões que não puderam vivenciar em outros lugares; também narrativas sobre espaços de convivência, como bares, baladas, restaurantes e universidades, que demonstram a sociabilidade LGBTI+; relatos de lugares públicos, como praças, bosques e museus; e relatos de corpos na rua, em “locais imateriais”, onde as vivências não focam no espaço físico, mas na atividade corporal, como as paradas e marchas do Orgulho LGBTI+, os atos políticos e os espaços de reivindicação política.

Em síntese, tais compartilhamentos revelam uma dualidade intrínseca à experiência urbana: enquanto muitos encontram em Curitiba um espaço de liberdade e pertencimento, outros ainda enfrentam a sombra da violência e do preconceito. Essa ambivalência destaca a necessidade de um contínuo esforço para garantir que todos os corpos possam ocupar a cidade sem medo, reivindicando seu direito à visibilidade e à dignidade.

A pesquisa e a metodologia adotadas pelo núcleo "Memória LGBTI+" da UFPR não apenas documentam a história da comunidade, mas também promovem um diálogo intergeracional e interseccional, permitindo que vozes diversas sejam ouvidas e respeitadas. A construção coletiva de memória, através dos relatos dos participantes, reforça a ideia de que a cidade é um espaço vivo, moldado pelas experiências e interações de seus habitantes.

Portanto, o que conclui e se tenta demonstrar com as narrativas dos(as/es) participantes, é que caminhar pelo "Percurso de Memória LGBTI+ de Curitiba/PR" não é apenas um ato de memória, mas um movimento de resistência e afirmação. Ele nos convida

a refletir sobre a importância de espaços inclusivos e acolhedores, onde a diversidade é celebrada e as histórias de amor, luta e superação são compartilhadas. Ao reescrever as narrativas urbanas, está-se, na verdade, contribuindo para a construção de uma cidade mais justa e igualitária, onde todos possam se sentir em casa.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOSI, Ecléa. Os espaços da memória. *In*: BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**: Feminism and the Subversion of Identity. New York: Routledge, 1990.

GORSDORF, Leandro Franklin; NADAI, Taíssa Albertina de. Reencenando e dando vida às memórias LGBTQIA+ em Curitiba/PR. *In*: **Quebrando Barreiras**: Gênero, Identidade e Transformação. V. 2. Formiga/MG: Editora Uniesmero, 2025. p. 152-162.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

JACQUES, Paola Berenstein; VELLOSO, Rita. (Eds.). **Enigma da cidade**. Salvador: EDUFBA, 2023.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.

SCHIMTZ, Beto. **Observatório 2023 de Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil**. Grupo Gay da Bahia. Grupo Gay da Bahia, 2023. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/2024/01/19/2023-de-mortes-violentas-lgbt-no-brasil-ggb/. Acesso em: 14 abr. 2025.

SILVA, Vitória Régia da. Em pesquisa sobre violência contra LGBTs+ no contexto político-eleitoral, mais de 50% dizem ter sofrido pelo menos uma agressão. **Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral**, s./d.. Disponível em: https://violencialgbt.com.br/em-pesquisa-sobre-violencia-contra-lgbt-no-contexto-politico-eleitoral-mais-de-50-dizem-ter-sofrido-pelo-menos-uma-agressao/. Acesso em: 30 mar. 2025.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Schwarcz S.A. 2018.

Recebido em: 15/04/2025
Aceito em: 11/08/2025

TRABALHOS ARTÍSTICOS

O DESENHO COMO PALCO DA MEMÓRIA

DRAWING AS A STAGE FOR MEMORY

Igor Maciel da Silva[1]

Resumo: O ambiente familiar com os olhares e frases sem palavras; a rua e os seus apontamentos em voz alta, em grupo, individual; a escola, a solidão do ir e vir do pátio, o refúgio na biblioteca e as surras do "te pego na saída", foram os primeiros entendimentos para me reconhecer um menino gay na periferia de Contagem-Minas Gerais-Brasil. Identifiquei no uso do papel uma das melhores companhias para além do rádio – a voz que não me via. Comecei a escrever e a desenhar. Da minha relação com os desenhos, o que e como pincelo o meu real, o meu passado e o meu fictício, que pretendo apresentar neste texto.
Palavras-chave: Arte; memória; LGBT.

Abstract: The family environment with its glances and wordless phrases; the street and its loud notes, both in groups and individually; school, the solitude of coming and going in the playground, the refuge in the library, and the beatings of "I'll catch you on the way out"—these were the first insights that helped me recognize myself as a gay boy in the outskirts of Contagem, Minas Gerais, Brazil. I identified in the use of paper one of the best companions besides the radio—the voice that couldn't see me. I began to write and draw. From my relationship with drawings, what and how I paint my real, my past, and my fictional self, which I intend to present in this text.
Keywords: Art; memory; LGBT.

IMAGEM 1 - Cadeira de Balanço (2018)



Fonte: Autor (2018)

[1] Doutor em Estudos do Lazer, pela Universidade Federal de Minas Gerais. Artesão do desenho, da palavra e da dança. Compõe ilustrações de grandes espetáculos musicais, capas de revistas, teses, livros e afins.

O ambiente familiar com os olhares e frases sem palavras; a rua e os seus apontamentos em voz alta, em grupo, individual; a escola, a solidão do ir e vir do pátio, o refúgio na biblioteca e as surras do "te pego na saída", foram os primeiros entendimentos para me reconhecer um menino gay na periferia de Contagem-Minas Gerais-Brasil.

Identifiquei no uso do papel uma das melhores companhias para além do rádio – a voz que não me via. Comecei a escrever e a desenhar. Da minha relação com os desenhos, o que e como pincelo o meu real, o meu passado e o meu fictício, que pretendo apresentar neste texto.

Para quem desenha, a primeira obsessão é conseguir fazer igual ao já pronto. A cópia é feito o estereótipo de gênero: há um modelo. Copia-se o que é posto. Imposto sem o pronome na frente. Assim, aos sete anos eu desenhava as imagens dos signos astrológicos dos cartões telefônicos (objeto de uso comum na virada do século XX para o século XXI). O meu preferido era o de Touro, por ser eu regido por ele. Também era um dos poucos que tinha a imagem completa, facilitando a observação. No do signo de Escorpião, por exemplo, apenas a parte final do animal era visualizada, assim como no de Virgem (a minha lua e o meu ascendente, na estipulada ordem).

Naquela mesma época, uma tia que é professora tinha alguns cadernos com desenhos para se fazerem cópias. Eles não eram coloridos, eram contornos em preto e branco. Algo como um livro didático para ensinar em sala o colorido. Em todas as suas páginas constavam rostos de mulheres. Não se tratava de qualquer rosto, pois as imagens eram constituídas por traços finos, olhos e cílios grandes, bocas entreabertas, assim como levemente percebia-se a existência de dentes para colorir. Os cabelos sempre lisos, e na cabeça havia um chapéu ou algumas flores que pareciam mais coroas para noivas do que simples adornos. Era o estereótipo da mulher ideal da virada do século XIX para o século XX sendo apresentado para o menino de 1993.

Essas ilustrações, somadas ao apoio familiar e escolar, sobretudo materno, de mulheres e de um tio também homossexual, constituíram o meu gosto por desenhar croquis de moda. No papel era apenas um corpo com roupa, e na mente cenas de lugares que essas mulheres ocupavam. Tais influências formaram não só o meu traço, mas também os caminhos que segui nas pesquisas de iniciação científica, trabalho de conclusão da graduação em Educação Física[2], mestrado[3] e doutorado[4] em Estudos do Lazer: mulheres nos divertimentos: o assunto que mais me interessa.

[2] O trabalho de conclusão de curso foi publicado em forma de artigo. Está disponível em: https://revistavozes.uespi.br/index.php/revistavozes/article/view/145/0. Acesso: 22 fev. 2025.

[3] Dissertação disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/49419/1/SILVA%2C%20I.%20M.%20ELAS%20SE%20DIVERTEM%2C%202018.pdf. Acesso: 22 fev. 2025.

[4] Tese disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/39122/1/%5BTESE%5D%20SILVA%2C%20Igor%20Maciel.%20O%20MAIS%20COMPLETO%20DOS%20SPORTS%20ESPIRITUAES.%202021..pdf. Acesso: 22 fev. 2025.

Retomando aos cartões telefônicos e ao livro de desenhos da minha tia, eles me fizeram entender o que as crianças “parecidas comigo”, nascidas no último decênio dos anos 1900, deveriam assimilar: afeminado é gay; gay é afeminado; gay é um entre-ser homem e mulher; você é gay porque convive e copia as mulheres do seu entorno; o filho gay é sempre o filho de uma mãe.

Já é sabido por debates anteriormente consolidados pela medicina, demais Ciências e opiniões separatistas, que a sociedade patriarcal apregoa o feminino como menos capaz de produzir e de se posicionar em relação aos homens. O afeminado então, nem se fala. Ainda que eu experimentasse o inferno na escola, sobretudo pelo fato de as crianças e os adolescentes que nela habitava me classificarem como afeminado (bicha, baitola ou viado, eram os termos mais usuais), foi na escola que eu também me reconheci potente. Eram sentimentos fluídos, mesmo que os negativos sobressaíssem.

Tal potência vinha do papel: ora por ser bom aluno ora por ter a habilidade de desenhar. Desde a antiga primeira série, por exemplo, a escola me inscrevia em concursos de desenho. Eu participava, e por todas as vezes eu ganhava algum tipo de premiação. Uma característica era comum entre a escrita e o papel: era tudo feito a lápis de escrever.

Eu não gostava de colorir, pois achava que o desenho perderia a sua identidade inicial. Com exceção de um concurso, no ano de 2004, em que eu usei cor somente para contrariar a professora que me inscreveu. Não porque eu não gostasse dela (muito pelo contrário), mas sim porque eu fui inscrito sem muito consentimento ou consciência, e pelo fato de eu não gostar de colorir, naquele concurso, eu colori rapidamente de giz de cera. E para ser mais específico, o concurso era de desenhos sobre uma represa da cidade, mas eu desenhei uma porteira de madeira, uma goiabeira e uma bananeira, que lá também estavam. Contrariado, recebi menção honrosa.

IMAGEM 2 - Acervo pessoal. Calendário da Prefeitura Municipal de Contagem



Fonte: Autor (2005)

Eu não entendia que o desenho me levaria a algum lugar, por isso quando eu desenhava de modo público era com a iminência da contraditoriedade – o desenho era para ser o meu segredo. Contudo, por serem bons, eles me colocaram diante do público. Até que com o desenho da porteira eu fui premiado em um palco, na frente de muitos candidatos, convidados e autoridades municipais. Voltei para a escola mais forte, mesmo que por alguns anos eu continuasse apanhando por ser uma criança fora do padrão heteronormativo.

De novo, infelizmente eu apanhei em junho de 2018. Violência física. Primeiro foi uma mordida nas costas, depois, socos, tapas, arranhões, joelhadas e um quase enforcamento que eu consegui evitar. A meia na minha boca e os murros no ouvido direito vieram ao final, junto a palavras e outras palavras outras, diante de uma parede com uma janela; pijama

rasgado, dente da frente quebrado e pedidos de socorro sem auxílio. Por volta da meia noite, com uma mochila nas costas e incompletas cinco sacolas de roupas, eu consegui ir para o portão, mas antes passei por cinco casas presentes no mesmo lote, cujas portas constituíam o mesmo corredor. Consciente, “ele” me pediu para devolver a chave de casa. A polícia não me levou para a casa da minha mãe, pois disse que não fazia condução intermunicipal.

Antes que pareça lamúria com o acontecido (ainda que eu tenha o direito de me lamentar), ou mesmo querendo a conta desse mal, eu quero escrever duas constatações pessoais: homens gays envolvidos em violência física possuem pouco ou quase nenhum apoio, pois de criança até 2018, a expressão que mais escuto é: “um menino/um homem desse tamanho apanhando? Por que não deu um cacete nele? Por que não reagiu?”. Segundo, as minhas maiores companhias para me recuperar da agressão última foram sobretudo as minhas amigas e o papel. Mas dessa vez com dois ingredientes nunca tão presentes: cores de tintas por ação de pincéis.

IMAGEM 3 - Corpo Mordido (2018)



Fonte: Autor (2018)

Diferentemente da obra Cadeira de balanço (2018), em que me represento de costas, sozinho, no espaço da casa em que eu morava e sofri violência física, os demais começaram a ganhar fundos, cores distintas e sobretudo, a minha nova e feliz personalidade. Não detalharei demais acontecimentos de 2018 para cá, ainda que eu tenha muito para contar sobre cores, lugares, exposições, propostas, realizações, autoconhecimento e cura.

Deste momento do texto em diante, quero apresentar alguns dos meus desenhos que me conectam às minhas memórias. As obras são pintadas a mão, em diversos tipos de papéis, usando nanquim, guache e aquarela. Eu sempre pinto em casa, pois ainda que público, preservo os segredos das ações dos pincéis.

LORENA

Antes de conviver com a Lorena eu conheci a sua prima. Estudamos juntos da antiga primeira até a quarta série. Mudamos de escola, primeiro a prima e depois eu. No novo educandário eu conheci a Lorena e lá nos aproximamos.

Lorena e eu morávamos no mesmo bairro e seguíamos juntos na ida e na volta da escola. Além de conversa de amizade, descobrimos que as nossas famílias se conhecem desde os tempos de outrora, quando a minha avó trabalhava na funerária, e ajudou no sepultamento de um dos seus irmãos mais velhos. O seu pai, “Zé Pretinho”, também é um velho amigo da família.

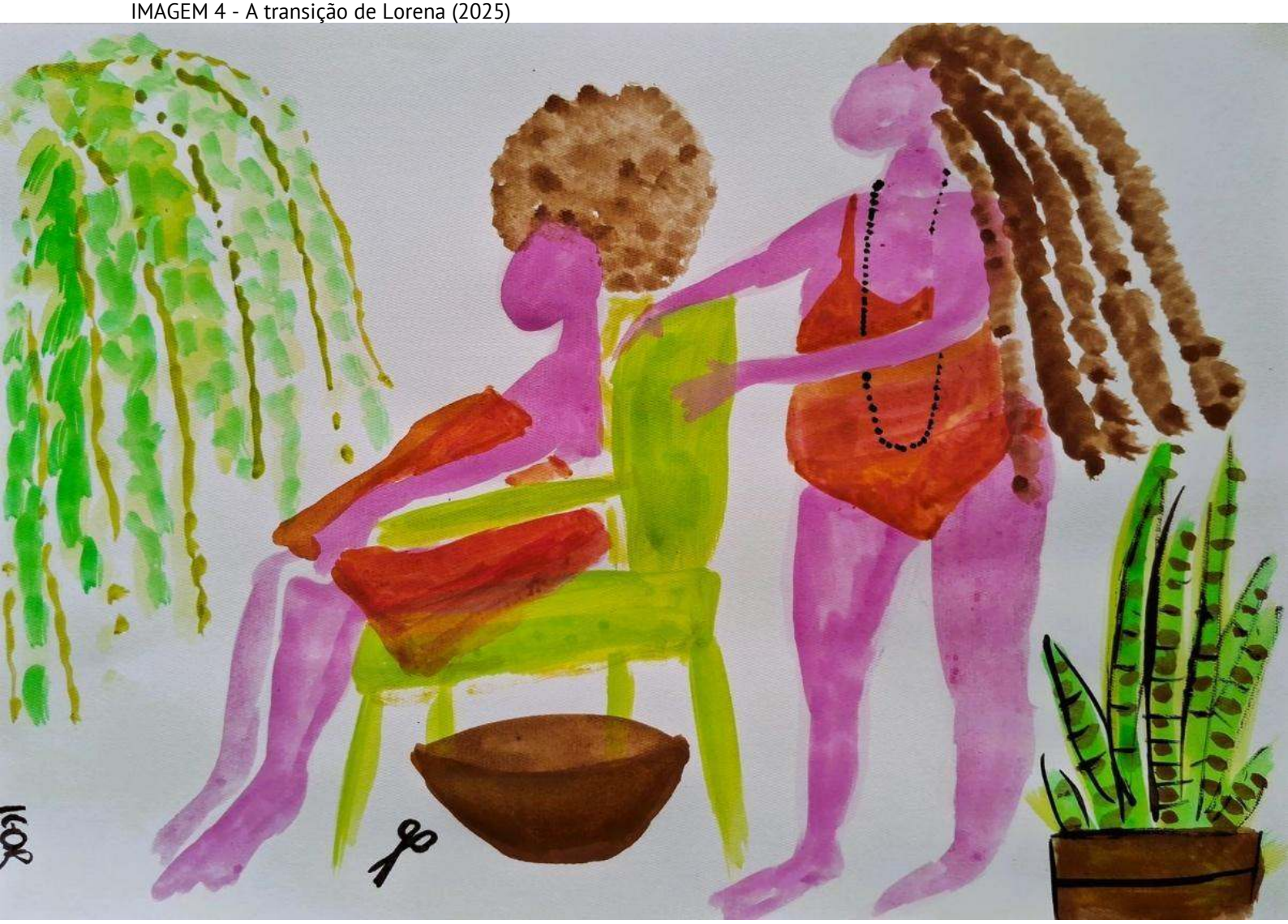
Na volta da escola, Lorena começou a me defender de muita surra prometida. Nas sextas-feiras, ao final do dia, eu assistia ao vôlei na rua da sua casa (rua 10). Ela sempre foi uma exímia desportista, mas naquelas ocasiões se permitia dividir o meio fio do passeio comigo (futuro míope que não enxergava bem o voleio da bola). Desde aquele tempo eu sabia que Lorena é uma amiga para sempre.

Lorena se relaciona com mulheres, e continuamente a percebia em relações em que se doava mais do que partilhavam com ela. Atualmente, ela está em uma nova relação, com cheiro de afeto e casa nova. Lorena, mulher preta, namora uma mulher preta.

Orgulhoso pelas atuais páginas da sua história, reparei que o seu amor a encorajou a olhar para si e, do mesmo modo, ter orgulho de ser ela mesma (na vida de mulheres negras, o apagamento de seus desejos e trajetórias é algo comum, como é sabido). Lorena abandonou o alisamento dos cabelos e se propôs à transição capilar.

Assim nasceu um desenho dedicado à ela, a sua transição capilar, ao seu novo amor, ao desejo de que a felicidade permaneça em sua vida e que ela continue sendo a motorista de seu próprio caminho. Talvez essa obra devesse ser intitulada de coragem, tal qual um dos principais significados de seu nome: “reino da famosa guerreira”.

IMAGEM 4 - A transição de Lorena (2025)



Fonte: Autor (2025)

ALUGA-SE OU VENDE-SE

Na semana passada foram duas entregas presenciais e um orçamento
Terceirização é isso, ou fecha de início ou o processo é moroso
O importante é fazer negócio
Tem de todos os tipos e tamanhos
Alguns chegam muito coagulados, mas nesses casos uma dose cavalar de heparina ajuda
Não se ajuda a ninguém: ou aluga ou vende
Contratos mais baratos podem ser feitos, mas só para as peças sem garantia
Aquelas que já estão muito rígidas, com cores mal passada e cheiros duvidosos,
mas tem para todos os gostos
A condição preliminar é que o dono ou a dona entregue pessoalmente
Tem que ser tirado quente, e depois colocado a mostra, bem amostra
A contratação é no sigilo, codificada, pois assim não se descobrirá a procedência

Há uma mulher de seios fartos que cuida dos contratos e dos contatos
Somente ela vê a cara de quem aluga ou vende
Tira-se ali mesmo, e é você quem tira
Mas isso é irrelevante, o mais importante é pulsar, mesmo que economicamente
E ainda que de cara bonita ou feia, o importante é sangrar
Coração entregue, contrato assinado, ou se aluga ou se vende

IMAGEM 5 - Aluga-se ou vende-se (2025)



Fonte: Autor (2025)

Eu caminhava por uma avenida de Belo Horizonte um dia após doar sangue para o pai de Lorena, que se encontra em tratamento de saúde. Doar sangue aos 31 anos, depois da primeira tentativa nula aos 18, foi algo excepcional. Gay era censurado a doar sangue, mesmo com o líquido sendo feito de hemácias, plaquetas, ferritina como o de qualquer outro.

O que eu senti naquele dia foi uma sensação de ser normal, nunca sentida outrora. Eu pude fazer o que qualquer pessoa considerada normal pode. A hora não foi a melhor, haja vista a falta de saúde plena do pai da minha amiga, mas, por ser um ato inédito, foi um dos sentimentos mais sublimes da minha vida.

Naquele dia, enquanto eu subia a Avenida do Contorno, aconteceu a epifania de ver uma Pombagira vendendo corações em uma pequena loja de comércio. Sem entender do que se tratava, comecei a questionar a aparição daquela imagem ainda em construção. A resposta que tive está afim com aquele assunto de vivermos tempos de amores efêmeros, mas que caberia a minha consciência alugar ou vender o meu coração (ilusoriamente, haja vista que ele nunca sairá do meu peito enquanto eu for chamado de vivo). Mas, sangue eu agora posso doar.

Nessa obra eu também represento a minha prática religiosa, importante meio de inspiração para a maioria dos meus desenhos. Há nela o misticismo de trazer o amor em três dias, mas eu nunca vi isso no Terreiro. O Candomblé me fez, me forma e me constitui como pessoa no mundo.

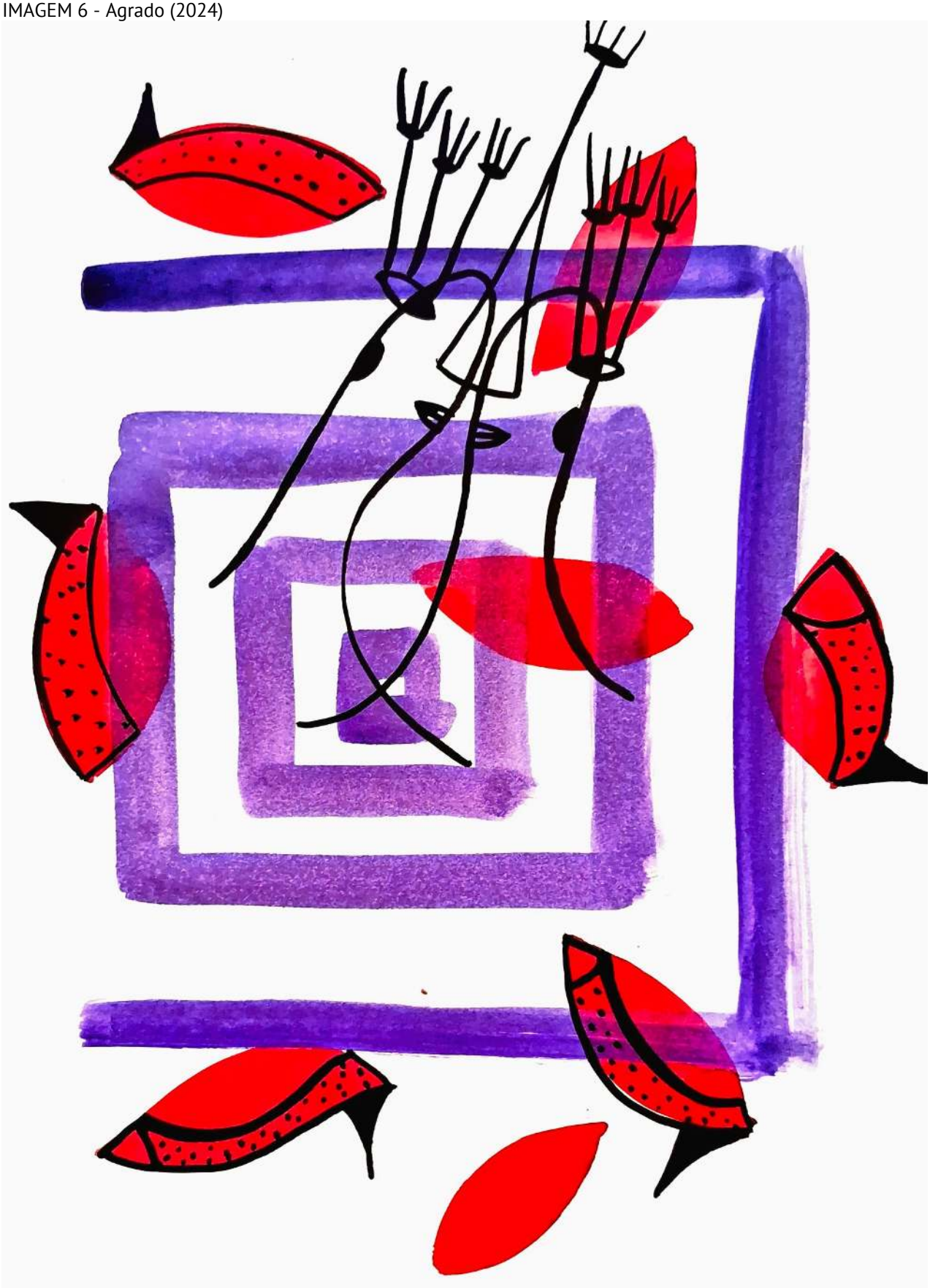
O desenho veio primeiro e a poesia depois.

AGRADO

Os filmes do cineasta espanhol Pedro Almodóvar me ensinaram que as lágrimas podem se transformar em sapatos de salto alto e em espinhos; que amores acariciam e machucam. Nisso, existem as estratégias para o encontro. Intencionais ou não. Só o indivíduo saberá de que lado joga. Há sempre o primeiro que quer mudar a rota sem aviso prévio.

Agrado é a personagem que primeiro me cativou. Está na película “Tudo sobre minha mãe” (1999). Assisti de primeira em um encontro formativo do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual (CELLOS), de Contagem, no ano de 2009. Reconheço-me em Agrado, na curiosidade do personagem Esteban, assim como nos desagrados de outras tramas do artista.

IMAGEM 6 - Agrado (2024)



Fonte: Autor (2024)

ECLIPSE DO AMOR

Sonhei com um menino dourado que brincava com uma coisa parada no seu nariz. Vendo de longe parecia o pouso de uma borboleta de cor preta. No sonho eu assistia a minha própria observação. O que havia no nariz do rapaz não se tratava de uma borboleta, era o Sol em forma de criança equilibrando a lua na ponta do nariz, ou simplesmente trocando carinhos com ela. Lembro que, enquanto eu dormia, aquela imagem me fez sentir cócegas no nariz.

Desenhar também me dá carinhos.

IMAGEM 7 - Eclipse do amor (2025)



Fonte: Autor (2025)

Recebido em: 25/02/2025
Aceito em: 16/04/2025



REVISTA COR LGBTQIA+

ISSN 2764-0426